

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

CAROLINA BATISTA DE SOUZA GARCIA DE OLIVEIRA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Liga pela Moralidade: um resultado da militância leiga católica e sua doutrina social no Rio de Janeiro entre 1917-1926.

CAROLINA BATISTA DE SOUZA GARCIA DE OLIVEIRA

Sob a orientação da Professora Doutora

Fabiane Popinigis

e Coorientação do Professor Doutor

Deivison Amaral

Dissertação apresentada como requisito total para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, na Área de concentração: Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – FinanceCode 001

Seropédica, RJ
2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O481 OLIVEIRA, Carolina Batista de Souza Garcia, 1994-
Liga pela Moralidade: um resultado da militância
leiga católica e sua doutrina social no Rio de Janeiro
entre 1917-1926 / Carolina Batista de Souza Garcia
OLIVEIRA. - Rio de Janeiro, 2023.
111 f.

Orientadora: Fabiane Popinigis.
Coorientador: Deivison Amaral.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Mestrado em História, 2023.

1. História social. 2. Associativismo. 3.
Militância católica. I. Popinigis, Fabiane, 1972-,
orient. II. Amaral, Deivison, -, coorient. III
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Mestrado em História. IV. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 48/2024 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.007062/2024-51

Seropédica-RJ, 16 de fevereiro de 2024.

Nome do(a) discente: CAROLINA BATISTA DE SOUZA GARCIA DE OLIVEIRA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 06 de fevereiro de 2024

Banca Examinadora:

Dra. CRISTIANA SCHETTINI, OUTRO Examinadora Externa à Instituição

Dra. ADRIANA BARRETO DE SOUZA, UFRRJ Examinadora Interna

Dra. FABIANE POPINIGIS, UFRRJ Presidente

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 05/03/2024 20:34)

ADRIANA BARRETO DE SOUZA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.86)
Matricula: ###873#5

(Assinado digitalmente em 19/02/2024 09:08)

FABIANE POPINIGIS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.86)
Matricula: ###799#9

(Assinado digitalmente em 02/04/2024 10:08)

CRISTIANA SCHETTINI PEREIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.791-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 48, ano: 2024, tipo: TERMO, data de emissão: 16/02/2024 e o código de verificação: 76976067a3

AGRADECIMENTOS

E o que parecia ser inalcançável está prestes a se tornar real. Depois de muitas incertezas, o retorno, o sonho e a vontade de ver este trabalho pronto me motivaram a chegar aqui, porém este caminho só foi possível porque tenho junto comigo pessoas que acreditam nessa trajetória, muitas vezes até mais do que eu mesma.

Agradeço aos meus pais Cássius e Patrícia, por propiciarem que todo o trajeto até aqui fosse viável, por acreditarem que no final tudo se resolveria e por me trazerem a realidade muitas vezes. Aos meus irmãos João Lucas e Emmanuel José, por serem pontos de apoio e felicidade durante todo esse período, e em todos os outros desde que nasceram. As minhas avós, Antônia e Odete (*in memoriam*) por serem as representações de força e vontade, ainda que os caminhos não parecessem fáceis. À Prof. Fabiane Popinigis, que me guiou neste caminho, não me deixando desistir, por todo o incentivo e adequações de texto, por orientar e por viabilizar o contato com a História. Agradeço a ela também por fazer a ponte com o Prof. Deivison Amaral, que virou o coorientador desta pesquisa, que além de me inserir nos assuntos sobre militância católica fez com que meu trabalho pudesse se desenvolver, muito obrigada professores, por tudo, durante esses anos.

Agradeço à Vinícius Muller, um exímio profissional, que com sua escuta atenta e trabalho incrível propiciou que o início do meu redescobrimento fosse possível, essa dissertação só se realizou por conta da trajetória que conseguimos trilhar nas sessões de análise, isso é fato.

Aos meus amigos e amigas, os que escolhi e os que me foram apresentados nessa vida, muito obrigada por estarem sempre comigo, ainda que a distância física nos impedisse muitas vezes, em pensamento sempre estivemos unidos e torcendo uns pelos outros. Em especial, a Marcela Oliveira, minha amiga, das melhores que há, inspiração, orientadora e revisora de trabalhos acadêmicos, muito obrigada por toda a história que vamos construindo, por segurar minha mão e sempre estar disposta a acolher qualquer dúvida, minha inspiração acadêmica e de vida. À Barbara Lima e Karen Louise, por mesmo nas distâncias estarem comigo, pelas trocas e acautos permeados por risadas, puxões de orelha e concatenações da vida adulta, afinal todas as pessoas têm um grupo com três amigas, para todos os momentos. José Fernando, por todas as questões em comum, por dividir a trajetória acadêmica, alguns dramas, mas principalmente as risadas.

Agradeço a Felipe Duarte, por toda companhia e parceria nessa jornada, por acreditar e torcer para dar certo, por ser presença independente de qualquer situação, acreditando e ansiando sempre pelo melhor. A ter reconhecido Larissa Gasparelo, a quem desenvolvi uma conexão que se mostra muito superior ao tempo de convivência. À Alline Brito, Christopher Lunga e Rafaela Helena, as representações de que cada amizade tem sua forma, e que a torcida pelas vitórias dos amigos será comemorada como se fossem nossas, assim como as tristezas são vividas juntas também. À Carla Fagundes, uma amizade que surgiu por outras amizades e foi uma grata surpresa.

Ao NEPHS e todos os seus participantes, as leituras, reuniões e conselhos foram e continuam sendo fundamentais para o desenvolvimento acadêmico que venho buscando. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES) que, por meio da sua bolsa, viabilizou essa pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em História PPHR/UFRRJ pela possibilidade de fazer parte de um curso tão importante não só como discente, mas também como ser social.

A frase que reflete todo o percurso de escrita e manutenção dessa dissertação é de uma música que com os anos veio tendo cada vez mais significado para mim, então nada mais justo do que trazê-la para finalizar os agradecimentos dessa etapa tão importante.

“Crescer dói, mas de mãos dadas é mais fácil. Crescer dói você precisa continuar andando. Crescer dói, por isso estou sempre me levantando.” Obrigada a todas as pessoas que estiveram de mãos dadas comigo, sem vocês seria totalmente diferente. A vocês, todo meu amor.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DEJANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Liga pela Moralidade: um resultado da militância leiga católica e sua doutrina social no Rio de Janeiro entre 1917-1926.

Carolina Batista de Souza Garcia de Oliveira

Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Popinigis

Coorientador: Prof. Dr. Deivison Amaral

Dossiê de Defesa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado por:

Presidente, Prof. Dra. Fabiane Popinigis

Prof. Dr. Deivison Amaral

Profa. Dra. Adriana Barreto de Souza

Profa. Dra. Cristiana Schettini

RESUMO

OLIVEIRA, Carolina Batista de Souza Garcia de. **Liga pela Moralidade: um resultado da militância leiga católica e sua doutrina social no Rio de Janeiro entre 1917-1926**. 2024. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

Esta dissertação investiga a Liga pela Moralidade como resultado da militância católica leiga existente no Rio de Janeiro entre 1917 e 1926. Examinando as formas de estabelecimento da associação como uma entidade atuante em prol do “saneamento moral” da cidade e dos meios de entretenimento existentes entre os anos mencionados. A Liga pela Moralidade surge após a reorganização de militantes católicos e da doutrina social da Igreja, representando a experiência de organização da juventude em prol de ideais católicos, que eram propagados em círculos e eventos do cunho religioso, contudo, não contavam com a participação ativa de clérigos ou identidades vinculadas à Santa Sé.

Palavras-chave: militância católica, Liga pela Moralidade, associativismo, catolicismo.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Carolina Batista de Souza Garcia de. **League for Morality: a result of lay catholic militancy and its social doctrine in Rio de Janeiro between 1917-1926.** 2024. Dissertation (Masters in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

This dissertation analyzes the Liga pela Moralidade as a result of the lay Catholic militancy existing in Rio de Janeiro, between 1917-1926. The ways of establishing itself as an active association for a moral sanitation of the city and the means of entertainment existing between the years highlighted. The Liga pela Moralidade arose after the reorganization of Catholic militants and social doctrine, an experience of organizing youth in favor of Catholic ideals that were propagated in circles and events of a religious nature, but that did not have the active participation of clerics or identities linked to the Holy See.

Key words: catholic militancy, league for morality, associativism, Catholicism.

Lista de Ilustração

Figura 1	22
Figura 2	24
Figura 3	26
Figura 4	31
Figura 5	36
Figura 6	50
Figura 7	76
Figura 8	86
Figura 9	88

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I.....	14
Militância católica no Rio de Janeiro: uma mobilização social a partir da mocidade e do associativismo religioso	14
1.1 A importância social da encíclica <i>Rerum Novarum</i>	15
1.2 Os Congressos Católicos e o desenvolvimento da militância católica leiga no Rio de Janeiro.	19
1.3 Militantes católicos e suas contribuições: de Jonathas Serrano a Pio Ottoni.	23
Capítulo II.....	43
A Liga pela Moralidade e a militância católica.	43
2.1 O mercado de impressos no Rio de Janeiro.	45
2.2 A cronologia da Liga pela Moralidade: de antipornográfica à moralidade patriótica (1912-1927)	52
2.2.1 A Liga Anti-pornographica.	52
2.2.2 A Liga pela Moralidade	57
2.2.3 Liga Patriótica pela Moralidade	63
Capítulo III.....	67
A trajetória da militância: as campanhas da Liga pela Moralidade na década de 1920.	67
3.1 “Estado laico não quer dizer Estado ateu”: A laicidade e sua importância para uma consolidação da militância católica carioca.....	69
3.2 Um saneamento moral no mercado de diversões carioca.	75
3.2.1 Paschoal Segreto: O Ministro das diversões cariocas.	77
3.3 A busca por saneamento moral segundo as premissas da Liga pela Moralidade.....	81
Considerações Finais.	95
Anexos.....	101

Introdução

Existe nesta capital uma Liga pela Moralidade. O seu presidente é um jovem advogado, que foi o primeiro prêmio do curso de direito da sua escola e é um rapaz dotado de qualidades brilhantes de espírito e de dotes morais não menos preciosos.¹

O fragmento acima, presente na matéria intitulada como “Pela Moralidade”, descreve a existência da Liga pela Moralidade, uma associação católica leiga dirigida por jovens militantes católicos, como médicos, advogados e professores. Ao longo da matéria, evidencia-se que essa liga denuncia às autoridades ações imorais dentro da sociedade carioca da época, fosse em anúncios de jornais ou revistas, peças teatrais ou mesmo livros com conteúdos considerados como obscenos. A simpatia de alguns grupos sociais em relação à Liga é dividida: existiram defensores da existência e atuação da associação, como membros do periódico “A União”, bem como também “opositores” da organização, que enxergavam a Liga pela Moralidade como uma organização conservadora e de ideais que não deveriam ser propagados no contexto social do Rio de Janeiro em questão, a exemplo disso algumas matérias da Revista Dom Quixote. Veremos no decorrer do texto, que a Liga utilizou a metáfora da “guerra” para construir estratégias para tentar impor sua polícia de costumes, tendo sido muitas vezes ridicularizada por suas ações e objetivos. Veremos, porém, que a Liga também tinha aliados.

Para além das paredes em que seu prédio sede ficava, o N° 40 da Avenida Rio Branco, existiam cronistas, delegados, jornalistas e cidadãos comuns vivam os atos saneadores da Liga pela Moralidade como um exagero que beirava a chacota, ressaltando o desserviço prestado pela associação à modernidade social e literária do momento.

A presente pesquisa é um desdobramento do trabalho monográfico apresentado como requisito para conclusão do curso de graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. No decorrer das buscas por um objeto de estudo nos arquivos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, o surgimento da Liga pela Moralidade nas temáticas relacionadas à “*moralidade e prostituição*” despertou meu interesse quanto à sua existência no contexto do Rio de Janeiro da Primeira República.

Após o primeiro contato com o objeto, a curiosidade sobre como a Liga pela Moralidade estava inserida no Rio de Janeiro durante sua época, nas duas primeiras décadas dos noventa,

¹ **O Paiz**, Rio de Janeiro, 11 mar. 1918. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/37958

levou à investigação sobre quais discursos balizaram suas ações e quais organizações e pessoas serviam como referência para sua atuação. O resultado da monografia foi apresentar a Liga como uma associação de católicos leigos que buscava promover um saneamento moral pelas ruas do Rio de Janeiro.²

A continuidade das pesquisas permitiu visualizar essa organização compreendendo que ela resultou de um movimento social e político que ganhou maior forma nos anos que antecederam a Proclamação da República, como um desdobramento da militância católica leiga.

Nesta perspectiva nos interessou investigar o papel do Catolicismo dentro de um contexto político sem uma religião oficial, o papel daquela e outras associações com cunho religioso no contexto de uma cidade que era considerada em processo de modernização e, por último, por que os propagadores da doutrina social viam como fundamental a presença de jovens dentro de organizações como aquela.

Ao traçar a trajetória dessa organização, desde sua criação, nos deparamos com a existência de alguns nomes da militância católica carioca em sua diretoria. Ao investigar as campanhas de saneamento moral instituídas pela diretoria da Liga pela Moralidade, foi necessário compreender um pouco mais sobre o contexto de ebulição do mercado literário e de diversões do Rio de Janeiro no início do século XX. Por outro lado, no curso dessas investigações, tornou-se necessário também explorar o papel da Igreja Católica nos primeiros anos da República no Brasil, examinando quais documentos fortaleceram o discurso para angariar mais adeptos de suas ações. Os documentos mencionados são as encíclicas, principalmente a *Rerum Novarum*, onde o campo social de uma ou mais comunidades deveria ser de “encargo” da Igreja.

As relações de trabalho que vinham crescendo e se complexificando deveriam ficar a cargo do Estado ou dos acordos existentes entre patrões e empregados. A questão social entrava como um campo a ser visto e acolhido pela Santa Sé, como será exposto, explicado e contextualizado mais a frente pela encíclica *Rerum Novarum*. Além disso, foram considerados os impactos da dissolução do catolicismo como religião oficial do país implementada por meio de uma emenda constitucional que estabeleceu a laicidade como oficial no Brasil.

A Liga pela Moralidade foi uma decorrência à doutrina social católica, esta, sendo criada a partir de documentos papais e concepções exercidas pelos leigos da época, considerando os

² OLIVEIRA, Carolina Batista de Souza Garcia de. **Liga pela Moralidade**: um estudo sobre a organização carioca e seus feitos. (1912-1926). Monografia em História Seropédica: UFRRJ/CHS, 2018.

papéis desempenhados pelos Congressos Católicos. O objetivo de estabelecer uma agenda de ações para o saneamento moral da cidade e a construção de um exército de fiéis era “reacender” a necessidade do catolicismo como parte do cotidiano familiar e dos cidadãos cariocas.

A existência de organizações sociais que não estivessem vinculadas aos meios de trabalho daria espaço, e possibilidade, do meio familiar exercer uma doutrina social que ainda era encontrada dentro de locais regidos pela doutrina social católica, que não era vista e nem propagada em pontos de discussão do movimento trabalhista da época.

O primeiro capítulo trata de como a militância católica carioca se consolida, as representações que surgem no âmbito do associativismo religioso e o papel fundamental da juventude nesta que podemos chamar de empreitada católica. Por meio de documentos da Igreja Católica e dos Congressos Católicos, buscaremos compreender a criação da doutrina social católica seguida por organizações como a Liga, a União Católica Brasileira e o Centro Dom Vital. Mostraremos que a Liga passou por algumas reformulações durante seu período de atividade. A importância dessas reformulações para nós reside nas negociações com seus associados na busca por mais adeptos, além do apelo social identificado nas campanhas de saneamento moral e nas notícias sobre a Liga nos periódicos da época.

Seus diretores agiam recorrendo às autoridades públicas, com seus associados solicitando medidas de saneamento moral e enviando cartas e ofícios às autoridades policiais. Ademais, organizaram atos em frente à espetáculos teatrais e realizavam apreensão de panfletos ou postais que denotavam questões sexuais ou de cunho erótico. Essas questões eram subjetivamente consideradas pelos moços católicos como algo que não “*iria de encontro com a moralidade buscada pelas famílias brasileiras*”. As interações entre jornais, autoridades públicas e membros da Liga pela Moralidade compõem o arcabouço de atividades promovidas pela associação, sedimentando assim a ideia de que organizações como a Liga pela Moralidade fazem parte do que foi a militância católica leiga no Rio de Janeiro entre as décadas de 1910 e 1920.

Sendo assim, a construção de um “exército de fiéis” (ênfatizando a metáfora bélica), balizada pelo ideal de moralidade católico muito propagado após a dissociação do Catolicismo como religião oficial da República é o principal fio condutor dessa pesquisa. A militarização de ações, discursos e propagação dos ideais fomentados pela Liga pela Moralidade e, assim reiterados por seus associados, é o que compreendemos como resultado dessa militância católica. Dentro de um contexto social no qual o crescimento do mercado de diversões se mantinha em constante evidência, uma forma de incorporar as medidas delimitadas nas reuniões da Liga era atuar na censura dos objetos de maior propagação e comunicação social da época.

No segundo capítulo investigamos a existência da Liga pela Moralidade como o resultado de uma parcela do que foi a militância católica carioca. Para isso precisamos enxergá-la como participante dos contextos existentes no Rio de Janeiro à época, então os principais pontos a serem abordados nos capítulos dessa dissertação estão inseridos nos seguintes eixos: os discursos Católicos perante a modernidade, principalmente no âmbito social; a utilização e propagação de ideais religiosos para camadas mais jovens das sociedades, a fim de uma reestruturação do catolicismo social; a propagação do que seria *a moralidade católica* e o motivo pelo qual esta deveria ser seguida pelos cidadãos, como uma doutrina social; as ações planejadas pela militância católica em contrapartida à ascensão do mercado de diversões.

O terceiro e último capítulo da dissertação visa apresentar a atuação da Liga pela Moralidade no mercado de diversões que estava em grande ascensão durante o início do novecentos. Passando não apenas pelos nomes que se tornaram emblemáticos para os divertimentos cariocas, veremos também as táticas utilizadas pelos integrantes da Liga ao se tratar das tentativas de censura a obras consideradas “imorais” nos campos literários, cinematográficos e teatrais.

Capítulo I

Militância católica no Rio de Janeiro: uma mobilização social a partir da mocidade e do associativismo religioso.

Este capítulo tem como objetivo desenvolver a ideia de que a Liga pela Moralidade foi um resultado da militância católica, apresentando o que se denominamos como militância católica e em que aspectos dessa militância é importante para entendermos como a Liga pela Moralidade (LPM) surgiu. Sendo assim, buscaremos aqui demonstrar que a Liga é um resultado da militância e da doutrina social estipulada não só apenas por esses militantes, mas também pela Igreja Católica.

Para desenvolver a ideia de que a Liga pela Moralidade foi um resultado da militância católica, será necessário abordar a visibilidade que a Igreja Católica tinha durante o período e as mudanças que ela propunha no campo social. Dessa forma, a importância deste primeiro capítulo é situar nossas leitoras e leitores no contexto em que a LPM estava inserida e quais eram seus propósitos de existência no Rio de Janeiro entre meados das décadas de 1910 e 1920. Isso implica explicar do que se tratava a Liga, apresentar os agentes sociais e destacar as contribuições feitas por eles ao longo dos anos em que atuaram.

Embora a delimitação temporal da pesquisa seja de 1917 a 1926, abordaremos aqui de alguns momentos anteriores a 1917 para contextualizar nosso objeto, sendo eles: 1891 – Encíclica *Rerum Novarum*; 1900 – I Congresso Católico; 1908 – II Congresso Católico; Fundação da União Catholica Brasileira; 1912 – Fundação da Liga Antipornographica, além de passagens que remetam aos oitocentos, devido à participação dos agentes sociais nesses momentos.³

Esta militância se formou a partir de uma mobilização social, especialmente de jovens católicos e do associativismo religioso, que se articulou não apenas no Rio de Janeiro, mas também em outros estados brasileiros, como São Paulo e Belo Horizonte, como veremos mais adiante.

A compreensão do que foi a LPM e sua relevância para estruturar uma pesquisa historiográfica sofreu muitas mudanças durante o percurso de escrita desta dissertação. Por entender que a Liga pela Moralidade foi resultado de uma organização de pessoas, precisamos

³ Ainda que o recorte temporal da pesquisa, principalmente ao retratar a LPM seja entre 1917 e 1926, percorreremos a acontecimentos dos oitocentos, que são de grande relevância para a compreensão da pesquisa. A Proclamação da República, *Rerum Novarum* e os primeiros anos dos novecentos são fundamentais para que possamos entender as maneiras de organização de organizações como a LPM.

entender quais caminhos essas pessoas trilharam, que ligações estabeleceram não só entre elas mesmas, mas também com a Igreja Católica e em que contexto estavam inseridos. Nesta pesquisa, procuramos responder às seguintes questões: o que foi e como se organizou a militância católica no Rio de Janeiro? Quem eram as pessoas que formavam este grupo? Qual a ligação com a Liga pela Moralidade e como se relacionava ao associativismo católico?

Para respondê-las, precisaremos entender o contexto histórico em que o Rio de Janeiro estava inserido no período. O primeiro evento a ser abordado aqui é a publicação da encíclica *Rerum Novarum* (RN) em 15 de maio de 1891.

1.1 A importância social da encíclica *Rerum Novarum*.

Encíclicas são cartas escritas pelo Papa aos clérigos e fiéis, constituindo-se como documentos doutrinários e orientadores da prática católica. Elas condenam alguma forma de erro predominante, apontam para riscos que ameaçam a fé ou a moral, exortam os fiéis à constância ou prescrevem possíveis soluções para males previstos ou já existentes. O papa Leão XIII foi o responsável pela escrita de algumas encíclicas que abordavam questões sociais e os “males” da sociedade moderna. Contudo, a encíclica mais relevante para este estudo é a *Rerum Novarum*, que tratou questões relacionadas à condição dos operários.⁴

A *Rerum Novarum* expunha as recomendações da Igreja Católica tanto no âmbito das ordenações eclesiásticas como no campo dos cidadãos leigos, ou seja, aqueles que não possuíam um vínculo institucional com a Igreja, mas que professavam a fé em ambientes para além das paróquias.

A *Rerum Novarum* modificou a percepção da Igreja Católica nas discussões sobre qual posicionamento seria pertinente à religiosidade diante dos movimentos e mudanças sociais que ocorriam no globo, com o avanço de instituições e os progressos na modernização fabril e nos campos de trabalho.

⁴ Leão XIII foi um dos papas que mais escreveu encíclicas durante o pontificado; “*Æterni Patris*” (4 de ago. de 1879) sobre Sto. Tomás de Aquino e a filosofia escolástica; “*Arcanum divinæ sapientiæ*” (10 de fev. de 1880) sobre o matrimônio cristão e a vida familiar; “*Diuturnum illud*” (29 de junho de 1881) sobre a origem da autoridade civil; “*Immortale Dei*” (1º de nov. de 1885) sobre a constituição cristã dos estados; “*Libertas præstantissimum*” (20 de junho de 1888) sobre a verdadeira liberdade; “*Rerum novarum*” (16 de maio de 1891) sobre a condição dos operários; “*Providentissimus Deus*” (18 de nov. de 1893) sobre a Sagrada Escritura; “*Satis cognitum*” (29 de junho de 1896) sobre a unidade religiosa. Todas as encíclicas encontram-se disponíveis para leitura e download em: https://www.vatican.va/offices/papal_docs_list_po.html Acesso em: 02 ago 2022. Disponível em: <https://enciclopedia-catolica.com.br/?p=579> Acesso em: 02 ago 2022.

A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito. [...] É por isto que, Veneráveis Irmãos, o que em outras ocasiões temos feito, para bem da Igreja e da salvação comum dos homens, em Nossas Encíclicas sobre a soberania política, a liberdade humana, a constituição cristã dos Estados e outros assuntos análogos, refutando, segundo Nos pareceu oportuno, as opiniões errôneas e falazes, o julgamos dever repetir hoje e pelos mesmos motivos, falando-vos da Condição dos Operários.⁵

O parágrafo exposto acima é a introdução da encíclica elaborada por Leão XIII, intitulada “*a todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, os primazes, arcebispos e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a Sé apostólica*”. O texto relata a necessidade de uma economia social ser aplicada, em vez de apenas resoluções políticas, pois as relações que se estabeleciam, principalmente entre o operariado e seus patrões, vinham sofrendo diversas mudanças que implicavam na vida para além das áreas fabris, esbarrando nos costumes e vivências sociais, familiares e religiosas.

Os tópicos da *Rerum Novarum* abordavam também a importância dos cristãos leigos para a manutenção dessa economia social almejada. Mesmo que, em alguns momentos durante a leitura, a Igreja Católica apareça com responsável social pelos menos abastados e seja destacada a necessidade de atenção às desigualdades que se aprofundavam durante a distribuição de trabalho e crédito aos trabalhadores da época. O trecho a seguir nos elucida um pouco sobre isso.

A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. **Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição.** A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários.⁶ (Grifo meu)

Essa passagem consta no tópico “causas do conflito” da encíclica, onde se coloca a possibilidade de conflitos entre operários e patrões em relação à desigualdade na distribuição de trabalho e riqueza entre os indivíduos. O destaque feito na citação retrata a preocupação da

⁵ LEÃO XIII, Papa. **Rerum Novarum**: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html Acesso em 05 ago 2022.

⁶ Idem, p. 2. Grifos meus.

Igreja Católica com as consequências acarretadas pelo aprofundamento do abismo social entre as classes existentes, dentro e fora do ambiente dos operários.

Outra pauta da encíclica são as associações operárias católicas e a finalidade que elas teriam, afirmando-se que “em nenhuma outra época se viu tão grande multiplicidade de associações de todo o gênero, principalmente de associações operárias.” A encíclica também aborda as finalidades de associações operárias católicas, pelos princípios das quais deveriam se pautar, e convidar os operários católicos a se associassem.⁷

Segundo o historiador Deivison Amaral, a *Rerum Novarum* ressalta a importância e o temor de um corpo operário fortalecido, além de explicar e diferenciar a cultura militante desses trabalhadores para outros tipos de militância.⁸ Amaral destaca que a cultura associativa é influenciada por diferentes culturas militantes e explica, citando Cláudio Batalha, que “cultura militante nada tem a ver com uma forma correta ou verdadeira de militância, sendo assim específica ou exclusiva de determinada corrente ideológica cada uma destas culturas influencia”⁹ O autor relata ainda que o movimento associativo inspirado pelo catolicismo no Brasil sempre teve fortes inserções da Igreja Católica, mesmo por leigos, ponto que o diferenciava de casos europeus que possuíam uma cultura confessional antes da doutrina social da Igreja Católica. Outro ponto levantado por ele é de que a militância católica brasileira era frequentemente vista como mais conservadora em relação às outras correntes presentes no meio operário, em específico, e nos movimentos sociais, em geral. Isso baliza nosso entendimento sobre uma parcela da militância e os feitos por ela organizados aqui estudados.¹⁰

A “questão social” relatada na encíclica ecoa contextos fabris europeus, resultantes da exploração trabalhista crescente durante a Revolução Industrial. A expressão “questão social” era terminologia amplamente utilizada na época para indicar os problemas sociais em ascensão e a insatisfação que vinham gerando, fortalecendo movimentos sociais e ideologias políticas reprovadas pela Igreja. As críticas ao liberalismo exacerbado e predatório fundamentadas no capitalismo industrial, as condições de exploração extrema e vida precária dos operários foram responsáveis por consolidar o que foi denominado “questão social” para a Igreja Católica.

⁷ Idem, p. 22.

⁸ AMARAL, Deivison Gonçalves. **Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores em de Belo Horizonte (1909-1940)**. 2015. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

⁹ BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA Cláudio; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Unicamp, 2004. p. 99.

¹⁰ Idem, p. 18.

Amaral elucida que a *Rerum Novarum* é a oficialização do projeto da Igreja e a formulação de uma série de prerrogativas que balizariam a ação social católica futura.¹¹

A *Rerum Novarum* buscava assim neutralizar a luta de classes, propondo, ao contrário, a concórdia e a cooperação entre elas:

É com toda a confiança que Nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude do Nosso direito; **porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, se não apelamos para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz.** Ora, como é principalmente a Nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o Nosso dever. Certamente uma questão desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de atividade e de esforços; isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que Nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua ação fora da Igreja. E a Igreja, efetivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero.¹² (Grifo meu)

Este fragmento, especialmente o que foi destacado, revela que o posicionamento da Igreja diante da industrialização e das mudanças dos modelos sociais existentes indicava que a religião era capaz de modificar o que estava naturalizado até então, como uma não cooperação entre as classes operárias e seus patrões. Buscava chamar a atenção de governantes, ricos proprietários e operários de que era necessária uma concórdia entre as classes sociais existentes a fim de sanar possíveis conflitos e se colocar como alternativa para combater as doutrinas político-econômicas que vinham ascendendo:

A Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do consenso.¹³

A questão social na encíclica *Rerum Novarum* representa a maneira de regulamentar a importância de um ambiente religioso diante das mudanças e modernizações que ascendiam no mundo, como os ideais revolucionários e iluministas, buscando evitar o abandono da fé, que seria um resultado negativo para as sociedades. Sendo assim, a *Rerum Novarum* demonstra o interesse em minorar o sofrimento dos pobres e dos trabalhadores, disputando palmo a palmo

¹¹ Idem, p. 20.

¹² A questão de luta e concórdia de classes faz referência a terminologia cunhada por Karl Marx no livro *O Capital*, quando deixa de utilizar “questão social” e passa a utilizar luta de classes. LEÃO XIII, Papa, op. Cit. p. 7.

¹³ Ibidem

com os socialistas e reformadores sociais. Compreender a existência da *Rerum Novarum* é importante para que possamos entender a existência e o desenvolvimento da militância católica leiga no Rio de Janeiro e das organizações por ela fomentada.

1.2 Os Congressos Católicos e o desenvolvimento da militância católica leiga no Rio de Janeiro.

O ano de divulgação da *Rerum Novarum*, 1891, possui uma importância dentro do contexto e recorte temporal da pesquisa uma vez que corresponde ao ano posterior à implementação de uma emenda na constituição recém-promulgada no Brasil republicano. Em 7 de janeiro de 1890, um decreto denominado 119-A estabeleceu a laicidade no território brasileiro. Este decreto é anexado à constituição de 1891, e a partir da data, o território brasileiro deixou de ter uma religião oficial.

Embora essa emenda destituísse a Igreja Católica do posto de religião oficial, o movimento foi ganhando força, e o distanciamento entre Igreja e Estado foi se construindo durante nos anos seguintes. No entanto, essa separação não se estendeu totalmente a manifestações religiosas em público, que ainda permaneciam restritas aos ambientes religiosos ou aos lares dos cidadãos. A Proclamação da República no Brasil e a instauração de uma nova constituição, na qual a separação entre Igreja e Estado se concretizou, conferem à *Rerum Novarum* uma importância crucial naquele momento, principalmente pelos temas que abordam e por ser a primeira encíclica a tratar de maneira mais organizada sobre o papel da Igreja diante dessa questão social.¹⁴

A citada emenda constitucional 119-A resultou não apenas da Proclamação da República, mas também de um episcopado bastante enfraquecido e já sem uma influência demaior relevância que diz respeito ao poder estatal. Riolando Azzi afirmou que, durante os trinta primeiros anos da separação entre Igreja e Estado, o decreto foi seguido rigidamente. A promulgação dessa emenda fez com que os dois âmbitos se distanciassem, e a Igreja Católica empenhou-se por uma reorganização interna.¹⁵

¹⁴ Sobre o decreto 119-A, neste momento, ocorreu apenas uma introdução do mesmo, já que o foco principal era situar a importância da encíclica de 1891 perante o caso específico do Brasil. Contudo, no terceiro capítulo, abordaremos de maneira ampla a ocorrência desse decreto que promulga a laicidade no país;

<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>;

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em: 12.04.2021

¹⁵ AZZI, Riolando. O início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese Política Econômica e Social - nova fase**, Rio de Janeiro, v. 4, n.10, p.61-89, maio/ago. 1977, v. 4.

Essa reestruturação interna que ocorreu na Igreja Católica ficou conhecida como Restauração Católica, sendo essenciais a presença de um corpo militante que evidenciasse o poder e apelo social da Igreja. O período de maior concentração e fortalecimento da Restauração Católica ocorreu entre os anos de 1920 e 1930, e um dos frutos desse movimento são associações e círculos católicos leigos.¹⁶ A Liga pela Moralidade se caracteriza, assim, como um dos resultados da Restauração Católica, desempenhando o papel garantir à Igreja uma importância social que foi diminuída ao final do período Imperial e após a Proclamação da República.¹⁷

Todo o processo de construção da militância católica foi se estruturando por meio de acontecimentos como a redação das encíclicas, como a *Rerum Novarum*, a existência e urgência da questão social, a organização do operariado, além da formação de associações católicas leigas ou vinculadas à Igreja. Os congressos católicos existentes na primeira década do século XX consolidaram a militância católica no Brasil e deram a tônica necessária à formação dos jovens militantes católicos e às organizações que se estruturam após esses eventos.

O 1º Congresso Católico Brasileiro ocorreu em Salvador no ano de 1900, viabilizado pelo Apostolado da Oração (AO) – uma organização difundida por missionários jesuítas em uma cidade francesa em 1844, mas que se propagou por diversos países, inclusive o Brasil, em 1867, com um primeiro centro. Contudo, foi o centro fundado no ano de 1871 que ramificou diversos centros de AO pelo território brasileiro.¹⁸ O 1º Congresso Católico teve como pauta a questão operária, e a preocupação de que ocorressem conflitos entre o operariado e os patrões foi discutida para que esse cenário não chegasse a se concretizar. A congregação de jovens perante a doutrina social e moral católica já existia antes mesmo dos congressos, tanto que no ano de 1899 foi criado o Círculo Católico da Mocidade, no Rio de Janeiro. Três anos após sua criação, em 1902, essa agremiação passou a ser chamada de Círculo Católico, o que ocorreu em resposta à necessidade de organizações específicas para a juventude e suas participações no movimento social católico.¹⁹

¹⁶ Idem, p 61-63.

¹⁷ A Restauração Católica foi um movimento realizado por bispos durante os primeiros anos do século XX. O modelo brasileiro tem uma vinculação maior às hierarquias eclesásticas do que os modelos existentes na Europa, onde a autonomia das associações era maior em relação à Igreja. Veremos mais sobre a Restauração Católica nos capítulos à frente, e em algumas menções sobre os agentes sociais da militância católica no Rio de Janeiro. In: AMARAL, op. cit., p 40.

¹⁸ Até o ano de 1913, ano de falecimento do Padre Taddei – precursor do Apostolado da Oração no Brasil, existiam ao menos 1.290 centros de AO pelo Brasil. Disponível em: <https://aomej.org.br/historia>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

¹⁹ AMARAL, op. cit., pp 60-61.

A respeito do 2º Congresso Católico Brasileiro, realizado entre 26 de julho e 02 de agosto de 1908 no Rio de Janeiro, Deivison Amaral explica que “[...] a maioria dos discursos apontava para a necessidade de concentrar a ação dos católicos no associativismo e na formação de militantes católicos prontos para disseminar o catolicismo social e criar bases para restauração da sociedade brasileira”.²⁰ O jornal *O Paiz* fez a cobertura do evento, realizado no Gabinete Português de Leitura, e destacou as sessões em suas páginas. A cobertura das sessões realizadas no dia 30 de julho de 1908 foi notificada no dia seguinte sob o título: “**Segundo Congresso Catholico – A Sessão de Hontem**” [sic]. No decorrer da matéria, duas partes chamam a atenção, sendo a primeira delas:

Sucedeu na tribuna o acadêmico de direito Jonathas Serrano, que leu brilhante relatório sobre o Círculo para a mocidade, apresentando conclusões que foram aprovadas. São as seguintes:

1º- Em todas as dioceses do Brasil devem formar-se comissões de **moços de prestígio**, católicos praticantes e com auxílio de homens verdadeiramente dedicados a causa católica, prepararem os meios conducentes à rápida organização dos círculos, para a mocidade; 2º- Tais círculos procurarão, de preferência, atrair os jovens que tenham os estudos secundários, nos ginásios ou estabelecimentos congêneres, e os que iniciam seus cursos nas faculdades superiores, isto é, aqueles que mais necessitem de segurança em sua orientação filosófica e de benéfica influência de um meio sinceramente católico; 3º- Cada círculo deverá ter um assistente eclesiástico, representante da autoridade diocesana e incumbido de encaminhar ortodoxamente todo o movimento da associação; 4º- Na organização dos círculos, poderão ser aproveitadas, *mutatis mutantis*, as disposições mais importantes dos estatutos da União Catholica Brasileira, já aprovados por sua eminência, o cardeal arcebispo; 5º- Instilando-se o veneno corruptor da mocidade, principalmente pelas más leituras, hoje de modo extraordinário promulgadas, cada círculo procurará, desde logo, organizar uma pequena biblioteca de obras seletas, de apologética e de ação social, sugestivas e adequadas à época, de trabalhos científicos, catolicamente orientados, sobre as matérias dos cursos superiores: de obras primas de literatura sã; de revistas científicas, sociais, etc.; 6º- Os círculos deverão unir-se e corresponder-se, uns com os outros, de modo que se torne possível e fácil a organização católica dos moços; 7º- A *Revista Social*, órgão da mocidade, procurará ser o laço que estreite as relações dos vários círculos existentes, afim de facilitar ainda mais esse trabalho de organização da mocidade do Brasil.²¹

As conclusões tiradas no 2º Congresso já fazem com que este encontro seja mais resolutivo do que o que aconteceu em 1900, pois os ideais para uma organização mais efetiva

²⁰ A disponibilidade do material primário do Congresso está reservada à PUC/Minas. Portanto, as referências a essa documentação serão feitas por meio de bibliografia ou menções nos periódicos que servem como fonte para a pesquisa; In.: AMARAL, 2015. op. cit. p. 50

²¹ *O Paiz*, Rio de Janeiro. Ano XXIV ed.08702. 31 Jul. 08. P.4. Notícia intitulada: Segundo Congresso Catholico. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/178691_03/16915 Acesso em 11.03.2021. Grifos meus

sobre círculos para a mocidade foram pautados também no 1º Congresso; contudo, as aplicações práticas não obtiveram o resultado esperado. Por isso, a pauta sobre círculos católicos para a mocidade foi retomada no ano de 1908, desta vez com uma cartilha a ser seguida, conforme delimitado por cada tópico contido na citação acima.

A importância de mobilizar a juventude para tais círculos é a principal motivação existente no relatório. Tanto é assim que cada uma das resoluções gira em torno da participação desses jovens em tarefas e organizações católicas. No entanto, o destaque para “**moços de prestígio**” é o que mais chama atenção sobre a existência de grupos e organizações formadas por tais jovens. Em que consistiria esse *prestígio* tão estimado pelos representantes do Congresso?

A segunda resolução traz esta resposta, pois, para adentrar nos círculos, os jovens tinham que ter cursado os estudos secundários ou algo que fosse equiparado a estes, ou até mesmo já estivessem em cursos superiores. Além de delimitar os possíveis participantes dos círculos, apenas uma parcela letrada de jovens poderia estar ativa nos grupos. A resolução expunha que as melhores influências para esses jovens de ensino secundário ou superior seriam as existentes no meio católico. Sendo assim, o relatório acima não só demonstra a organização da mocidade católica no Rio de Janeiro como também retrata diversos pontos pautados na encíclica *Rerum Novarum*, relativos à participação de um assistente eclesiástico e aos jovens mais interessantes para se associarem.²²

Antes de trazer os agentes que participaram e constituíram a militância católica leiga e suas formas de associativismo, principalmente por uma ótica da história social, descrevendo a participação dos agentes sociais e as redes de sociabilidade em que se propuseram atuar, é necessário um maior aprofundamento na investigação sobre o 2º Congresso Católico. Como já foi exposto, uma das motivações que tornaram o 2º Congresso mais relevante que o primeiro – ao menos para esta pesquisa – é que as pautas estipuladas no 1º Congresso conseguiram ter maior concretude no segundo. Com a exposição do panorama de dois significativos acontecimentos, temos a ocorrência do primeiro nome a se destacar dentro do grupo ativo de militantes da mocidade no Rio de Janeiro, Jonathas Serrano, como veremos a seguir.²³

²² O nome de Jonathas Serrano aparece com grande destaque nas temáticas que envolvem a mocidade católica. Para mais informações ver: SILVA, Giovane José. **O batismo de Clio: catolicismo social e história em Jonathas Serrano (1908-1931)**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Ciências Sociais/Curso de História. 2011. p.14

²³ Ibidem

1.3 Militantes católicos e suas contribuições: de Jonathas Serrano a Pio Ottoni.

Em sua dissertação de mestrado, Giovane José da Silva buscou, a partir da trajetória de Jonathas Serrano, pontuar quais espaços eram possíveis para o debate e os discursos promovidos pelo catolicismo social. Partindo da análise feita por Giovane José, nos deparamos não apenas com uma historiografia sobre a militância católica, mas também com personagens e relações que essa militância propunha, além de ideais e discordâncias existentes entre aqueles que ficaram conhecidos como “intelectuais católicos”.²⁴

Figura 1 – Jonathas Serrano (idade desconhecida)



Fonte: JOSÉ, Giovani. O Batismo de Clio, p. 15

Trazer a figura de Serrano para esse estudo é importante, pois exemplifica quais são os indivíduos que professavam dessa vertente católica mais próxima das sociedades que vinham se criando à época, de uma militância que buscava não só angariar mais seguidores, como também estar presente em diversos espaços para além das paredes da Igreja:

Jonathas Serrano nasceu no Rio de Janeiro, em 1885. Filho de Frederico Guilherme de Sousa Serrano, capitão de mar e guerra do Império e senador constituinte da República por Pernambuco, e de D. Ignez da Silveira Serrano. Realizou seus estudos no Colégio Pedro II e na Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas do Rio de Janeiro, de onde sairia bacharel em 1909. No entanto, seguiu carreira de professor de história em inúmeros colégios religiosos no Rio de Janeiro. Em 1915, Serrano ingressou na Escola Normal, um importante local de formação dos futuros professores do Distrito Federal, e em 1919, fora

²⁴ Ibidem

nomeado diretor do mesmo instituto. No mesmo ano ingressou como sócio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em 1926 foi nomeado professor catedrático da cadeira de História Universal no Colégio Pedro II.²⁵

Algumas das informações contidas na citação anterior caracterizam Jonathas Serrano como um jovem letrado, e para além disso, filho de um representante da Marinha que desempenhou papel político durante os primeiros dois anos do regime republicano no Brasil. Essas características possuem uma relevância ainda maior quando, ao buscarmos maiores fontes e ligações entre as personagens, percebemos que em grande maioria os militantes e intelectuais católicos que aqui aparecerão têm suas filiações remetidas a cargos políticos durante os anos finais do Império e início da República, como também em cargos – geralmente de alta patente – das forças armadas. Esses espaços, por vezes habitados pelos jovens militantes, em outras por seus progenitores, acabam por refletir em algumas propostas da doutrina social promulgada durante a década de 1920. Jonathas Serrano era historiador, docente do Colégio Pedro II e membro do IHGB. Desempenhou um papel importante no ensino de história e materiais didáticos. No IHGB, ocupou o cargo de docente em cursos de capacitação profissional para algumas cadeiras, como administração pública, e comvislumbre para o ensino secundário.

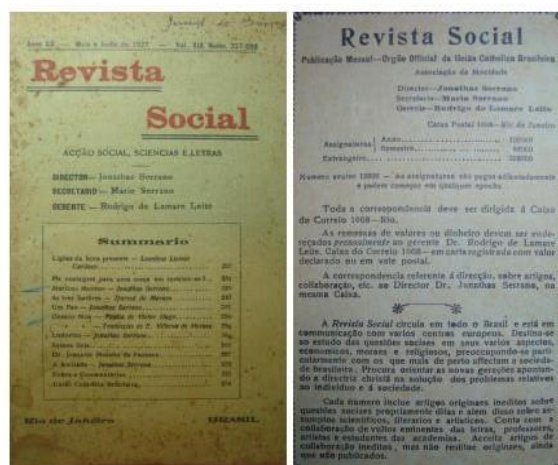
A trajetória de Serrano no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro remete à década de 1910. No ano de 1919, o historiador toma posse como sócio efetivo na instituição; contudo, sua participação em cursos e bom relacionamento com outros membros já era bem consolidada mesmo antes da posse. O presidente do IHGB à época, conde Afonso Celso, foi professor de Jonathas Serrano na Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas do Distrito Federal, além de, posteriormente, ter sido colaborador da *Revista Social*.²⁶

A *Revista Social* foi um órgão oficial da União Católica Brasileira, tendo Jonatas Serrano como principal colaborador durante 20 anos. A revista possuía periodicidade mensal, e dentro de suas seções eram publicados textos para a circulação de uma história pátria, republicana e católica. A *Revista Social* serviu como veículo para elaboração de um pensamento cívico e republicano aos católicos, fazendo com que o projeto político-cultural da Igreja Católica tivesse uma propagação escrita, elucidando a participação católica na construção de um novo regime político que fosse bem aderido pelos grupos sociais católicos.~

²⁵ LOPES, Raimundo Helio. Frederico Guilherme de Sousa Serrano. In: Centro de Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SERRANO,%20Frederico%20Guilherme%20de%20Sousa.pdf?msckid=4dd03e03d09e11ec91893e37fd8b33d7>. Acesso em: 16 ago 2022

²⁶ SLVA, op.cit. p. 71-72.

Figura 2: Frontispício e página de abertura da Revista.



Fonte: JOSÉ, Giovani. O Batismo de Clio, 70

Ainda sobre os cargos exercidos por Serrano e suas contribuições acadêmicas e profissionais temos que:

Entre 1928 e 1944 Jonathas Serrano exerceu inúmeras atividades burocráticas no âmbito do Estado, destacando a subdiretoria técnica de Educação no Rio de Janeiro, a Comissão Nacional de Censura Cinematográfica, o Conselho Nacional de Educação, a Comissão Nacional do Livro Didático e o projeto de formação de professores de história no ensino secundário através do rádio, a exemplo da Universidade do Ar, uma das iniciativas do Estado Novo. No seio do movimento da reação católica no Brasil Jonathas Serrano foi um dos mais ativos militantes. Em 1900, entrou para os Círculos da Mocidade Católica (CMCA), ligado ao Círculo Católico do Rio de Janeiro (CCA). Em 1908, fundou a **União Católica Brasileira (UCB), agremiação destinada a reunir a mocidade dos institutos secundários e faculdades do Rio de Janeiro**. No mesmo ano fundou o periódico que circulou até 1928: a Revista Social, órgão da mocidade acadêmica, ciências, letras e artes. Teve uma curta participação no Centro D. Vital, entre 1922 e 1924, saindo por discordâncias políticas em relação ao seu diretor, Jackson de Figueiredo. Retornou ao Centro D. Vital somente em 1930, já sob a direção de Alceu Amoroso Lima.²⁷ (Grifo meu)

O destaque acima nos serve para compreender a relevância deste intelectual para o desenvolvimento dos grupos de militantes que venham surgir após seus feitos. A União Católica Brasileira foi responsável por reunir a mocidade católica durante as primeiras décadas dos novecentos, possuindo ramificações diversas e, entre elas, a Liga pela Moralidade. Jonathas Serrano foi responsável pela criação e participação em agremiações que balizaram o cotidiano

²⁷ SILVA, op. cit. p. 15. Grifos meus.

de vários jovens católicos; sua jornada como historiador e professor também era interligada por seus ideais religiosos.²⁸

A União Católica Brasileira (UCB) foi criada em 1908 para substituir o então Círculo da Mocidade Católica (CMCA), fundado em 1900 no Rio de Janeiro. Contudo, a estruturação de uma nova organização visava debater a importância e papel da mocidade no cotidiano social das associações leigas católicas. Esta relevância veio a se concretizar pouco antes da realização do Segundo Congresso Católico, que abordou a questão operária, mas cuja principal pauta para realização deste congresso foi levar a doutrina católica a todas as camadas da sociedade. Para tal, a existência de uma associação que mobilizasse camadas jovens era de extrema relevância, pois revitalizaria as bases da população católica ativa. Essa revitalização passaria por âmbitos como educação, imprensa, associações religiosas, sindicatos e discussões doutrinárias, entre outros assuntos. Grande parte dos discursos sobre as necessidades do momento para a ação católica focava no associativismo e na formação de militantes desta causa, que estivessem prontos para a defesa e disseminação do catolicismo social, a fim de assim obter o que se acreditava ser a “restauração da sociedade brasileira”.²⁹

Serrano fundou a UCB sob alegação de que o CMCA não obteve sucesso em suas premissas, atuando de forma não significativa nos meios acadêmicos da capital e, também, por não contar com um periódico para impulsionar os caminhos percorridos pelo círculo em questão. Dessa forma, o surgimento da UCB contou com a *Revista Social* tendo por finalidade veicular discursos e pautas católicas importantes para a agremiação, além de contrapor mídias e/ou discursos de cunho anticlerical ou com fundamentos religiosos que desviassem do catolicismo, seja por concepções socialistas, comunistas ou anarquistas, ou que promovessem princípios protestantes como a Liga dos Moços.³⁰

²⁸ Uma figura muito recorrente nos discursos de Jonathas Serrano que também faz alusão a passagens da encíclica *Rerum Novarum* foi o padre Júlio Maria que, assim como na encíclica escrita pelo Papa Leão XIII, “os fiéis católicos deveriam substituir as questões políticas erroneamente predominantes nos governos pela questão social”, foi o Padre Júlio Maria que incentivou Jonathas Serrano a criar a UCB.

²⁹ AMARAL, op.cit. p. 50.

³⁰ Aqui, colocamos apenas as separações de cunho político e, no campo religioso apenas o protestantismo, pois eram os campos que “concorriam” diretamente com a posição de importância social almejada pelos militantes católicos da época. Mesmo que, em 1891, o país tivesse tornado oficialmente laico, o ato de professar fé em espaços públicos, principalmente aquelas que não fossem ligadas às premissas cristãs, ainda era proibido. Então, por mais que o número de estabelecimentos e agremiações de cunho religioso diferentes dos cristianismos conhecidos à época, como cultos de umbanda, candomblé e espíritas seguidores dos escritos de Allan Kardec estivessem crescendo cada vez mais com o passar dos anos, o culto de forma pública não era normalizado como os de fundamentos cristãos, principalmente católicos.

desses ideais acima citados. A propagação do catolicismo social buscou, em seus adeptos, principalmente os novos, um apelo à moral e à construção de uma ordenação civil regimentada pela religiosidade. Tal construção necessita de adeptos, propagadores e experiências; agremiações como o CMCA, a UCB e, posteriormente, a Liga pela Moralidade são os meios de concretizaressas necessidades e imprimir um posicionamento dentro da sociedade carioca em questão.

O papel da Igreja dentro do meio associativo e operário se colocava como combatente às influências socialistas e anarquistas que emergiam dentro das ações sindicais. Segundo o historiador Cláudio Batalha,

(...) essas organizações leigas estavam presentes nos principais centros urbanos a partir de fins do século XIX, dispondo com frequência de jornais próprios para difundir suas posições de defesa do catolicismo, do entretenimento entre trabalhadores e trabalhadores e patrões e contrária às greves, mescladas a uma tímida denúncia dos males da industrialização e a um virulento anti-socialismo.³¹

Esse papel de oposição aos movimentos sociais associados a determinadas orientações ideológicas da classe trabalhadora apontou para a necessidade cada vez mais latente de aproximação com essa parcela da sociedade. Nesse processo, o associativismo católico foi sendo arregimentado, não apenas com base nos documentos papais que elucidavam a importância do operariado e do trabalho perante a vida, mas nas formações leigas – sem a ocupação de um membro da Santa Sé para fiscalização ou determinação de agendas e afazeres – que poderiam se adaptar e alcançar maiores adeptos ao reconhecerem quais os movimentos necessários para a localidade em que a associação se inaugura.

Para que possamos entender um pouco mais dos princípios e da justificativa da fundação da União Católica Brasileira por Jonathas Serrano, traremos aqui um trecho do registro da UCB no livro de Registo de Sociedades Civis, onde:

Jus: Defender a Igreja Católica Apostólica Romana sob qualquer ponto cristão e propagar a prática e o que mais estivesse a seu alcance, [ilegível] ao inimigos da Pátria Brasileira e da Igreja Católica, defender a autoridade eclesiástica respeitar e fazer respeitar o princípio da legitimidade constituída, combater as sociedades secretas e as seitas condenadas pela igreja católica; rebater as calúnias atiradas contra o clero católico, propagar pela permanência da [ilegível] brasileira junto a Santa Fé; contribuir pra o saneamento moral; combater o divórcio. [ilegível] fluir de um [ilegível] do particular sobre a classe acadêmica com fim de chamá-la à prática dos princípios cristãos; promover a fundação de habitações coletivas para estudantes; defender as classes operarias, propugnando pela solução da questão social; interessa-se

³¹ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 27-28.

pela instrução pública em geral; trabalhar pela imprensa e [ilegível] católicos; incentivar a criação de bibliotecas católicas; estimular o espírito religioso, favorecendo e zelando pelas práticas e exercícios [ilegível] entre os seus associados; proporcionar divertimentos lícitos e morais aos seus sócios; ocupar de enfim de tudo a que vise o engrandecimento da Pátria Brasileira, pelos princípios integrais do catolicismo.³²

Ainda que algumas palavras apareçam de maneira ilegível no documento original, algumas frases contidas neste trecho reafirmam o argumento de Batalha: a defesa de meios comuns e atrativos para cooptação de pessoas nestas associações católicas, o princípio de defesa do operariado contido na encíclica *Rerum Novarum* e a necessidade de aproximação de jovens – principalmente de escolas secundárias e/ou universidades – para impulsionar a militância que se buscava.

O fragmento também expõe a necessidade de trabalhar pelas mídias católicas – revista, jornais ou panfletos de cunho religioso, ponto que Jonathas Serrano alegou ser negativo no Círculo da Mocidade Católica. Ao colocar na justificativa do registro da UCB essa aproximação com as mídias católicas ocorre um estímulo de aproximar não só a agremiação com os meios de comunicação existentes, mas se apropriar dessa importância, vinculando a União ao seu próprio periódico. Isso acontece pouco depois da fundação da UCB, e o periódico em questão é intitulado *Revista Social*.

Como exposto anteriormente, a *Revista Social* foi publicada pela primeira vez entre os anos de 1907-1908, tendo como público-alvo os jovens católicos e aqueles interessados nas pautas de ciências, letras e artes, conforme indicado no subtítulo da revista. Com periodicidade mensal, seções e textos que abordavam a História e análises sob uma perspectiva católica do que ocorria no cotidiano do país, a *Revista Social* era um elo entre os círculos de estudantes católicos, tanto secundaristas ou acadêmicos.

Giovane Silva expõe que a principal finalidade da publicação da Revista Social realizar as proposições do registro e a existência da UCB, sensibilizando sobre os problemas sociais que ali existiam e sobre a necessidade de figuras e pregações sociais como a de padre Júlio Maria.³³

- **Jackson de Figueiredo**

³² ARQUIVO NACIONAL, Registro da União Católica Brasileira, 1º Ofício de Títulos e documentos, livros 2ª, n da ordem 820, novembro de 1916. A fundação da UCB data do ano de 1908, como dito anteriormente pouco antes do Segundo Congresso Católico, contudo este documento datado de 1916 foi o único encontrado na seção de Ofício de Títulos e documentos.

³³ SILVA, op. cit. p.4

Contemporâneo a Jonathas Serrano, Jackson de Figueiredo é outro nome de muita importância na militância católica leiga no Rio de Janeiro e para o movimento de restauração do catolicismo no Brasil. Jackson de Figueiredo é uma figura de destaque quando se trata de militância e atuação político-religiosa no campo católico brasileiro. Nascido em Aracaju em 9 de outubro de 1891, com mãe católica e pai maçom, durante alguns anos de sua juventude se intitulou “*materialista, racionalista e ateu*”. Com a mudança para o Rio de Janeiro e a aproximação com outras bases e perspectivas, Jackson de Figueiredo inicia um período de construção de vida espiritualista até chegar à conversão ao catolicismo e a militar intensamente por causas católicas dentro da capital federal.³⁴

A trajetória de Jackson até sua conversão ao catolicismo e a construção de sua militância diferem em diversos pontos em relação à trajetória percorrida por Jonathas Serrano e outros militantes que tiveram destaque durante a década de 1920 no Rio de Janeiro. O que é importante frisarmos durante esta exposição das personagens não é uma tomada de qual a trajetória foi a correta ou mais importante, e sim mostram que, dentro de um movimento chancelado por uma mesma instituição, é possível encontrar mais de uma forma de atuação. Ou seja, a existência e militância de um não anula a do outro, mas privilegiaremos o objeto da nossa pesquisa: a Liga pela Moralidade durante a década de 1920.

A figura de militância e ativismo construída por Jackson de Figueiredo foi motivo de trabalhos no campo historiográfico, geográfico ou teológico, devido à sua intensa participação no campo político-religioso, à relação de proximidade e amizade com Dom Sebastião Leme – sendo este um “padrinho” de Jackson de Figueiredo após sua inserção no catolicismo –, ao seu papel reacionário perante políticas republicanas e pela construção e manutenção da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital. Sua militância ficou conhecida como “pensamento jacksoniano”, e fazendo uma síntese dos principais assuntos abordados nesse pensamento, temos: política, nacionalismo e educação.

O trabalho de Iésus Ignes Emidio Soares trata a figura de Jackson de Figueiredo e do surgimento da militância católica a partir dessa figura, abordando não só as suas contribuições, mas também as transformações que a Igreja Católica vinha sofrendo no Brasil com a mudança de regime político do Império para a República. Além de tratar das transformações sofridas pela Igreja católica durante as primeiras décadas do século XX, Iésus Soares versa sobre como a militância jacksoniana serviu de exemplo para o regime político colocado pelo laicato e por

³⁴ SACARDO, Volnei Antonio. **A autoridade acima de tudo!** - O pensamento geográfico de Jackson de Figueiredo. Rio Claro: UNESP, 2008, 132 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2008, p. 21.

quais meios a Igreja pode permanecer fortalecida, mesmo que de maneira distanciada do Estado.³⁵

Enquanto a atuação de Jonathas Serrano partia de uma visão mais cultural e voltada às classes menos elitizadas, à educação primária e secundária, Jackson de Figueiredo voltava seus feitos a uma esfera mais elitizada da população e de influência, não apenas nos grupos católicos como também na sociedade em que estava inserido. Jonathas Serrano, seguindo os passos do padre Júlio Maria, buscava um catolicismo mais voltado aos aspectos sociais e, com isso, não poderia se descolar das políticas republicanas, ainda que não concordasse plenamente com as decisões políticas do regime em relação ao lado religioso. O mais importante para Jonathas Serrano e o padre Júlio Maria era a união entre Igreja e povo.³⁶

Jackson de Figueiredo, por sua vez, assumiu um posicionamento onde a *recatolização* do país deveria ser realizada a partir de camadas médias e urbanas, formando elites intelectuais hierarquicamente determinadas e disciplinadas, como Dom Leme reiterava.³⁷ Essas proposições estão muito ligadas à caracterização que foi dada a Jackson de Figueiredo, não apenas por estudos sobre sua trajetória ou por ele mesmo, como no caso de se denominar um reacionário da causa católica, no sentido de reagir de maneira contrária às revoluções políticas ou revolucionárias que vinham a ser propostas em sua época.³⁸

A formação intelectual e religiosa de Jackson de Figueiredo sofreu algumas mudanças até que se consolidasse como um militante católico. Como mencionado anteriormente, ele tinha por parte de pai, uma presença maçônica e, pelo lado materno, o catolicismo. Após esses primeiros contatos com religiosidades, estudou em um colégio protestante ainda em Aracaju. Segundo Iésus Soares, o militante nasceu em meio a fortes influências intelectuais, o que resultou em um contato precoce com leituras e até mesmo com a escrita. Jackson lançou um livro de versos aos dezesseis anos, e em sua vida adulta, foi responsável por diversas escritas em colunas da revista *A Ordem*. Aliada à caminhada intelectual, o pensamento nacionalista vai se intensificando, principalmente quando se muda para o Rio de Janeiro.³⁹

³⁵ SOARES, Iésus Ignes Emidio. **Jackson de Figueiredo e o surgimento da militância católica no Rio da década de 1920**: a revista *A Ordem* e a construção da memória de um intelectual. 2017. Monografia (Graduação) – Escola de História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2017.

³⁶ VILLAGA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

³⁷ CASALI, Alípio. **Elite Intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.p.10.

³⁸ SOARES, op. cit. p.44.

³⁹ Idem, p. 40-41.

Figura 4: Jackson de Figueiredo.



Fonte: Site oficial Centro Dom Vital

Sobre ser um reacionário do campo católico, Jackson de Figueiredo se mantinha dentro e favorável a um corpo disciplinado e hierárquico. É possível vislumbrá-lo como favorável à forte presença de membros oficiais da Igreja Católica dentro do movimento católico leigo. Assim, mantinha-se arraigado à ordem e retificava a necessidade da Igreja perante sociedades que estavam sendo tomadas pelo liberalismo e pelo laicismo que vinham em conjunto com o modelo de governo moderno que se propunha.

Na mentalidade conservadora de Jackson de Figueiredo, tais proposituras de fé, somadas ao sentido hierárquico, ofereciam o parâmetro forte para o ambiente cultural da *ordem*, ideia-força de todo o seu pensamento e ato militante.⁴⁰

O trecho de Giovane Silva, destacado acima, evidencia que a postura de Jackson de Figueiredo era a de um conservador católico e expõe que um de seus maiores bastiões perante seu trabalho de militância era a manutenção da ordem católica, mesmo dentro do regime laico em que a República se pautava. O destaque para a palavra *ordem* dentro desta citação é para elucidar que este foi um dos pilares de seu trabalho enquanto mantenedor da causa católica.

Em 1921, Jackson de Figueiredo funda a revista *A Ordem* e, no ano seguinte, o Centro Dom Vital, sendo estes dois pontos altos de sua jornada militante. O intuito dessas organizações

⁴⁰ SILVA, 2015 apud SOARES, p. 44.

era de se propagar perante as consciências dos cidadãos e *recatolizar* o país. Mesmo após sua morte, ocorrida no ano de 1928, as obras continuaram existindo e desempenhando um papel de destaque para o projeto político da Igreja em se reaproximar dos cidadãos e até mesmo da esfera estatal.

[...] a obra militante que ele começou toma proporções que talvez nem ele mesmo imaginara. A Ordem e o Centro Dom Vital continuaram como fortes ferramentas para o projeto político da Igreja. Após o início do período Vargas, as relações entre Estado e Igreja entram em um estágio que apenas ficam em nossas conjecturas sobre como Jackson lidaria com essa relação. Sebastião Leme e o substituído de Jackson, Alceu Amoroso Lima, sabiamente articularão com o Estado os interesses da instituição.⁴¹

Sobre a formação de grupos militantes católicos leigos, suas ações e organizações a partir das experiências de militância e o reflexo no meio em que se inseriram, temos a seguinte afirmação de Iésus Soares:

O surgimento dos intelectuais leigos não foi mero acaso do proselitismo católico, tampouco um movimento justificado por uma conversão em massa de intelectuais. A organização desse grupo dentro da Igreja já fazia parte de um planejamento da alta hierarquia eclesiástica, afinal, o próprio Vaticano já havia incentivado tal ação; para a Igreja brasileira era mais que o cumprimento de um projeto, era uma necessidade. Contudo, a realidade brasileira era um caso particular. A crítica da Pastoral de D. Leme de 1916 ainda ecoava sobre o catolicismo brasileiro da década de 1920; os católicos eram a maioria da população, contudo, via-se um catolicismo vago, inoperante e sem vigor.⁴²

Como já visto no início do capítulo, a formação de intelectuais católicos e de militantes leigos da causa católica não eram meramente um acontecimento, mas sim uma reação que acontece após a separação de poderes estatais e religiosos, especificamente no Brasil, e também como uma possibilidade de auxílio social, seja por meios de intelectuais ou de apoio aos que não possuíam formas de adentrar espaços intelectuais e/ou elitizados. A militância católica leiga no Brasil chega em um momento de grandes acontecimentos e informações, quando se observa uma grande inserção de políticas liberais e de industrialização da produção, deixando muitas vezes os trabalhadores sem um amparo social.

A existência de uma ou mais vertentes de um catolicismo organizado ocorre para garantir que o projeto proposto pela Restauração Católica obtenha um efeito: a formação de um exército de fiéis. Dessa forma, a pátria brasileira se constitui a cada vez maior com o passar dos anos.

No âmbito educacional, Serrano e Figueiredo militavam com bastante entusiasmo, acreditando que a construção de uma base católica era de grande importância para o país, a fim

⁴¹ SOARES, op. cit, p 47.

⁴² Idem, p. 48

de “amenizar” os efeitos modernos que aconteciam na sociedade. Segundo Gomes, na relação Estado-Igreja existia uma ala dos militantes católicos que “ansiavam pelos velhos tempos” do Império.⁴³

Os anos de 1921 e 1922 são de grande relevância para a trajetória de Jackson de Figueiredo, pois marcam as bases de duas grandes obras que se perpetuaram para além de sua atuação como militante católico. Em 1921, funda-se a revista *A Ordem*, que tem como objetivo restabelecer a defesa da ordem social, como implicitamente sugerido em seu nome, e manter estudos sobre o catolicismo de maneira forte e reacionária em relação aos atos e movimentos revolucionários que ocorriam nos anos anteriores.⁴⁴ Com a participação de leigos e religiosos, a revista torna-se um ponto de discussão e debate sobre as causas católicas, bem como uma necessidade de exposição de ideais compartilhados por Jackson e seus pares em relação ao tipo de trabalho católico que deveriam oferecer à sociedade.⁴⁵ Em 1922, Jackson de Figueiredo, juntamente com um grupo de intelectuais, funda o Centro Dom Vital. Para Figueiredo, a finalidade do Centro seria a estabelecer uma “grande bibliotheca cathólica com um serviço de informações bibliográficas e a edição de uma collecção de livros de apologética em geral, assim como de todo o gênero de literatura que possa servir de interesse da Igreja e da Pátria Brasileira”.⁴⁶

A formação da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital são reações dos militantes leigos católicos com o objetivo de organizar seus pares e estabelecer modelos a serem seguidos pelos cidadãos. O Centro Dom Vital, segundo seu próprio criador, nasce com a finalidade de reunir obras de cunho católico não apenas para servir à Igreja, mas também à Pátria Brasileira, onde as coleções de cunho apologético possam ser encontradas de maneira facilitada e organizada.⁴⁷

⁴³ GOMES, Edgar da Silva. **A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890):** uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca. São Paulo: PFTNSA, 2006. p. 43.

⁴⁴ A ordem social aqui mencionada refere-se à organização social, a um ordenamento. Dentro do pensamento católico, as estruturas e hierarquias da sociedade não eram contestadas, mas sim a superexploração e suas mazelas sociais. Nesse contexto, é importante diferenciar a entre de classes e a busca por justiça social. A justiça social não implicava a ruptura das hierarquias sociais, tendo como respaldo a encíclica *Rerum Novarum*, que buscava uma abordagem mais justa entre operariado e patronato, sem a necessidade de uma revolução por parte dos operários. Ver: AMARAL, Deivison Gonçalves. **Catolicismo e trabalho:** a cultura militante dos trabalhadores em de Belo Horizonte (1909-1940). 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

⁴⁵ O emprego da palavra *reacionário* nos estudos e referências a Jackson de Figueiredo ocorre devido à maneira como o militante católico se posicionava em relação aos acontecimentos da época. O sentido era, justamente, o de reagir de maneira contundente e rápida diante de inserções revolucionárias que pudessem afastar o catolicismo social dos jovens e círculos católicos existentes.

⁴⁶ FIGUEIREDO, Jackson de. **Centro Dom Vital**. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 2, mai., 1922, p. 145, apud SACARDO, op. cit., p. 32

⁴⁷ FIGUEIREDO, Jackson de. **Centro Dom Vital**. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 2, mai., 1922, p. 145, apud SACARDO, op. cit., p. 32.

A vida de Jackson de Figueiredo foi marcada por intensa militância até seu falecimento, no ano de 1928. Contudo, o legado deixado por ele também é composto por suas ações enquanto membro ativo dessa militância. Após sua morte, tanto o Centro Dom Vital quanto *A Ordem* continuaram a dar seguimento os projetos políticos iniciados por Jackson, e as articulações entre essas organizações e o estado ficaram a cargo da diretoria do Centro Dom Vital, principalmente sob a liderança de Dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso de Lima – este último atuando como substituto de Jackson na presidência.⁴⁸

A existência de organizações como a União Católica Brasileira e o Centro Dom Vital revela mais uma faceta da militância leiga católica existente no Rio de Janeiro, mesmo que as atuações dessas organizações orientassem mudanças para os demais estados do país. Essas organizações são importantes para que possamos compreender os caminhos que estão sendo estruturados por esses militantes e por aqueles que compartilhavam alinhamento com os pensamentos e ações propagados nessas organizações.⁴⁹ Seja de maneira mais reativa ou por meios de abordagens mais intelectuais, a presença de figuras como Jonathas Serrano e Jackson de Figueiredo abriu caminho para que a militância católica leiga pudesse experimentar um maior desenvolvimento durante as primeiras décadas do século XX.⁵⁰

Trazer a formação de organizações como a União Católica Brasileira, o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem* é fundamental para compreender a história escrita pela militância católica até a criação de outros grupos que se desenvolvem a partir delas, como é o caso da Liga pela Moralidade e daqueles que nela atuavam. A Liga pela Moralidade, sendo uma organização que nasce da União Católica Brasileira, teve a participação de alguns militantes que atuavam na UCB, não apenas na sua formação, mas também em sua atuação como organização leiga para jovens católicos e/ou com afinidades ao pensamento moral promulgado pela Liga.

Ao abordar pessoas relevantes para a história da Liga pela Moralidade, dois nomes se destacam: Rodrigo de Lamare Leite e Pio Ottoni. Por isso, investigamos parte de suas trajetórias e as ações aplicadas durante sua participação na Liga.

⁴⁸ Tanto o Centro Dom Vital quanto a revista *A Ordem* continuam ativos e com publicações. No site oficial da instituição, encontramos não só a trajetória de ações desenvolvidas pelo centro, mas também a galeria de presidentes, desde Jackson de Figueiredo até Ricardo Beneduzi, que desde 2021 ocupa a presidência do CDV. Quanto às publicações da revista *A Ordem*, estão disponíveis no site desde a primeira publicação, datada de 30 de setembro de 1921, até a de número 101, datada de janeiro de 2022.

⁴⁹ A relação entre a União Católica Brasileira e o Centro Dom Vital está na manutenção e agrupamento de ideais católicos. Ao estabelecer um círculo de sociabilidades e promoções como associações católicas, essas duas organizações mantêm seus adeptos em constante proximidade. Além de serem reconhecidas como organizações católicas leigas, elas também contam com veículos literários e diversificados grupos de atuação social, tais como grupos de estudantes secundaristas e universitários, grupos de mulheres ou grupos de desportivos.

⁵⁰ No caso das obras de Jackson de Figueiredo, a atuação mais crescente ocorre durante o período de governo de Getúlio Vargas.

- **Rodrigo de Lamare Leite.**

Rodrigo de Lamare Leite, médico e militante católico, foi o idealizador da *Liga Antipornographica*. Em uma das edições do periódico *A Cruz*, foi descrito como “médico competente, católico exemplar e da primeira linha de combate”.⁵¹ O papel e discurso médico e católico de Rodrigo de Lamare Leite são importantes para compreendermos como a *Liga Antipornographica* se formou e como esse comportamento se propagou. Rodrigo de Lamare Leite tornou-se bacharel em Ciências no ano de 1909 e em Medicina em 1912 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, além de fazer parte do corpo militar da Marinha. Durante sua graduação e após sua formação, foi interno nas áreas de ginecologia e dermatologia na policlínica do hospital de crianças, Hospício N. S. da Saúde, Hospital da Gamboa. Também atuou como inspetor sanitário da Repartição de Higiene do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1918.

O cargo de maior destaque em sua carreira foi o de médico pesquisador no Gabinete Médico-Legal, que, a partir de 1922, ficaria conhecido como Instituto Médico Legal, onde adquiriu vaga por meio de concurso e trabalhou até 1931, quando veio a falecer por decorrências de uma infecção.⁵²

Sua trajetória como militante católico é tão extensa quanto seu currículo profissional, e o discurso médico interligava-se aos dogmas religiosos presentes na Liga pela Moralidade. Com isso, as ligas que fundou e dirigiu eram compostas por indivíduos que pregavam moralidade a partir de posicionamentos católicos e de fundamentavam-se por meio dos discursos médico-jurídicos sobre moralidade e honra pública.

- **Pio Benedicto Ottoni.**

Pio Benedicto Ottoni nasceu no dia 30 de abril de 1889. Ingressou no curso jurídico da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro no ano de 1906, e ao final de 1910, obteve o grau de bacharel. A partir de sua formatura, começou a advogar no campo

⁵¹ **A Cruz**: Órgão da Paróquia S. João Baptista, Rio de Janeiro. edição 00013, ano XIII. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/829706/2532> > Acesso 25 fev. 2021. p.5.

⁵² Ibidem.

cível e comercial, tanto no estado do Rio como em Minas Gerais. Desde sua formatura, desenvolveu funções relativas ao ensino em colégios e associações de cunho católico, seja presidindo ou como membro. Foi secretário de Júlio Benedicto Ottoni, que, além de seu tio, era um grande industrial da época, principalmente por ser dono da companhia “Luz Stearica”. O nome de Pio figurava como acionista da companhia, noticiada por alguns periódicos, principalmente pelo escândalo de desvio de verbas intitulado “Trust das Velas”.⁵³

Figura 5: Retrato de Pio Ottoni



Fonte: **A União**, 18 de dez. 1910

Em 1912, Pio Ottoni solicitou a apreensão de folhetos com supostos conteúdos pornográficos, como mostram suas cartas endereçadas ao chefe de polícia do Distrito Federal:

Exc.^a Dr. Chefe de Polícia do Distrito Federal
[contém selo da secretaria de polícia do distrito federal; para conhecimento do Dr. Chefe]
“Tenho a honra de comunicar a V^a Exc.^a que no dia 6 do corrente mandei um guarda intimar ao sr. Moura, proprietário de uma agência de jornais e revistas ... à rua da Quitanda nº 114, a retirar da vitrine diversos folhetos com estampas imorais na capa, por contribuir este fato o crime prescrito no art. 282 do Código Penal. O Sr. Moura pediu ao guarda a minha presença no

⁵³ Para maiores informações acerca do episódio denominado “Trust das Velas”: **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro. edição 00262., ano XLIII Notícia intitulada: A procissão de Dr. Ottoni. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/45128 > Acesso 25 fev. 2020. p.1

estabelecimento e prontificou-se a obedecer, pondo à minha disposição toda a coleção de folhetos, pediu-me que indicasse quais poderiam figurar na vitrine, sem ofender ao art. do Código Penal. Fiz a seleção que me pareceu justa, só permitindo a exposição do que não era inconveniente, e agradei em nome de V^a Exc.^a a atenção e acabamento com que então fui tratado. Deus guarde V^a Exc.^a.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1912. O 1º suplente de 17º distrito. Pio B. Ottoni. ⁵⁴

O conteúdo da carta endereçada ao chefe de polícia do Distrito Federal, que na época era Belisário Távora, expôs que Pio Ottoni mandou retirar alguns folhetos de uma banca de jornal e revistas com a justificativa de que tais folhetos eram imorais e não deveriam ser expostos no estabelecimento. Como descrito, a seleção foi feita a partir de um critério de Pio, não havendo uma prévia documentação ou regulamentação por parte das delegacias de polícia.⁵⁵ Outra carta, datada de 17 de setembro de 1912, regula a atuação de Pio Ottoni perante material impresso:

Designo o Primeiro Suplente de delegado do 17º Distrito, Dr. Pio Benedicto Ottoni, para fazer o serviço de repressão á pornografia relativamente a toda sorte de publicações imorais e contra os bons costumes, podendo fazer apreensões e tudo mais que julgar necessário para essa repressão, em todo o Distrito Federal. Recomendo aos Delegados e Comissários de todos os distritos que lhe prestem todo o apoio e auxílio de que necessitar pedir.⁵⁶

A carta acima indica que Pio Ottoni já era o suplente de delegado do 17º distrito, cargo esse que desempenharia apenas na ausência do delegado distrital, mas que agora teria uma nova função: censor de materiais que infringissem a moral e bons costumes da época.

O material dessas cartas trata, em sua maioria, do quantitativo de impressos que foram recolhidos, das ruas da cidade se encontravam e dos policiais foram deslocados para fazer as apreensões. Além disso, Ottoni explicava se encaminharia os folhetos à Secretaria de Polícia

⁵⁴ **Carta de Pio Benedicto Ottoni a Exc.^a Dr. Chefe de Polícia do Distrito Federal** (11.09.1912). Acervo do Arquivo Nacional, Gifi 6C, 368.

⁵⁵ O artigo citado é 282 do Código Penal de 1830 e estava contido no Capítulo II – Sociedades Secretas. Art. 282. A reunião de mais de dez pessoas em uma casa, em certos e determinados dias, somente se julgará criminosa quando for para fim que se exija segredo dos associados, e, quando neste último caso, não se comunicar em forma legal ao Juiz de Paz do districto em que se fizer a reunião.

Penas - de prisão por cinco a quinze dias ao chefe, dono, morador, ou administrador da casa; e pelo dobro, em caso de reincidência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 06 out.2022. Ao analisar a ação de Pio Ottoni e o conteúdo do artigo 282, o questionamento que fazemos é: caso não ocorresse a apreensão destes folhetos, o Sr. Moura, dono do estabelecimento, poderia ser detido por exposição de materiais que culminassem em uma organização de secreta? Neste caso, dentre o que foi apresentado pela carta, não houve nenhuma outra apreensão além dos folhetos, nem outro tipo de notificação ao dono do estabelecimento. Contudo, o questionamento se faz presente, além do porquê esta notificação foi feita a partir do artigo 282 e não do artigo 279, contido no Capítulo I – Quarta Parte – Ofensas da Religião, da Moral e Bons Costumes.

⁵⁶ **Carta de designação do Primeiro Suplente de Delegado do 17º Distrito**. Secretaria da Polícia do Distrito Federal (17.09.1912). Acervo do Arquivo Nacional, Gifi 6C, 368.

ou se ele próprio descartaria tal material.⁵⁷ Contando com a primeira comunicação realizada em 11 de setembro de 1912, encontramos disponíveis para consulta no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, na sessão de sociedades civis, oito cartas de Pio Benedicto Ottoni remetidas a Belisário Távora. Além destes exemplares, que descrevem o tipo de apreensão realizada, também existem cartas solicitando auxiliares para as buscas e apreensões organizadas por Pio Ottoni. Entretanto, qual a finalidade de falar sobre Pio Ottoni dentro do campo de militância católica leiga?

Para além de censor de materiais tidos como pornográficos ou imorais e de peças teatrais, Pio Ottoni ocupou a diretoria da Liga Antipornographica (1912-1917) e foi um dos primeiros e mais reconhecidos presidentes da Liga pela Moralidade. Entretanto, a carreira de Pio Ottoni como censor ainda contém alguns episódios que precisam ser contados. Uma fiscalização dos filmes e peças teatrais existentes na cidade do Rio de Janeiro era realizada por Pio e seus auxiliares, com a finalidade de censurar as películas e apresentações que pudessem conter imoralidades e atos pornográficos, a fim de proporcionar uma limpeza moral nas diversões cariocas. O caso da iluminação dos cinemas na cidade é curioso e demonstra o posicionamento contrário por parte do 2º delegado auxiliar.

A Liga Anti-pornographica do Rio de Janeiro pede a atenção de S. Exc.^a para a imoralidade que diariamente se exhibe nesta Capital, por meio de filmes cinematográficos. Lembra também a conveniência ainda como medida de moralidade que as salas de exibição dos cinemas não continuem a funcionar sem luz devendo como acontece nos Estados Unidos, usar iluminação a luz verde.⁵⁸

A ocorrência foi registrada pela Liga Anti-pornographica com remetente ao chefe de polícia e consta no livro da Secretaria de Polícia do Distrito Federal – 1ª seção, em 29 de agosto de 1912. Nesta data, Pio Ottoni ocupava o cargo de presidente da organização e rememorava as visitas em cinemas e teatros a fim de inspecionar as sessões e ambientes em questão. A resposta à solicitação da associação ocorre dias depois, por parte do 2º Delegado Auxiliar do Rio de Janeiro, e relata que tais pedidos soam como improcedentes.⁵⁹

O Dr. 2º Delegado Auxiliar informa que é improcedente sob todos os pontos de vista, a reclamação da Liga. Não pode a Polícia intervir sobre a cor das luzes; não se pratica nenhum ato contra a moral durante a exibição das fitas visto haver policiamento e ter o povo brasileiro a precisa moralidade, igual a de outros povos onde os filmes se exibem da mesma forma que nesta Capital.

⁵⁷ Na parte de anexos da dissertação constarão algumas das cartas que utilizamos na pesquisa.

⁵⁸ Citações da correspondência oficial da Secretaria da Polícia do Distrito Federal, 17 de set. de 1912. **Acervo do Arquivo Nacional**, Gifi 6C, 368.

⁵⁹ Ibidem

Quanto a filmes imorais a polícia tem sempre proibido, pois é função que lhe compete e saberá cumprir.⁶⁰

As ações do então diretor da Liga Anti Pornographica e censor teatral já dividiam opiniões e linhas de jornais. Antes mesmo de sua oficialização, periódicos como “A União”, que se descrevia publicamente como um periódico católico, propagavam que o cargo estava muito “*bem ocupado*” e que todas as ações eram sérias e visavam à “limpeza moral” dos cariocas. Mas, em uma nota publicada no periódico *Gazeta de Notícias*, é perceptível que decisões tomadas pelo jurista são tidas como uma série de tolices, como exposto abaixo:

O caso do Sr. Pio parece um caso pilhérico e, no entanto, é um caso sério. Esse moço está cometendo uma série de asneiras, que no fundo só podem depor contra nosso renome lá fora. Com uma falta de critério no grau máximo, o bacharel Pio vem, desde o começo de sua ação de censor, fazendo uma série de cortes em várias peças, tais atos foram pouco a pouco causando riso, por engraçados e fúteis. Eram cenas aqui e ali, em geral relativas a religião, suprimidas com um “sanfaçon” de menino que principia a carreira.

A notícia, que não foi assinada, estampou a coluna intitulada “Censura Theatral”, ridicularizando as ações de Pio Ottoni. Em outra nota, que abordava a suspensão de uma peça intitulada “O Judeu Errante”, sugeria-se que a atuação de Ottoni poderia prejudicar o renome teatral e cultural do Rio de Janeiro em outros lugares, pois o censor estava ultrapassando os limites em seus cortes e censuras:

Agora, porém, a coisa mudou de aspecto, uma tragédia pungente, dolorosa, cheia de verdade e de vida palpitante, como essa peça de Strindberg – “Pai”, é classificada pelo Sr. Pio, com um descaro inaudito de gênero libre, ‘vaudeville’ do Palais Royal de Paris. Simplesmente isto, Deus dos céus! Mas não pararam aí as sandices do nosso censor teatral. Sabem o que acaba de proibir o Pio? O velho dramalhão, outrora conhecidíssimo entre nós, “Judeu Errante”, extraído do romance do mesmo título, de Eugenio Sue. É, sem dúvida, a suprema tolice do bizarro censor. Ou então o bacharel não tem mioleira em ordem Das duas uma. Agora, há uma desculpa: esse moço, bacharel formado por uma imensa ironia da sorte, não conhece as leis e desconhece a Constituição Federal, E não é só. Independente disto, tornou-se criador de uma moral ‘sui generis’, pois só é imoral para o jovem Pio o que cheira a padre ou a religião. [...]⁶¹

Primeiro, a nota aborda que o dito censor havia proibido uma peça do famoso dramaturgo sueco August Strindberg. Depois disso, investiu ainda contra uma adaptação da obra do escritor francês Eugene Sue, na qual um judeu que teria maltratado Jesus Cristo fora

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro. edição A00092, Ano XXXI. Notícia intitulada: O Sr. Pio proibiu “O Judeu Errante” um censor fora da época. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/29639 > Acesso 25 fev. 2020, p. 2

condenado a caminhar pelo mundo até o fim dos tempos. Com a censura da peça sendo determinada, fica explícita que a tomada de decisão de Pio Ottoni se qualificou a partir da religiosidade por ele professada e não pela constituição e pelas leis vigentes. A censura cultural empregada por Pio Ottoni era regimentada por sua moral católica, vigente nos pensamentos e ações que ele e seus pares empregariam futuramente na Liga pela Moralidade.

Francamente, tenhamos piedade do bacharel censor. **O moço católico está atacado do micróbio da época – o “engrossococus”.** Não quer ferir as crenças puríssimas do chefe. Mas o que é para mais lastimar é sua miopia jurídica. Depois disto, vemos só um remédio para o caso – a demissão do Dr. Pio Ottoni, cujo espírito de super-homem não pode ser compreendido pelos mortais da época de agora. Nasceu antes do tempo. Certo, nós não o podemos compreender. Só isto pode explicar as suas tolices.⁶² (Grifo meu)

Trazer a matéria como foi apresentada no jornal, ainda que em frações para melhor analisarmos, nos permitiu visualizar críticas às ações praticadas por Pio Ottoni, enquanto jornais de cunho católico o caracterizassem como uma boa escolha para o trabalho do censor. Pessoas que não eram do seu mesmo círculo de pensamentos e atividades, como o de autoria da matéria nos jornais de grande circulação, como a *Gazeta de Notícias*, vislumbravam as medidas de Ottoni como retrógradas perante as artes da época, sempre sobrepondo a ação religiosa às posturas municipais e legislação vigente, como uma espécie de polícia de costumes.

No entanto, a carreira de Pio Benedicto Ottoni como censor teatral não durou por muito tempo. Ainda no ano de 1912, os principais periódicos utilizados na pesquisa deixam de mencionar seu pertencimento a esses cargos e passam a tratá-lo apenas como um dos membros responsáveis pela Liga Anti-pornographica. Da mesma forma que o primeiro momento da Liga, nas primeiras notícias sobre sua existência, foi ressaltada que a composição de jovens rapazes católicos que almejavam expurgar materiais e práticas consideradas por eles como pornográficas das ruas cariocas.

Com base nas trajetórias de alguns militantes leigos católicos, de encíclicas com abordagens mais voltadas ao campo social, como a *Rerum Novarum*, da organização de Congressos Católicos e a Restauração Católica sendo uma medida de propagação das ideias católicas da época, especialmente para as camadas mais jovens da sociedade, é possível trilhar de maneira mais consistente como e por quais motivos a Liga pela Moralidade existiu durante as primeiras décadas do século XX. No próximo capítulo, veremos não apenas sua formação,

⁶² Idem; A notícia não possui autoria descrita, no entanto, estava inserida em uma coluna chamada “Censura Theatral” que fazia parte do editorial do jornal.

mas também seus diálogos com a militância católica da qual resultou e as mudanças pelas quais passou ao longo do tempo.

Capítulo II

A Liga pela Moralidade e a militância católica.

Nosso objetivo neste segundo capítulo é compreender do que se tratava a Liga pela Moralidade, investigando como sua formação ocorreu, quais suas ligações com outras organizações católicas – leigas ou não, os principais eixos de atuação e qual o objetivo de empreender uma liga como esta no estado do Rio de Janeiro em meados da década de 1910. Vejamos um trecho do seu estatuto, registrado em outubro de 1917:

Extrato Denominação: **Liga pela Moralidade – Fim: Combater a imoralidade por qualquer forma que ela se apresente e contribuir assim para o saneamento moral da sociedade brasileira como organização católica que é a Liga pela Moralidade procurará fazer perpetuar os símbolos, vestuários e objetos ao culto.** – Sede: Nesta Capital. – Tempo de duração: Indeterminado – função social e sua aplicação. A constituir-se de [ilegível] pelo qual é administrada e representada ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente: É administrada por uma diretoria composta de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários e tesoureiro, é representada pelo presidente ou por procurador por ele constituído. Se os estatutos são reformáveis no tocante a administração e de que acordo: As disposições dos estatutos não poderão ser alteradas nem reformuladas estes a não ser por deliberações de dois terços dos sócios ativos da Liga pela presentes a suas sessões consecutivas, convocados para sem fim especial e desejando sendo confirmada esta resolução pelo conselho deliberativo da União Catholica Brasileira ou vice versa, seguindo-se sempre a aprovação do assistente eclesiástico. – Responsabilidade: os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais condições de extinção da Liga e destino de seu patrimônio neste caso. (Grifos meus)⁶³

O trecho acima destacado elucida a finalidade da Liga pela Moralidade como associação. Sendo assim, ao investigar a Liga pela Moralidade como uma experiência derivada de uma militância católica leiga, buscamos trazer sua importância para os estudos de história social acerca do associativismo católico e suas redes organização, principalmente a partir do primeiro decênio de 1900.

Aqui buscaremos inserir a Liga no cenário de militância e associativismo católico leigo, explicitando as suas diferenças em relação ao associativismo católico sindical. Para tal, investigaremos seus agentes e redes de relações, a princípio dentro e fora da sede da Liga pela Moralidade e o perfil de seus associados. Como ficou exposto no capítulo anterior, a hipótese que sustentamos é que eles estavam intimamente ligados a uma determinada concepção de

⁶³ ARQUIVO NACIONAL, Registro da Liga pela Moralidade, 1º Ofício de Títulos e documentos, livros 2ª, n da ordem 892, 31 de outubro de 1917.

religiosidade e doutrina social propagada pela associação, com foco em uma ideia de moralidade balizada pela cristandade católica.

Nossas principais fontes serão alguns periódicos que circulavam no Rio de Janeiro: “A União”, “Gazeta de Notícias”, “A Cruz: Órgão da Paróquia São João Baptista”, “O Paiz” e o “Jornal do Commercio”. Estes títulos foram selecionados pois, mesmo sendo muito diversos entre si, se sobressaem pelo grande número de notícias e reportagens sobre a associação e seus membros de destaque entre os anos de 1910-1920.⁶⁴ Para além dos periódicos, o *Almanak Laemmert* nos auxilia no reconhecimento dos cargos, pertencimento institucional e alterações na associação durante o passar dos anos. Finalmente, utilizaremos os documentos da associação, boletins disponíveis e relatórios das diretorias.

O recorte temporal proposto para esta dissertação compreende especificamente os anos de maior atuação da Liga pela Moralidade, de 1917 até 1926; contudo, a existência da organização é mencionada desde 1912 até o ano de 1929.

E nem mesmo no que tange às fontes primárias da associação ou seus pares (físicos ou jurídicos), o que nos permite uma pesquisa por um recorte temporal maior, mas também nos gera alguns questionamentos por não termos o acesso à documentação oficial em maior número. Durante esses anos (1912-1917, 1923-1926), a Liga sofreu, ao menos, duas reorganizações em seu período de funcionamento, que demarcam mudanças importantes nos discursos propagados por seus associados.

Ainda que este seja o recorte temporal principal para compreensão do trabalho, será impossível não mencionarmos alguns períodos anteriores, ou até mesmo posteriores, ao tratarmos da militância católica leiga e de como o associativismo católico foi sendo visto durante a Primeira República.

Em um determinado período e local – Rio de Janeiro, capital da República –, em que a discussão sobre a “modernização” da sociedade era um estímulo mobilizador gerado pelos movimentos político-sociais existentes. Para que essa modernização ocorresse efetivamente, deveria haver uma separação entre religiosidade e Estado. Segundo Susan Besse, a divisão do que fora dado como público e privado era colocada em pautas associativas, da mesma forma que os papéis desempenhados também poderiam ser delimitados por questões de gênero. Segundo a historiadora, a modernidade, principalmente sob uma perspectiva de gênero, acarretou um progresso ambíguo: ainda que certos ideais de modernidade tenham “libertado”

⁶⁴ As menções sobre a Liga pela Moralidade nos jornais destacados e disponibilizados na Hemeroteca Digital contabilizam: A União – 72; Jornal do Commercio – 38; O Paiz – 34; A Cruz – 20; Gazeta de Notícias – 14.

algumas mulheres dos espaços estritamente domésticos, ainda lhes eram impostas submissões a homens que desempenhassem papéis de autoridade, até mesmo perante o código civil.⁶⁵

A crença por parte dos associados à Liga pela Moralidade em um Estado legitimamente católico representava uma contraposição às discussões sobre modernidade, pois os espaços que fossem controlados por um por chefe hereditário, regido pelo sagrado, e dotado de privilégios perante o restante da população representaria um atraso social, e não uma democracia. Maria Tereza Chaves de Mello descreve o momento de ebulição do republicanismo, em que a renovação da linguagem estabelece uma relação dicotômica entre monarquia e república: nessa construção semântica, a monarquia representava tudo que estivesse ligado ao passado, ao atraso, à tirania, e a república passava a ser a expressão de um progresso por meio da ciência, da técnica e da soberania popular. A monarquia era o confessional, a república, a laicidade. A autora analisa as formas práticas em que essa oposição se consolidou e expõe que a difusão de uma nova cultura social, ainda nos anos finais do Império, “foi designada aos representantes da Corte que transitavam cada vez mais nas ruas centrais do Rio de Janeiro, onde se concentrava uma gama de comércios e editoriais”, proporcionando um fluxo de acontecimentos não só entre os locais ali dispostos, como também um receptáculo de informações de outras civilizações.⁶⁶

Entre as principais maneiras de difusão dos ideais republicanos e vivências dessa modernidade encontravam-se a imprensa e a literatura. A Liga pela Moralidade desenvolveu campanhas de fiscalização da literatura e do mercado de diversões carioca a fim de legitimar o “saneamento moral da sociedade brasileira” proposto em seu estatuto e reafirmado pelos símbolos dos discursos católicos. Mas afinal, o que foi a Liga pela Moralidade, como ela surgiu e qual sua importância para compreendermos melhor no que consistia a militância católica leiga do Rio de Janeiro nas décadas de 1910 e 1920?

2.1 O mercado de impressos no Rio de Janeiro.

A fim de situar os leitores e leitoras deste trabalho, é importante apresentarmos por quais cenários se formou a Liga pela Moralidade. As deliberações por parte da Igreja Católica sobre a formação de uma doutrina social e de militantes da fé são o ponto de partida para que

⁶⁵ BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. pp. 11-15.

⁶⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo** [online]. 2009, vol.13, n.26, pp.15-31. ISSN 1413-7704. p. 24.

possamos dimensionar a estrutura de uma associação católica, principalmente as denominadas leigas, como foi o caso da Liga.

Fernanda Cássia dos Santos aborda a religiosidade católica durante os anos entre 1907 e 1924, focando na censura católica a romances.⁶⁷ A tese de Santos tem como objetivo principal analisar os discursos católicos que existiam durante as duas primeiras décadas dos novecentos. Para isso, ela expõe a construção de ideais de feminilidade e masculinidade por parte do discurso católico, e esses ideais estavam inseridos em meios de leitura, como livros e revistas.

Ao reconstruir o percurso de párocos e militantes católicos, a autora destaca a relevância que o mercado literário teve durante o período pós Proclamação da República. Ao levantar quais obras eram tidas como “boas ou más leituras” pelo núcleo católico do Rio de Janeiro, torna-se possível vislumbrar quais práticas foram se desenvolvendo até a consolidação de uma censura de materiais literários.⁶⁸ A construção do ideal de uma feminilidade e de uma masculinidade a serem propagadas estaria contido nas obras publicadas por autores vinculados à moralidade católica. Esta vinculação de ideais e obras consideradas edificantes vai ao encontro dos planejamentos existentes nos Congressos Católicos de 1900 e 1908.

Da mesma maneira que houve a construção de um projeto para edificação de obras católicas, algumas publicações foram consideradas nocivas para os católicos.⁶⁹ Fernanda Cássia dos Santos utilizou de algumas ações realizadas pela LPM para discorrer sobre a censura católica. O trabalho dela foi inspirador para nossa investigação sobre tal organização e sobre a militância católica e sua atuação no Rio de Janeiro. Utilizaremos trechos literários de obras relevantes à época para analisar a forma de atuação da Liga pela Moralidade durante seus anos de maior aparição na imprensa carioca.

As teses de Deivison Amaral, abordado no primeiro capítulo quanto à representação dos Congressos Católicos, e de Santos, balizam as informações necessárias para compreendermos o contexto de surgimento da Liga pela Moralidade. Isso é feito tanto ao utilizar de resoluções práticas da Igreja Católica, como as encíclicas e congressos também vistos no primeiro capítulo, quanto para os grupos e associações católicos, sendo eles leigos ou não, e por suas próprias formas de agir, estando voltadas para o cotidiano existente no Rio de Janeiro da época.

⁶⁷ SANTOS, Fernanda Cássia dos. **Entre o altar e a fogueira: relações de gênero na censura católica a romances (1907-1924)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba

⁶⁸ Utilizaremos como um dos materiais de censura e campanha de saneamento moral o recolhimento de folhetos, livros e outros materiais literários, conforme descritos nas cartas de Pio Benedicto Ottoni para Belisário Távora. Carta de Pio Benedicto Ottoni a Exc.^a Dr. Chefe de Polícia do Distrito Federal (11.09.1912). Acervo do Arquivo Nacional, Gifi 6C, 368

⁶⁹ Idem, p. 7.

Após acompanharmos o processo de formação da militância católica no Rio de Janeiro e as breves trajetórias de seus principais agentes, podemos desenvolver a relação entre essas personagens e a Liga pela Moralidade. A literatura vigente no final da década de 1910 até meados da década de 1920 nos auxilia a entender algumas ações importantes da LPM. Isso porque a censura de material literário e a comunicação sobre manifestações culturais formam a maior parte das notícias que apuramos nos jornais selecionados como fontes. Sendo assim, a fim de contextualizá-la, utilizamos algumas obras historiográficas que acabam esbarrando na existência da LPM.

No livro *Páginas de Sensação*, Alessandra El Far nos ajuda a compreender a importância da leitura, comercialização de livros e impressos nos primeiros anos da República, do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. El Far explora a literatura popular e quais fatores fizeram com que o ato de ler fosse disseminado, principalmente na capital federal. Além de mostrar que o ramo livreiro era promissor, dada a procura por diversificados exemplares e formatos de histórias, o formato de negócio passava por modificações que não apenas baratear a produção, mas também possibilitaram aumentá-la cada vez mais.⁷⁰

Dentro dessa lógica, colocada por El Far como promissora:

(...) o melhor livro não era aquele que deixava transparecer um estilo refinado de escrita, mas o que mais vendia [...] as obras populares não eram aquelas que direcionadas a um público em específico, e sim as que recebiam um tratamento editorial interessado em baixar seu custo de produção e dinamizar seu consumo. Diante de um anúncio intitulado “**livros para o povo**” as pessoas sabiam tratar-se de volumes baratos, de leitura fácil e, em muitos casos ilustrados com várias estampas.⁷¹ (Grifo meu.)

Uma das maneiras de chamar atenção dos potenciais leitores eram os anúncios, como o destacado na citação, mas também existiam as propagandas em periódicos. Estas podiam tratar de um livro em questão, da livraria como um todo ou até mesmo de um gênero literário. Segundo El Far, o gênero mais procurado durante o final do século XIX e início do XX foram os romances. Ao enfatizar que o melhor livro não era necessariamente o que aparentava um maior refinamento, mas sim o que mais vendia, a ótica comercial mostra-se sendo mais relevante do que as referências do material a ser vendido.

O desenvolvimento do campo editorial no Rio de Janeiro ocorreu concomitantemente às mudanças que aconteciam em outras esferas da sociedade, como a modernização dos espaços,

⁷⁰ EL FAR, Alessandra. **Páginas de Sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁷¹ Idem, p 12.

abertura de tipografias locais, livrarias e propagação de obras em português que abordavam o cotidiano da cidade:⁷²

No espaço doméstico do lar, o casamento infeliz, a perda da inocência, o desencontro amoroso, a autoridade paterna, os dilemas da infidelidade, expostos com uma certa dose de erotismo e melodrama, atraíram o público leitor a dialogar com os padrões sociais daquele período.⁷³

Tais temáticas tornaram-se bastante recorrentes nos chamados *romances de sensação*. Esses romances se caracterizavam por narrativas que despertavam em seus leitores emoções “não recorrentes em uma vida pacata” e uma integração entre cenários cotidianos, porém com surpresas durante a apresentação. A terminologia “*de sensação*” não existia apenas no Brasil; na verdade, foi importada de literaturas europeias que representavam esse mesmo tipo de livros.

Outro formato de romance que também teve grande circulação durante o início do século XX foram os intitulados “*romances para homens*”. Esses romances não apenas eram dotados de surpresas durante o desenvolvimento dos contos, mas também continham passagens, ou todo o conteúdo, de cunho pornográfico.⁷⁴ É dentro desse nicho *romances de sensação* e *romances para homens* que a Liga pela Moralidade e seus associados aparecem para desaprovar o sucesso que tais obras faziam. A ação de repressão ocorria perante as diversas camadas sociais existentes que faziam uso de livros intitulados como de sensação ou para homens, não se restringindo mais apenas às camadas populares. Abordaremos esse caso mais adiante, evidenciando não apenas como casos de censura literária estavam profundamente ligados ao formato da LPM, mas também se manifestavam como uma de suas principais ações e solicitações aos cidadãos que demonstravam afinidade com a organização.

El Far trata do aparecimento da LPM, ainda em 1912, quando se chamava *Liga Anti-pornographica*, uma organização de jovens católicos vinculada à UCB que propunha “*combater a pornografia sob todos os aspectos e com todos os meios lícitos ao seu alcance*”, como também foi destacada no registro da Liga pela Moralidade citado no início do capítulo.

⁷² Sobre o desenvolvimento do campo editorial, também é possível vislumbrar um maior número de trabalhadores nas ruas a partir deste novo ofício. Caixeiros e mercadores ambulantes nas ruas do Rio de Janeiro faziam com que a possibilidade de comprar livros fosse cada vez mais simplificada e acessível. Sobre o trabalho de caixeiros e a importância que essa classe teve para o desenvolvimento urbano e comercial no final do século XIX e início do século XX. Ver: POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixeiras e o fechamento das portas (1850-1912). *Cadernos AEL*, v.6, 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2480/1890>.>. Acesso em: 04 dez 2023.

⁷³ EL FAR, op. cit. p 74.

⁷⁴ Idem, p.183-184.

El Far descreve a organização dos associados para o “saneamento moral da sociedade brasileira”:

um apelo feito em vão à polícia por um jornalista da *Revista Ilustrada*, em 1883, [...] iria ver apenas na década de 1910 sua fala endossada pelas sociedades católicas que, organizadas e munidas de prestígio, começavam a exigir das autoridades uma atuação repressiva e imediata a esse tipo de material.⁷⁵

A reflexão descrita acima reflete que a organização de militantes católicos, em associações e fora delas, ganhou espaço para discutir e pleitear uma “regeneração social” por parte das autoridades policiais da época. Nomes que se tornam referência para a militância católica estavam ligados não apenas a importantes clérigos, como Padre Júlio Maria, Dom Sebastião Leme e Pedro Sinzig, mas também a instituições e pessoas públicas, como o chefe de Polícia Belisário Távora ou o chefe dos Correios Joaquim Ignácio Tosta.

Na mesma linha dos *romances para homens*, surgiram revistas e jornais de cunho pornográfico, ganhando maior presença a partir do ano de 1898, sendo o jornal *O Rio Nu*, o principal exemplar de tal conteúdo.⁷⁶ O periódico *O Rio Nu* é amplamente conhecido e estudado, tanto como objeto quanto como fonte, em pesquisas no campo das ciências humanas. No livro *Clichês Baratos*, a historiadora Cristiana Schettini utiliza de *O Rio Nu* e alguns congêneres para analisar os caminhos percorridos pela imprensa de “*gênero alegre*”. Além disso, investiga as intervenções que essas publicações faziam dentro e fora da organização social que essas redações possuíam. Schettini explora os caminhos e processos de mercantilização da indústria de diversões, humor, sexualidades e a urbanidade noturna existente nas ruas centrais do Rio de Janeiro.⁷⁷

Ao passo que El Far aborda a existência da LPM em *Páginas da Sensação*, Schettini trata de associações e medidas tomadas por parte de uma militância católica no que tange o comércio dos impressos obscenos.⁷⁸ A década de 1910 foi marcada não apenas pelo engrandecimento do comércio de impressos obscenos, mas também por medidas de contenção à circulação desses materiais. Em determinadas áreas, obtendo certo grau de sucesso; em outras, as decisões pudicas dos militantes católicos existentes na época foram noticiadas de maneira irônica.

⁷⁵ Idem, p 278.

⁷⁶ Outras denominações que foram se popularizando para referenciar os romances para homens foram: coleções rubras, de fogo, leituras de gênero alegre, contos para velhos obras destinadas aos solteirões, obras para momentos de verdadeiro prazer e delícia. Idem, p 274.

⁷⁷ SCHETTINI, Cristiana. **Clichês Baratos: Sexo e humor na imprensa ilustrada carioca do início do século XX.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019. Publicado em versão digital E-Pub 3. p.4

⁷⁸ A terminologia “impressos obscenos” é utilizada por Cristiana Schettini. Fazemos uso do mesmo termo não só por referenciá-la, mas também por ter tido acesso a fontes que retratavam tais materiais da mesma forma.

Dois nomes se sobressaem quando tratamos de ações ocorridas durante a década supracitada: o de Joaquim Ignácio Tosta, que à época ocupava o cargo de diretor dos Correios, e o do já mencionado Pio Benedicto Ottoni, bacharel em direito, que ocupou um cargo de censor teatral durante o ano de 1912, como exposto no capítulo um.⁷⁹

Ridicularizada por alguns grupos, a preocupação com a moral social dos cidadãos cariocas se mostrou um ponto relevante nos ambientes católicos, não apenas pelas estipulações nos Congressos Católicos de 1900 e 1908. Dada a resolução do Segundo Congresso Católico, que previa a necessidade de uma regulação e mobilização de jovens pela causa católica, fica possível compreender os motivos para tentar regulamentar os sentidos morais das publicações que circulavam a capital federal.

Joaquim Ignácio Tosta foi diretor dos Correios, mas sua trajetória na vida pública começa na Bahia, onde foi deputado e defensor de uma agenda legislativa que desse a devida importância às atitudes de organizações católicas existentes. Foi membro e diretor do Círculo Católico, além de participante da União Católica Brasileira (UCB).⁸⁰

A comunicação de militantes e associações católicas com órgãos públicos não ficou reservada a este momento. Veremos mais adiante que a comunicação da direção da Liga pela Moralidade com administradores do poder público foi recorrente, com o intuito de inserir políticas de saneamento moral dentro das preocupações públicas.

A cultura impressa e teatral eram as principais advertidas quanto à suposta imoralidade e obscenidade por parte dos militantes como Joaquim Tosta, Pio Ottoni e Jackson de Figueiredo. O exemplo mais significativo, explorado por Schettini em seu livro, foi o da medida de controle sobre os impressos que circulavam diariamente pela capital federal. A alegação não só de Tosta, mas também dos demais seguidores, era de que os conteúdos desses materiais eram um perigo social, colocando em risco “as concepções de pureza, adentrando a vícios e violentas paixões que corroem o homem do povo, além de perpetuar práticas libidinosas perante visitantes da nação”.⁸¹

A medida levantada pelo diretor dos Correios foi, de acordo com a medida de um senador francês chamado René Bérenger, que argumentou sobre a necessidade de campanhas antipornográficas em seu país. A campanha foi ironizada por jornais franceses, e a versão brasileira dessa fiscalização também teve suas críticas e sátiras, incluindo uma caricatura de

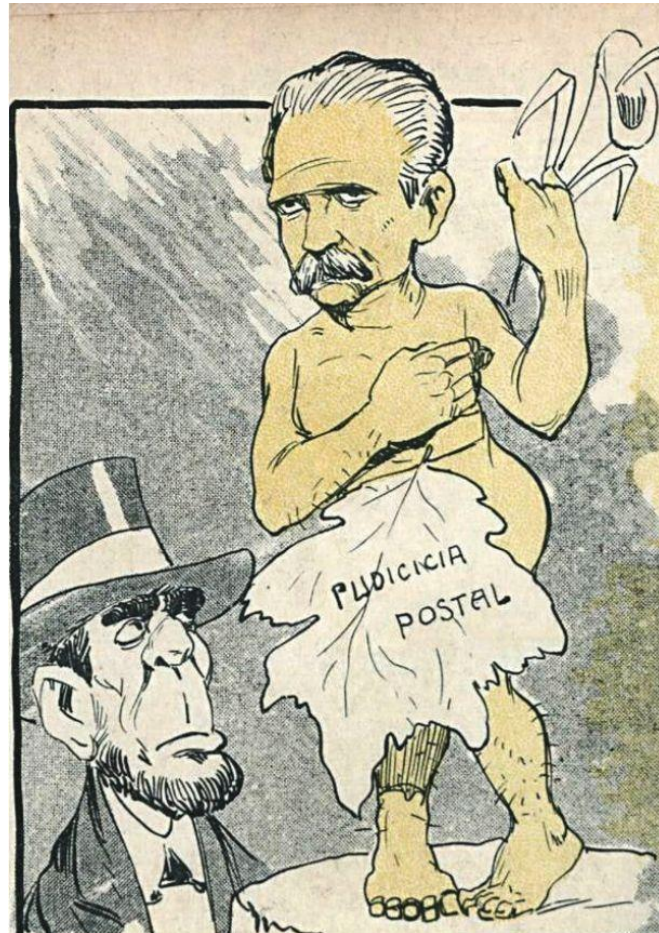
⁷⁹Joaquim Ignácio Tosta foi deputado federal na primeira década do século e propôs a lei sindical de 1907, a primeira a organizar o sindicalismo brasileiro. A lei fora proposta pelas associações católicas de Pernambuco.

⁸⁰ Ver: SILVA, op. cit. p.14-40 e AMARAL, op. cit. p. 37-111.

⁸¹ SCHETTINI, 2019, op. cit, p.13.

Tosta coberto apenas por uma folha de parreira, indicando a necessidade de pudores para a imprensa, como exposto na figura abaixo.

Figura número 6: A caricatura de Joaquim Ignácio Tosta



Fonte: **O Malho**, abril de 1910.

Em contrapartida, dentro dos círculos católicos, as solicitações para fiscalização dos impressos soavam como um grande avanço no movimento de saneamento moral da cidade. E é nesta onda de ações pela moralidade social carioca, com as movimentações de militantes católicos que estavam inseridos em instituições públicas, que adentraremos a construção do que foi a Liga pela Moralidade.

Para que possamos compreender as maneiras de atuação da Liga pela Moralidade, torna-se necessário o mapear dessa associação desde sua fundação. Embora que seu registro seja oficializado em cartório no dia 30 de outubro de 1917, a ideia de uma associação católica que agisse em prol de costumes cristãos nos âmbitos social e familiar já era discutida em círculos católicos desde antes da década de 1910, como visto em uma das sessões do 2º Congresso Católico Brasileiro, em 1908.

2.2 A cronologia da Liga pela Moralidade: de antipornográfica à moralidade patriótica (1912-1927)

2.2.1 A Liga Anti-pornographica.

Durante o 2º Congresso Católico, o cônego Octávio Chaves de Miranda abordou a necessidade de uma associação para reprimir alusões à pornografia. Quatro anos após essa afirmação do clérigo no Congresso de 1908, a argumentação promovida resultou no envio de uma carta ao então Chefe de Polícia do Distrito Federal, Belisário Távora. O motivo era comunicar a fundação da “*Liga Anti-pornographica*” (LAP), parabenizando o trabalho de Távora no combate ao lenocínio e apreensão de obras obscenas que, segundo ele, “pululavam nas ruas do Rio de Janeiro”.

Tal carta foi remetida ao delegado Belisário Távora no dia 30 de julho de 1912, contendo não apenas carimbo da *Liga Anti-pornographica*, mas também o da *União Catholica Brasileira*. O conteúdo integral foi:

Exmo. Sr.

Respeitosas saudações. Por ordem do Sr. Presidente tenho o prazer de comunicar a V. Exc.^a a fundação em cinco do corrente ano da “*Liga Anti-pornographica*” do Rio de Janeiro. O título resume todo o programa. A “*Liga*” destina-se a combater a pornografia sob todos os aspectos e com todos os meios lícitos ao seu alcance. Queira V. Exc.^a desculpar-me a demora de esta comunicação que há muito deveria ter feito. Antecipadamente não só a “*Liga*” como também a “*União Catholica Brasileira*” fundadora da “*Liga*”, agradecem todo o auxílio prestado por V. Exc.^a a esta obra de regeneração social. Aproveito a oportunidade para felicitar a V. Exc.^a pelo empenho que teve em fazer a censura teatral que infelizmente se acha paralisada pelas apreensões de publicações obscenas, e pelo esforço empregado por V. Exc.^a em combater o lenocínio. Outrossim a “*Liga Anti-pornographica*” oferece-se para auxiliar a V. Exc.^a na campanha contra a imoralidade pública. Queira V. Exc.^a aceitar os meus sinceros cumprimentos. Deus guarde V. Exc.^a. Ex. Sr. Dr. Belisário Távora. M. D. Chefe de Polícia do Distrito Federal.⁸²

A formação da *Liga Anti-pornographica* (LAP) do Rio de Janeiro foi conduzida por Rodrigo de Lamare Leite, militante católico abordado no primeiro capítulo, médico e o primeiro presidente da associação. Sua figura foi qualificada pelo periódico “*A Cruz*” como um “médico competente, católico exemplar e da primeira linha de combate”.⁸³

⁸² ARQUIVO NACIONAL, Gifi 6C, 368.

⁸³ A tiragem do periódico *A Cruz* não era muito grande; contudo, a circulação do jornal estava em várias capitais do país, vinculadas a associações católicas, desde a região Sudeste até a região Nordeste. Ainda que seja um jornal de pequeno porte e voltado principalmente para um público específico, o religioso católico, ele se torna um

O excerto citado demonstra a importância que os associados da LAP remetiam aos órgãos de policiamento da cidade, dada a fiscalização dos impressos tidos por esses militantes como obscenos, além da censura teatral. Esta comunicação, entre o surgimento da *Liga Anti Pornographica* e o Delegado Belisário Távora, é interessante para que possamos visualizar os caminhos que a organização vai percorrendo, a fim de regimentar suas ações com o auxílio de pessoas e órgãos públicos. Com isso, a propagação de ideais existentes nas ligas que fundou e dirigiu era composta por indivíduos que pregavam moralidade a partir de posicionamentos católicos e de fundamentação por meio dos discursos médico-jurídicos sobre moralidade e a honra.

O exemplo utilizado por Rodrigo de Lamare e outros militantes católicos da União Católica Brasileira para fundar e administrar a *Liga Anti pornographica* foi o da liga francesa gerenciada pelo dito senador Berenger, que já foi mencionado anteriormente como figura exemplar para medidas de controle postal instaladas pelo chefe dos Correios, Ignácio Tosta.⁸⁴

Ligas Antipornográficas europeias eram referenciadas como possibilidades para o combate à pornografia e à prostituição, além de um exemplo e uma necessidade para o Brasil. Um dos precursores destas notícias foi o padre franciscano Pedro Sinzig, que, por meio da Revista *Vozes*, relatou o fechamento de uma casa de tolerância alemã após intervenção de duas ligas antipornográficas, uma católica e outra protestante.⁸⁵ Finalizando a matéria, Sinzig relata que já existia em solo brasileiro uma organização às alemãs, onde a prostituição era combatida em suas mais derivadas formas, a *Liga Anti-pornographica*, como o documento citado acima expôs.⁸⁶

importante referencial para a forma com que os militantes católicos que estavam inseridos na Liga pela Moralidade, ou em organizações afins, eram vislumbrados por esta imprensa. Da mesma forma, possibilita a visualização de como tais pessoas eram retratadas em outros jornais de grande porte e tiragem, como *Gazeta de Notícias* ou *O Paiz*.

⁸⁴ Ao buscar por “Rodrigo de Lamare Leite” na Hemeroteca Digital, encontramos 263 menções referentes ao médico, estando dispostas em 51 jornais e/ou revistas. Ressaltamos aqui os principais: Almanak Laemmert (27); A Cruz (25); Jornal do Commercio (23); A União (21) e O Brazil-Médico (10). O processo de classificação das notícias sobre Rodrigo de Lamare foi tabelado pelos momentos em sua trajetória, associações católicas das quais fez parte, os hospitais em que atuou como médico ginecologista, clínico geral e/ou dermatologista, sendo eles: obra de Adoração Perpétua ao Santíssimo Sacramento, zelador do Apostolado da Oração, membro da Liga “Jesus, Maria, José”, secretário da Sociedade Médica de São Lucas e confrade de São Vicente de Paulo A Cruz: Órgão da Parochia S. João Baptista, Rio de Janeiro, edição 0001, Ano XIII. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/829706/2532> > Acesso 25 fev. 2020. p.5.

⁸⁵ SINZIG, Pedro. Homens: uma vitória contra a imoralidade. In.: **Vozes de Petrópolis: revista religiosa, científica e literária**. Petrópolis: Officina das Vozes de Petrópolis. v. 6. n. 1. jan-jun.1912. s/p. p.164. e SANTOS, Fernanda Cássia dos. **Entre o altar e a fogueira: relações de gênero na censura católica a romances (1907-1924)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

⁸⁶ Frei Pedro Sinzig (1876 – 1952) era frei menor da ordem franciscana. Naturalizado no Brasil em fevereiro de 1898, falece em 1952 em sua capital de natal, Düsseldorf, Alemanha. Pedro Sinzig foi artista, musicista, escritor e jornalista católico, levando em todas as suas obras “o ideal cristão” que tanto pregava. Como jornalista, vale

A Revista *Vozes* era um grande veículo de notícias católicas durante as décadas de 1910 – 1920. Sediada em Petrópolis, posteriormente, sua reedição passou a ser nomeada como *Vozes de Petrópolis* e teve Frei Sinzig como seu principal redator. O corpo editorial da revista foi responsável por algumas matérias acerca da *Liga Anti-pornographica* e suas reorganizações futuras, estabelecendo, assim, uma conexão institucional entre as duas organizações e corroboração nas fiscalizações teatrais, panfletárias e cinematográficas propostas pela LAP.

A carta sobre a fundação tem assinatura do secretário da *Liga Anti-pornographica* e foi uma das primeiras comunicações entre o Chefe de Polícia e a associação, desenvolvendo uma relação importante com um dos membros diretores da *Liga*, elevando-o ao cargo de censor teatral no ano de 1912.⁸⁷ Aproximadamente dois meses depois da fundação da *Liga Anti-pornographica*, o Chefe de Polícia Belisário Távora redigiu uma carta designando o cargo de 1º Suplente de Delegado do 17º distrito ao Dr. Pio Benedicto Ottoni, para:

fazer o serviço de repressão à pornográfica relativamente a toda sorte de publicações imorais e contra os bons costumes, podendo fazer apreensões e tudo o mais que julgar necessário para essa repressão, em todo o Distrito Federal. Recomendo aos delegados e Comissários de todos os distritos que lhe prestem todo apoio e auxílio de que necessitar e pedir.⁸⁸

No capítulo anterior, vimos que Pio Ottoni desempenhou a tarefa de censor a materiais pornográficos. Além dessa função, observamos também, em várias passagens nas cartas enviadas ao Chefe de Polícia, que Ottoni era referenciado como 1º Suplente de Delegado. Embora saibamos que um suplente só assume o posto caso ocorra a saída do primeiro designado, no caso de Pio Ottoni, houve uma diferença: conforme visto na citação acima, Belisário Távora atribuiu tarefas ao bacharel em direito, de modo que o cargo de 1º Suplente seja um sinônimo das censuras realizadas por Ottoni.

Na ausência de uma extensa documentação oficial, abordaremos o objeto de estudo por meio de outras aparições. Analizaremos a natureza da organização da Liga pela Moralidade, o percurso estabelecido pela União Católica Brasileira para sancionar sua existência e as mudanças que ocorrem nessa agremiação ao longo dos anos. Nesse contexto, destacamos a importância dos Congressos Católicos, das encíclicas produzidas durante os anos em que a LPM tem uma atuação mais ativa e quais delas seriam utilizadas para respaldar as ações da Liga. Além disso, utilizamos o contato e a correspondência entre militantes católicos brasileiros e

ressaltar dois feitos: a fundação do Centro da Boa Imprensa em 1910 e a reedição da revista “Vozes de Petrópolis”, da qual redigiu de 1908 até 1920. Essas e outras informações foram encontradas em: Disponível em: <http://franciscanos.org.br/?page_id=909> Acesso em: 04 dez. 2023

⁸⁷ A assinatura da carta apareceu de maneira ilegível, por isso não colocamos o nome do secretário.

⁸⁸ Carta da Secretaria da Polícia do Distrito Federal (17.09.1912). Acervo do Arquivo Nacional Gifi 6C, 368. Grifos meus.

estrangeiros, buscando compreender os caminhos pelos quais a militância católica leiga se constituiria no Brasil.

O 2º Congresso Católico ocorre em 1908, ano em que se considera a “necessidade” de uma organização para o controle da pornografia. Ao buscar notícias sobre a Liga no acervo de periódicos da BNDigital, percebemos que entre os anos de 1912 e 1917, há a maior incidência de notícias sobre a existência da *Liga Anti-pornographica* (LAP) no Rio de Janeiro, que estava inserida nas agremiações da União Catholica Brasileira e assumida por jovens militantes católicos.

Referências acerca da LAP restringem-se aos anos de 1912 a 1916, com poucas aparições nos jornais e revistas disponíveis para pesquisa na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Contudo, entre essas poucas aparições, conseguimos analisar que quando a LAP não era noticiada em um periódico de cunho católico, o tom da notícia era de fundo cômico ou satírico, como pode ser visto também na obra *Clichês Baratos*, de Schettini.

Como, por exemplo, numa publicação da revista de variedades *Shimmy*, que referenciou a *Liga Anti-pornographica* apenas em uma conotação cômica, satirizando os intuitos levantados pela instituição. A existência de diversificados veículos jornalísticos referenciando um mesmo objeto é importante para que possamos reconhecer as maneiras como este objeto era recepcionado em diferentes âmbitos por diferentes públicos.⁸⁹

Em maio de 1916, encontramos uma notícia sobre a então *Liga Anti-pornographica*, no periódico *A União*, e a partir desta leitura tomamos isso como uma reformulação desta associação que mais tarde passará a se denominar Liga pela Moralidade, servindo não só como uma mudança nominal, mas também dos propósitos como organização. Aderindo o discurso de “proporcionar um saneamento moral e antipornográfico para a cidade e os cidadãos e famílias que nela estão inseridos”.⁹⁰

A última menção, que tratava do período de existência e nomenclatura como *Liga Anti-pornográfica*, à qual fazemos referência, destaca a necessidade de desenvolvimento do órgão católico, enfatizando a importância de determinadas classes para um bom desempenho da associação:

União Catholica Brasileira.

⁸⁹Para maiores informações sobre utilização de periódicos como fonte ao tratar de associações de lazer e trabalho PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Negociações Impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. **História. Franca**. v.35, e.99. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980436920160000000099>>. Acesso em 18 mar.2021.

⁹⁰**A União**, Rio de Janeiro, edição 00018, ano VII 1916 Notícia intitulada: União Catholica Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/799670/2657>> Acesso 25 fev.2020, p.2.

No dia 5 do corrente mês, teve lugar a sessão de posse da nova diretoria desta Associação da Mocidade. [...] e por fim, traça, nas suas linhas gerais, o programa que pretende pôr em prática durante tal administração. Neste programa encara: 1º) a imprensa católica, desenvolvendo a propaganda do órgão oficial da União, a *Revista Social*, colaborando com o Centro da Boa Imprensa, e tratando das bibliotecas católicas; 2º) a tribuna católica, promovendo conferências sobre diversos assuntos, por católicos de destaque no mundo social e científico; 3º) **a classe acadêmica, influindo de um modo particular sobre esta numerosa plêiade de moços de nossas escolas superiores e secundárias, com o fim de chama-los à prática dos princípios cristãos. Terá igualmente sua atenção presa à Liga Anti-pornographica**, sem deixar de alentar a ideia da construção do edifício social dos 18 fins da União, conforme a sua conveniência e possibilidade.⁹¹(Grifos meus)

O fragmento é resultado de uma matéria do jornal *A União*, abertamente católico e impulsionador das tomadas de decisão da Liga e sua matrona, a *União Catholica Brasileira*, onde foram relatadas as medidas tomadas pelo conselho deliberativo da União e os planos para o ano de 1917. O programa proposto teve três pilares que direcionaram as ações da UCB e das organizações que dela se ramificaram, sendo eles: um maior desenvolvimento e repercussão da imprensa católica, onde a propaganda da UCB seria vinculada à *Revista Social*, revista essa que tinha como premissa a divulgação dos meios católicos associativos da época, divulgação de impressos e matérias sobre os círculos católicos existentes no Rio de Janeiro.

Além de impulsionar a divulgação da *Revista Social* e a colaboração entre UCB e Centro da Boa Imprensa, isso proporciona maior visibilidade ao mercado de impressos católicos. O Centro da Boa Imprensa, sob a direção de Frei Pedro Sinzig, foi responsável pela publicação de diversos livros e revistas católicas, destacando-se o *Guia das Consciências*. Um *index* que reunia obras selecionadas por Frei Sinzig sob a alegação de quais seriam as leituras consideradas perigosas ou as pertinentes para a população católica.

O segundo ponto trata da importância e consonância de assuntos a serem tratados nas convenções organizadas pela UCB e suas filiações, com os principais temas que estavam sendo referenciados no campo social e científico da época. Como já vimos anteriormente, a Liga pela Moralidade contava com médicos e estudantes de medicina em seu corpo associativo, como Rodrigo de Lamare, que vinculava o discurso médico às atuações sociais e aos fundamentos católicos propagados por entidades como a UCB, LPM ou Centro da Boa Imprensa.

Por fim, o terceiro tópico existente no documento referenciado expõe a relevância e o interesse dos associados da União Católica Brasileira em tornar os discursos dessas agremiações mais atrativos para a classe acadêmica. Isso reflete diretamente em uma das pautas do 2º Congresso

⁹¹Ibidem

Católico, ao tratar da “construção de um exército de fiéis” e do papel que os jovens desempenhariam na propagação das ideias e condutas da Igreja Católica. A União Catholica Brasileira, ou UCB, muitas vezes mencionada, é uma instituição maior da qual a Liga pela Moralidade faz parte. Exemplificando sua contribuição para o associativismo católico, seus trabalhos com a ação católica, associados e também descrições institucionais.

A notícia foi finalizada com a necessidade com os 18 fins e com o comentário sobre a necessidade de uma sede. Finalmente, o artigo trata também da *Liga Anti-pornographica* ficar a cargo da militância jovem da UCB. Esta passaria por reformulações e seria administrada para ter mais atuação dentro da agenda da União Catholica Brasileira.

Mais de um ano após a notícia sobre a reestruturação e de uma maior atenção à Liga Anti-Pornografia da UCB, no dia 27 de setembro de 1917, foi realizada uma reunião do conselho da *Liga Anti-pornographica* para um novo compromisso social. A partir daquele momento, a atuação da organização não deveria mais se resumir ao combate da pornografia, mas também em organizar os jovens associados, praticar um “saneamento moral” da sociedade carioca e zelar pelo estabelecimento da ordem e premissas católicas. Esta foi a primeira reorganização feita dentro da associação, sendo assim, foi fundada e formalizada a segunda fase da associação: a Liga pela Moralidade.

2.2.2 A Liga pela Moralidade.

A edição da tarde do *Jornal do Commercio* de 27 de setembro de 1917 destacou a conferência Judiciário-Policial que ocorreu anteriormente naquele dia, as questões que ali foram discutidas e as decisões sobre as medidas a serem tomadas. O debate girava em torno da repressão à pornografia e à “imoralidade pública”, a partir das teses de Álvaro Berford e Joaquim Henrique Mafra de Laet sobre “teatros, cinemas e diversões públicas”.⁹² Segundo a notícia, que ganhou destaque na segunda página do jornal, “já era tempo do Brasil se incorporar a esta corrente que a princípio se esboçara hesitante, mas que hoje empolga a sociedade e o espírito jurídico das mais cultas nações europeias e americanas.”⁹³

⁹² Álvaro Berford ocupava o cargo de juiz da 3ª Pretoria Cível e Joaquim Henrique Mafra de Laet era Promotor Adjunto.

⁹³ A notícia em questão está na segunda página do *Jornal do Commercio*, na coluna Notícias do Dia, mas não foi assinada. **Jornal do Commercio**: Edição da Tarde, Rio de Janeiro, Ano IX edição 00231. 27 Set. 1917. P.2. Notícia intitulada: Está fundada a “Liga pela Moralidade”. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/111988/11118> Acesso em: 18 mar. 2021

Após citar vários exemplos de ligas atuantes na repressão à pornografia e pela manutenção da moralidade pública, a notícia finaliza com a seguinte informação:

É, portanto de toda a oportunidade a criação que acaba de ser levada a efeito nesta cidade da “Liga pela Moralidade”. **Coube essa iniciativa a uma associação de moços, a União Catholica Brasileira, que resolveu organizar a sua antiga Liga Anti-pornographica, que em tempos prestou serviços a mesma causa nesta cidade,** com a campanha que fez obtendo da Censura Teatral a proibição ou emenda de muitas revistas, burletas, etc., e com a formidável apreensão de cerca de dez mil folhetos pornográficos, que infestavam as ruas da cidade. **Esta liga tem hoje sua sede na Avenida Rio Branco nº 40, 1º andar sendo** sua atual Diretoria a seguinte: Presidente, Dr. João Evangelista Peixoto Fortuna; Vice-Presidente, Dr. Rodrigo de Lamare Leite; Secretários, Professor Leonardo Lobato e Tenente Armando de Saint-Brisson Pereira; Tesoureiro, Mario Alcântara de Vilhena. **Os sócios podem ser ativos, cooperadores e protetores. Estes últimos contribuem com a mensalidade de 5\$000, e os outros com a de 500 réis, sendo só os ativos que têm obrigação de comparecer as sessões e exercer determinada ação social.**⁹⁴

Além de descrever a iniciativa, as formas existentes para a incorporação de novos associados, mensalidades a serem pagas e uma retrospectiva da campanha proposta anteriormente, a matéria também indica a sede da Liga pela Moralidade e sua diretoria. Essas informações são essenciais para delinear qual o perfil de associados se desejava naquele momento, já que a associação de moços, reconhecida como *União Catholica Brasileira*, saía em campanha por jovens acadêmicos e secundaristas a fim de formar um numeroso núcleo de jovens católicos.⁹⁵

Aqui cabe uma explicação sobre a forma de associação à Liga pela Moralidade. Como descrito no fragmento citado, existiam três maneiras de se associar à LPM. Com a quantia de 500 réis mensais, poderiam escolher entre serem sócios ativos ou cooperadores. A diferenciação entre esses dois tipos de ingresso na associação ficava exposta nos deveres dos sócios ativos: era necessário comparecer às sessões sociais da LPM, exercer ações sociais como a captação de novos sócios, buscar por jovens acadêmicos católicos para diálogo com a associação edivulgar as reuniões e da *Revista Social*, que era o órgão de imprensa oficial da União Catholica Brasileira e representante de uma imprensa católica para a UCB.⁹⁶

⁹⁴ Ibidem

⁹⁵ Segundo o documento ao qual tivemos contato, o registro da Liga pela Moralidade no Livro de registros de Sociedades Civis não apresentava uma distinção de gênero para os associados. No entanto, a grande maioria de notícias e documentos sobre a associação que conseguimos verificar só continham nomes masculinos, exceto por uma notícia referente a uma doação de certa quantia de dinheiro feita por uma senhora, esposa de um dos associados da LPM.

⁹⁶ Ibidem.

Os sócios protetores compartilhavam do mesmo valor dos ativos; entretanto, não possuíam a obrigatoriedade de participar das sessões e da ação social da Liga pela Moralidade. Já os protetores, além de contribuírem com uma mensalidade maior entre os outros dois tipos de associados, não tinham obrigatoriedade nas sessões e ação social, porém contabilizavam votos dentro das tomadas decisórias propostas pela diretoria da organização nas sessões abertas aos sócios. E, somada a estas, colaboravam com grande parte da manutenção financeira da agremiação. As inserções sociais propostas pela LPM só poderiam ser colocadas em prática pelo recolhimento de mensalidade dos sócios. Todavia, aos cidadãos que não pudessem se filiar a Liga pela Moralidade, mas confraternizassem com a causa, poderiam enviar cartas e telegramas para a sede, solicitando alguma intervenção de saneamento moral na localidade de onde escreviam.

Entre os nomes já expostos até aqui, Jhonatas Serrano, Padre Júlio Maria, Frei Pedro Sinzig, Ignácio Tosta, encontramos médicos, juristas, professores e militares. O formato existente na diretoria da Liga pela Moralidade levava em conta uma hierarquia de colegiado. Este modelo associativo, segundo Cláudio Batalha, além de indicar quais correntes associativas estariam ligadas à associação, auxilia no formato de eleições dentro da associação, indicando quais associados podem ser eleitos e quais os cargos existentes dentro e fora do conselho/diretoria.⁹⁷

As diferenças proporcionadas pelos tipos de contribuição dos associados não refletiam apenas nos valores despendidos mensalmente pela LPM, mas também nos compromissos dos sócios para com as campanhas e deliberações tomadas em reunião. Os associados **ativos**, apesar de pagarem o menor valor dentre os dois tipos de mensalidades, eram os únicos com obrigatoriedade de comparecer às reuniões e de participar de alguma ação social que fosse proposta – sendo essa ação previamente organizada em reunião. Os **cooperadores** prestariam o auxílio que pudessem e quisessem, e quanto aos **protetores**, não foi delimitado um formato de participação advindo destes associados. Foi escrito em documento oficial o que fazia ou não parte da competência da administração ou dos sócios. No registro da Liga pela Moralidade ficou bem taxado que a mesma:

É administrada por uma diretoria composta de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários e tesoureiro, é representada pelo presidente ou por procurador por ele constituído. Se os estatutos são reformáveis no tocante a administração e de que acordo: As disposições dos estatutos não poderão ser alteradas nem

⁹⁷ Compreende-se que, neste trabalho, não abrangemos a questão operária, mas ao discutir modelos associativos dentro das primeiras décadas dos novecentos, trazer autores que abordam a temática sindical e associativa além de pertinente, nos fornece exemplos para pensar o objeto de estudo. BATALHA, Op. cit. p.. 96-97.

reformuladas estas a não ser por deliberações de dois terços dos sócios ativos da Liga pelos presentes a suas sessões consecutivas, convocados para sem fim especial e desejando sendo confirmada esta resolução pelo conselho deliberativo da União Catholica Brasileira ou vice-versa, seguindo-se sempre a aprovação do assistente eclesiástico. – Responsabilidade: os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais condições de extinção da Liga e destino de seu patrimônio neste caso.⁹⁸

O parágrafo acima traz a informação de que a Liga pela Moralidade contava com um assistente eclesiástico, e assim que a reorganização aconteceu, o cargo foi ocupado pelo padre Henrique Magalhães. O pároco foi nomeado para este posto pelo Cardeal Arcebispo Dom Joaquim Arcoverde, importante figura eclesiástica por ter sido o primeiro cardeal da América Latina.⁹⁹ Essas duas figuras eclesiásticas uniram-se ao frei Pedro Sinzig na supervisão da associação e suas notícias, com o intuito de aproximar as associações leigas da Igreja Católica.

O lema estipulado na Liga pela Moralidade era “*Propaganda e ação*”, demonstrando a intenção de uma massiva propagação de seus feitos e medidas moralizantes para a sociedade. A propaganda vinculava-se aos meios de imprensa que retratavam a existência da L.P.M., elogiando sua trajetória inicial e congratulava a associação por suas investidas para preservar os bons costumes morais das famílias brasileiras.

Como já exposto anteriormente, alguns jornais e colunistas não viam a Liga pela Moralidade como uma organização que prestasse bons serviços à sociedade carioca e, por vezes, era por eles considerada motivo de chacota. Para além dos meios católicos, a LPM sofria sátiras e tinha seus associados retratados como conservadores cristãos, que não se adequavam às formas de cultura e informação que se propagavam cada vez mais com as modernizações sociais e políticas existentes.¹⁰⁰ No próximo capítulo, quando tratarmos das campanhas levantadas pela Liga, as oposições serão retratadas de maneira aprofundada, além de expressar como esse lugar conservador era tratado dentro das associações católicas e por parte da militância leiga.¹⁰¹

⁹⁸ ARQUIVO NACIONAL, Op. Cit. 1917.

⁹⁹ Arcoverde também fundou a Federação das Associações Católicas e diversas igrejas no estado de São Paulo enquanto exercia o episcopado no estado. LEITE, Marjorie Socorro Farias de Vasconcelos. **Dom Arcoverde: o Cardeal dos Sertões. 18170-1922.** 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Site da Arquidiocese de São Paulo, disponível em: <<http://arquiisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-joaquim-arcoverde-de-albuquerque-cavalcanti>> Acesso: 17 mar. 2021.

¹⁰⁰ Isso fica exposto com o crescimento do mercado de diversões no Rio de Janeiro, com a multiplicação de pessoas que não professava a fé católica e também com as representações femininas existentes em alguns impressos, que favoreciam uma maior independência da mulher e seus espaços para além do ambiente do lar.

¹⁰¹ No terceiro capítulo abordaremos o viés conservador existente na militância católica. Para isso, adentraremos em outras associações, como o Centro Dom Vital e a representação mais aprofundada de Jackson de Figueiredo.

Como já evidenciado anteriormente, a comunicação entre membros da L.P.M. e chefia de polícia do Rio de Janeiro era recorrente, principalmente quando Pio Ottoni ocupou o cargo de censor teatral da cidade e recolheu grande número de materiais impressos sob alegação de pornografia. A 2ª Delegacia Auxiliar do Rio de Janeiro, também conhecida como Delegacia de Costumes, galgou o espaço de maior receptora de denúncias, já que era responsável por inspecionar divertimentos, tanto quanto a ordem e a moralidade no perímetro em que se inseria.¹⁰²

Como explica Fernanda Cássia dos Santos:

Boa parte dos resultados obtidos pela Liga através da apelação a autoridades civis decorreu das relações pessoais de seus integrantes. Isso porque, muitos deles tinham vinculação direta com o poder público e outros, ainda, por serem parte da elite carioca do período, possuíam contatos influentes, que no mínimo, poderiam oferecer-lhes donativos financeiros generosos. Apenas para citar alguns desses exemplos, fizeram parte da Liga Christiano Benedicto Ottoni e Plácido de Melo. O primeiro – **avô de Pio Benedicto Ottoni**, ocupou o cargo de senador tanto no Império, quanto na República, enquanto o segundo, foi deputado no mesmo período em que fez parte da liga, defendendo durante todo seu mandato a criação de uma legislação favorável às associações e mutualidades católicas. Mesmo entre os mais jovens participantes do grupo, podemos observar a presença de nomes como o de Jonathas Serrano, filho do senador da República Frederico Guilherme de Souza Serrano, que se destacou pela sua campanha pelo saneamento do cinema e que, durante o governo de Getúlio Vargas, foi um dos responsáveis pela redação do decreto 21.240, de 15 de abril de 1932, que transferiu para a esfera federal o controle do aparato censório. **Tratava-se, portanto, de um grupo de pessoas com contatos em diferentes esferas que por meio delas, passavam a interagir. Assim, imprensa católica, igreja e poder público se combinavam através de um sistema de mutualidades.**¹⁰³ (Grifos meus)

Sendo assim, o grupo era constituído principalmente por acadêmicos – com atenção especial para as cadeiras de Medicina e Direito; além de políticos, quer fossem do período imperial ou não, e também das forças militares, que possuíam figuras de alta relevância na história da Liga.¹⁰⁴

¹⁰²EL FAR, Alessandra. **Páginas de Sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp. 273-306.

¹⁰³ De acordo com o relato publicado pela revista Vozes, em 1918, eram integrantes da Liga: Christiano Benedicto Ottoni, Christiano Benedicto Ottoni Filho, Manoel Moreira da Fonseca, Leonel Gonzaga, Jonathas Serrano, José Pereira de Souza, Manoel José Lebrão, Joaquim Soares de Oliveira Alvim, Padre Clemente Monssier, Armando de Abreu, Frei José de Castrp Giovanni, Francisco Mesquita, Ortigão Sampaio, Fausto Moreira da Silva, Arthur Chelles, Virgílio de Araujo Maia, Felipe Mascarenhas, Padre Populo Colaça, A.H. Albuquerque e Mello, Plácido de Mello, Macedo Soares, Sylvio Bressan e Adelina de Saint Brisson. Ver: FORTUNA, João E. Peixoto. Em franca ofensiva. In. **Vozes de Petrópolis: revista religiosa, científica e literária**. Petrópolis: Officina das Vozes de Petrópolis. v..12. n. 1. jan-jun.1918. p. 4.

¹⁰⁴ Haja vista Rodrigo de Lamare Leite que foi oficial da Marinha e Armando Saint Bresson Pereira, reconhecido como Tenente durante fundação da LPM, mas alçando cargo de capitão de corveta da Marinha na década de 1930.

A L.P.M. no Rio de Janeiro durante as décadas de 1910 e 1920 pode ser compreendida por narrativas sobre a constituição de família e, com isso, a Nação brasileira. Esses dois pontos detinham os principais argumentos quanto à modernização e ao ideal de Nação que o país “necessitava”. Sueann Caulfield, no livro “*Em defesa da honra*”, aborda questões sobre moralidade, modernização e nação no Rio de Janeiro, a partir da honra sexual feminina, pois esta se caracterizava como um componente fundamental para a missão civilizadora da República:

[..] para muitas autoridades religiosas da época, assim como para elites políticas e profissionais a relação era simples: a honra sexual era a base da família, e esta a base da nação. Sem a força moralizadora da honestidade sexual das mulheres, a modernização – termo que assumia diferentes significados para diferentes pessoas – causaria a dissolução da família, um aumento brutal da criminalidade e o caos social.¹⁰⁵

Consideramos que os esforços de organização da militância católica, a preocupação social da Igreja com os cidadãos modernos e a necessidade desta instituição se reapresentar como um ponto de contrarreação à ideia de que a modernidade republicana representava. Como mostrou Maria Tereza Chaves de Mello, um dos componentes do movimento republicano era a proposta de laicização do estado e descolamento das noções de controle religioso e moralizante que existiam no período Imperial. Dessa forma, a Igreja Católica não detém mais o poderio fortalecido que obtivera até meados do século XIX; no entanto, os assuntos de cunho moral ainda eram fortemente relacionados à religiosidade, e nesse caso, à religiosidade católica, que era a oficial no país até o ano de 1890.¹⁰⁶

Já o trabalho de Caulfield nos auxilia a explicitar importância atribuída às três maneiras de associação na Liga pela Moralidade – ativos, cooperadores e protetores –, poderiam influir nas maneiras com que externos à instituição visualizassem seu corpo de membros. Contudo, a coerência entre os assuntos pautados permanecia a mesma. Da mesma forma que existiam essas três coligações oficiais, as primeiras notícias sobre a Liga pela Moralidade e seus sócios frisavam que “os que não pudessem se tornar sócios oficiais e pagar a mensalidade, poderiam escrever cartas a instituição, caso desejassem delatar alguma imoralidade presenciada ou exprimir sentimentos a Liga”. O exercício de poder manifestado na Liga ficava caracterizado nas relações entre seus pares como: a manutenção com outras organizações católicas leigas,

¹⁰⁵ CAUFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. p.26

¹⁰⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo** [online]. 2009, vol.13, n.26, pp.15-31. ISSN 1413-7704

pertencimento a núcleos com profissionais de áreas em comum e o comparecimento em templos de fé. Afinal, um dos principais objetivos da Liga pela Moralidade era seguir os ritos morais do culto cristão católico.¹⁰⁷

Ao afirmar que as diferenças sociais não interfeririam no pertencimento e atração dos indivíduos perante a crença católica, cria-se um sentimento específico de “dignidade”. Afinal, o que manteria aquela instituição seriam o intuito de uma sociedade moralizada.¹⁰⁸ No entanto, ao hierarquizar os associados, suas formas de interação com as tomadas decisórias da Liga e os cargos na diretoria da organização, estabelece-se uma diferença dentro de um grupo que, em seu registro de fundação, se propôs coesão e igualdade entre os participantes.¹⁰⁹

As mudanças nominais dentro da Liga recebem grande atenção, já que exprimem a relação com o meio em que estão inseridas. Ao denominar tal organização como anti-pornográfica, o caráter desta será interligado às situações que remetam a casos estritamente considerados de pornografia – livros de sensação ou para homens, propagandas, filmes, práticas de lenocínio ou mesmo a prostituição. Quando se reestrutura a titulação, há um novo campo de atuação, e conjuntamente ocorre uma mudança nas estruturas formativas desta associação.

2.2.3 Liga Patriótica pela Moralidade.

No ano de 1923, a então Liga pela Moralidade passa a ser denominada *Liga Patriótica pela Moralidade*. Esta segunda reorganização ocorreu a partir de uma reunião em que, em “assembleia geral para a reorganização da *Liga Patriótica pela Moralidade*, por proposta do Vice-Presidente. Dr. Pio Benedicto Ottoni, este foi aclamado para alto patrono da Liga.”¹¹⁰

No decorrer dos anos, as eleições anuais para diretoria da associação – ainda que em sua maioria fossem os mesmos homens, só em cargos diferentes – são meios de vislumbrar padrões dentro da narrativa construída pela Liga. É importante pensar nos agentes institucionais à luz de suas propriedades recorrentes, de suas histórias comuns, nexos familiares e de formação. Contudo, não se pode tratar a história de uma instituição como uma perspectiva única.

¹⁰⁷A **União**, Rio de Janeiro, Ano X ed.00054. 06 de Jul. de 1919. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/799670/3396>>. Acesso em: 04 dez. 2020. p. 1.

¹⁰⁸WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 586p. 1999. p. 269

¹⁰⁹A coesão exposta no texto foi determinada por Weber como “crença na afinidade de origem”, ao relacioná-la aos católicos da Liga pela Moralidade, podemos obter importantes consequências para formação de comunidades políticas. WEBER, op.cit. p. 270

¹¹⁰A **União**, Rio de Janeiro. Ano XIV ed.00099, 19 dez. 1923. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/799670/5275>> Acesso 25 fev. 2020, p. 2.

Infelizmente, não encontramos os estatutos da Liga: no entanto, as relações sociais que constituíram a L.P.M., além de suas aparições em periódicos e revistas, possibilitam entender os processos institucionais existentes.

Podemos tomar como material produzido – ou recolhido – não apenas os panfletos, fotografias, livros ou outros artigos físicos existentes sobre e para propagar tal organização. Também é possível caracterizar tomadas decisórias nesses materiais. Dentro de uma associação fiscalizadora, onde um de seus presidentes foi censor nomeado pelo departamento de polícia, e a premissa era “combater a imoralidade e contribuir para o saneamento moral da sociedade brasileira segundo símbolos da Igreja Católica”.¹¹¹ É possível analisar que as ações da L.P.M. denotavam o intuito de que ela se firmasse como uma associação moralmente bem formada e no dever de “salvaguardar” a sociedade brasileira.

Cronologicamente, existe uma separação entre as nomeações da associação, sendo elas: *Liga Anti-pornographica* existindo entre 1912 e 1917; *Liga pela Moralidade* entre 1917 e 1926, e *Liga Patriótica pela Moralidade* entre os anos de 1923 e 1927. Os anos entre 1923 e 1926 denotam atenção especial para análise, pois encontramos ambas as nomenclaturas nas fontes disponíveis para a pesquisa.

Ao inserir a palavra “patriótica” para compor o nome da associação, adentra-se em uma discussão acerca de pátria e patriotismo. Durante o passar do tempo, esta instituição perpassou por vários conceitos para definir seu pertencimento; entretanto, a postura de repreensão às atitudes não condizentes às que defendia eram práticas constantes. Ainda que os conceitos de pátria e moralidade já tenham sido suscitados em conjunto anteriormente, a colocação do termo como “chamariz” no novo nome da associação compreende que as atitudes realizadas até esta mudança na nomenclatura da associação somam à Liga os ideais de Nação. Tendo como pautas de atuação a busca por um corpo cívico bem instruído e comportamentos morais exemplares, a começar pelo corpo associativo. O curioso é que entre 1923-1924, mesmo realizando a segunda reestruturação e mudança de nomes, a maior parte de menções contidas na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional ainda se reporta à *Liga pela Moralidade*, ao invés de “patriótica pela moralidade”.¹¹²

¹¹¹ ARQUIVO NACIONAL, Registro da Liga pela Moralidade, 1º Ofício de Títulos e documentos, livros 2ª, n da ordem 892, 31 de outubro de 1917.

¹¹² O número maior de menções durante esse decorrer de tempo refere-se à campanha da Liga pela Moralidade para censura ao livro *Madeimoselle Cinema*, escrito por Benjamim Costallat. O caso foi levado à delegacia, e cartas à prefeitura foram escritas a fim de retirar os exemplares de circulação. Como o objetivo do segundo capítulo é mapear e analisar as campanhas realizadas pela Liga, o caso *Madeimoselle Cinema* será mais explicado. Sobre os estudos de literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro, utilizamos a referência de Alessandra El Far. Em sua tese de doutorado a autora aborda bastante sobre o caso *Madeimoselle Cinema*. EL FAR, Alessandra. **Páginas**

As demandas sociais existentes, especialmente durante os primeiros anos da década de 1920, impulsionavam os discursos sobre higienização moral, propagados por médicos sanitaristas, juristas, autoridades policiais, políticos e engenheiros.¹¹³ A busca por uma “moralidade civilizada” já caracterizava uma pauta essencial o país, não apenas para a *Liga Patriótica pela Moralidade*.

Independentemente das formas com que a associação católica leiga era noticiada, consideramos aqui que o mais importante para um estudo sobre ela e seus indivíduos são os meios possíveis de questionamento. Uma questão que sempre causou dúvida ao ler sobre esta instituição é a falta de representações femininas dentro da Liga pela Moralidade: não encontramos mulheres entre as associadas.¹¹⁴ A organização era administrada apenas por homens que buscavam determinar quais comportamentos, diversões e locais seriam propícios aos cidadãos daquele tempo.

A Liga pela Moralidade se estabeleceu como um balizador entre os materiais imagéticos e literários que deveriam circular ou não pelas ruas centrais do Rio de Janeiro. Os moldes institucionais eram trazidos de organizações europeias, estabeleceram seus princípios na preservação dos “bons costumes morais”, mas não reconhecemos a presença feminina dentro das discussões estipuladas por tal associação. O ponto de conexão entre homens e mulheres era firmado pela existência das missas e eventos sociais tanto das dioceses próximas à sede da Liga pela Moralidade, ou até mesmo vinculadas a ela, ou dos bailes proporcionados pelos associados.

Este capítulo teve como propósito compreender do que se tratava a Liga pela Moralidade, investigando como sua formação ocorreu, quais suas ligações com outras organizações católicas – leigas ou não, os principais eixos de atuação e quais eram seus objetivos. Como buscamos demonstrar, a criação e atuação da Liga pela Moralidade foi um resultado da militância católica leiga. Por uma necessidade de reorganização do catolicismo, a “nova faceta” se encontrou na militância leiga, e foi se estruturando em associações como a LPM. O movimento de militantes católicos que foi sendo organizado e reorganizado, ao tratar de assuntos que pautavam questões morais e culturais, remetendo à Igreja Católica e seus representantes – clérigos ou não, deveria se preocupar com os espaços sociais existentes. Essa preocupação remetia ao período Imperial

de Sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹¹³ CAUFIELD, op. cit, p. 109.

¹¹⁴ Em sua primeira nota como associação organizada, a Liga pela Moralidade foi retratada como uma associação composta por jovens de ambos os sexos. Todavia, a participação de mulheres pareceu servir apenas como um chamariz à população católica, a fim de angariar maiores filiações, não só para a liga, como para outras instituições ligadas à União Católica Brasileira. Ver: **A União**, Rio de Janeiro, Ano VIII 1917 edição 00072. 09 set. 17. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/799670/3065> > Acesso 25 fev. 2020. p.2.

e anterior à lei de laicidade, quando assuntos que pautavam moral e costumes eram destacados como de ordem da religiosidade católica.

A existência da Liga pela Moralidade se encontra, a partir do que foi estudado e proposto aqui nos dois primeiros capítulos da dissertação, como um resultado da organização dos militantes leigos católicos que habitavam o Rio de Janeiro durante os anos de 1912 a 1929. Essa organização, composta especificamente de jovens que estavam cursando ou haviam terminado cursos superiores, surge após decisões tomadas em Congressos Católicos. Estes congressos visavam restaurar a importância do catolicismo nas sociedades modernas, e tal movimentação ficou reconhecida como Restauração Católica.

A formação da Liga pela Moralidade ocorre após a exposição dos participantes do 2º Congresso Católico sobre a importância de uma associação capaz de fiscalizar os meios de comunicação e a propagação de informações que pudessem vincular pornografia, lenocínio e imoralidades à sociedade, sendo também um dos pontos da restauração Católica.

A ligação da LPM com outras organizações ocorre desde a possibilidade de uma liga que combatesse a pornografia. O principal exemplo foi da Liga Antipornográfica Francesa, que foi elogiada durante o 2º Congresso Católico e serviu de moldes para associações como o Círculo Católico, Liga pela Moralidade e União Católica Brasileira. Esta última a organização tornou-se matriz de muitas outras associações afins, exaltando o papel de que essas organizações e seus participantes eram importantes para reger os ideais católicos perante a sociedade moderna que se consolidava. A Liga pela Moralidade tinha como principais pares o *Centro da Boa Imprensa*, a *Revista Social* e o periódico *A União*.

Os objetivos e eixos de atuação da Liga pela Moralidade eram censurar a propagação de materiais e apresentações que ferissem os ideais da moralidade católica, promovendo um saneamento moral no Rio de Janeiro e no país, a fim de que a nação brasileira fosse organizada segundo pautas católicas.

O próximo capítulo tem como objetivo mapear as campanhas da Liga pela Moralidade e, assim, compreender como a militância católica se consolida a partir da Proclamação da República e como podem contribuir para a experiência e construção do conservadorismo católico.

Capítulo III

A trajetória da militância: as campanhas da Liga pela Moralidade na década de 1920.

Neste capítulo, investigamos as campanhas de saneamento moral promovidas pela LPM para entendermos como a militância católica atuante na associação e em organizações pares se manifestava no cotidiano. Além disso, buscaremos traçar um paralelo com organizações que foram sendo instituídas durante a década de 1920 e moldaram o fortalecimento da militância católica na década seguinte.

Como vimos anteriormente, a Liga pela Moralidade passou por duas mudanças de nomenclatura durante os anos de atuação. Vislumbramos tais feitos como um ponto de alinhamento com as demandas existentes na organização nos períodos em que estas ocorreram. Não apenas estas mudanças de nomenclatura são importantes para o reconhecimento do objeto de estudo, como também para percepção de como associações como a LPM e outras de cunho católico se apresentavam em relação às diversas mudanças e reorganizações sociais, e até mesmo geográficas, que estavam ocorrendo no Rio de Janeiro nos anos noventa.

Com base na obra de Cristiana Schettini, é possível ver como campanhas de saneamento moral eram tentativas de fiscalização, e até erradicação, de costumes e materiais que abordassem um cunho erótico ou sexual.¹¹⁵ A disseminação de publicações e peças de “gênero alegre” abarca não só a manutenção de jornais e do mercado literário, como também estimula um círculo de sociabilidades, principalmente masculinas. Da mesma forma que o mercado de entretenimento noturno propiciava a interação daqueles que o consumiam, os que tentavam emplacar medidas de repressão também se organizando em associações e/ou organizações.¹¹⁶

Sendo assim, é possível analisar a existência da Liga pela Moralidade não só como uma medida de recrutamento e aglutinação de pautas sociais dentro da militância católica carioca,

¹¹⁵SCHETTINI, op. cit. p.1.

¹¹⁶Cristiana Schettini, em sua dissertação de mestrado, aborda imprensa e pornografia no Rio de Janeiro a partir de jornais que tratavam, de maneira sutil ou mais explícita, temáticas sobre uma moralidade sexual que se espalhava pelas ruas da República. Ao abordar os limites estabelecidos dentro de uma sociedade, tais impressos servem para uma análise de diferenças não apenas de gênero, mas também iluminam uma gama de outras desigualdades sociais existentes. O trabalho de Schettini expôs quais os limites a que esses jornais, a autora utiliza do *Rio Nu* e *Sansdessus*, chegavam para tratar de ambiguidades morais vividas pelas personagens das crônicas. No entanto, essas ambiguidades eram um reflexo do cotidiano carioca. A expressão gênero alegre vem com o jornal *O Nu*, onde fica explicado que essas publicações possuíam uma malícia delicada, despretenciosa, muitas vezes carregada de humor, feito por rapazes que circulavam pelo comércio. Ver: SCHETTINI, Cristiana. **Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 1997. pp 20-28.

mas também como resposta à modernização social, e principalmente, em relação aos costumes que se propagavam com o passar dos anos.

A relação de fortalecimento de organizações como a LPM, União Catholica Brasileira, e posteriormente do Centro Dom Vital (que existe até os dias atuais) coloca-se como um ponto de importância para a história do catolicismo social. Segundo o filósofo Roberto Romano, a Igreja possui sua própria linguagem e maneiras de ser compreendida, e que, no caso do Brasil, se utilizaria dessa linguagem própria também adentrar a cultura existente, mas sem deixar de lado o viés da religiosidade ainda no âmbito cultural.¹¹⁷

A relevância do papa Leão XIII e as encíclicas escritas em seu pontificado, especialmente a *Rerum Novarum*, se fazem presentes para a difusão da questão social perante um catolicismo militante. Jesse Jane Vieira aborda a temática dos círculos católicos de operários, e podemos utilizar suas análises para a experiência de organizações de auxílio mútuo ou de sociabilidades como a LPM. Em sua obra é trazida a importância da *Rerum Novarum* para as discussões acerca do papel do catolicismo no mundo moderno e qual peso seria dado à questão social existente na época de sua escrita, pela ótica católica.

Assim, a retomada da encíclica *Rerum Novarum* se faz preciso, pois este documento insere a Igreja Católica no terreno da disputa social em um fragmento do livro *Círculos Operários*, a autora expõe que o papa Leão XIII, com a encíclica de 1891, “libera o catolicismo social das utopias românticas e coloca-se num contexto reformista, rompendo a nostalgia medievalista católica de cunho fortemente rural e pré-capitalista, que surgia com reação à sociedade burguesa.”¹¹⁸

Contudo, a posição tomada por Leão XIII em relação à participação da Igreja Católica nas questões da sociedade, e principalmente dos trabalhadores, foi vista de maneira mais paternalista pelo pontífice subsequente, Pio X. Este, retomando uma visão estruturada nos discursos anteriores a 1890 e as questões por uma maior paridade sobre as necessidades dos trabalhadores. Mesmo tendo um ponto vista diferente entre os dois regimentos dos pontífices, cada um à sua forma, teve parcela de importância para que a disseminação de movimentos católicos leigos tomasse forma em diversos países.

Pio X, ao defender uma posição clerical mais paternalista, coloca-se em consonância com uma parcela de católicos que existia nos primeiros anos dos novecentos, com ideais de fortalecimento de um Estado cristão como base para o desenvolvimento de um país. Entretanto,

¹¹⁷ SOUSA, Jesse Jane Vieira de. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 72.

¹¹⁸ Idem, p.84.

essas ideias iam de encontro à consolidação de Estados laicos, ainda que com inspirações cristãs em determinados assuntos, como o conceito de moral.¹¹⁹

Fazendo contraponto a um texto de Maria Tereza Chaves de Mello, mencionado no capítulo anterior, Jesse Jane Vieira afirma que o papa Pio X defendia uma ordem social integralmente católica e que durante seu papado implantaram-se bases do que seriam organizações católicas rurais e urbanas, confederadas no plano internacional.¹²⁰

Maria Tereza Chaves de Mello trata que o modernismo se colocava como uma quebra com o regime antigo, permeado pelas convenções religiosas, enquanto na encíclica *Pascendidomicinisgrecis*, Pio X aborda que o modernismo social e político surgiam como um desenrolar do modernismo católico. Pois, pautava-se no princípio de que a questão social, sendo um encargo de cunho moral, era fatidicamente religiosa e assim só podendo ser solucionado por uma doutrina religiosa.¹²¹

Dada essa concepção, fica possível começarmos a enxergar por quais caminhos a militância católica se constrói dentro da ebulição do modernismo republicano e de um Estado laico. E é por esses apontamentos que passaremos a analisar as campanhas estruturadas pela LPM e suas congêneres, porém, o ponto de início para estas campanhas dentro da pesquisa surge como resultado da emenda 119-A.

3.1 “Estado laico não quer dizer Estado ateu”: A laicidade e sua importância para uma consolidação da militância católica carioca.

¹¹⁹ SOUSA, Jesse Jane Vieira de. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 84-85

¹²⁰ Ibidem

¹²¹ O pontificado de Pio X teve como lema “*Restaurar todas as coisas em Cristo*”, no centenário de seu falecimento, sua jornada foi descrita como um exercício de combate ao liberalismo anticlerical contra forças internas e externas à Igreja Católica. Pio X teve um posicionamento forte quanto à necessidade do catecismo para a conscientização dos indivíduos, independente de idade. Para o pontífice, “nenhum católico de nível cultural universitário pode sentir-se em dia com sua consciência, se não tiver uma formação catequética correspondente”. A importância desse discurso quanto a catequese e uma educação religiosa é vista durante a formação de agremiações como a Liga pela Moralidade e também como um dos pilares da militância católica leiga no Rio de Janeiro. A encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, redigida por Pio X e publicada em 8 de setembro de 1907, aborda sobre os “erros do modernismo católico”. Considera em seu desenvolvimento que a questão moderna dentro da Igreja era uma síntese de todas as heresias existentes. Contudo, teve adeptos tradicionalistas que enxergaram neste documento a existência de pensamentos tidos como liberais dentro do seio católico, fazendo a manutenção do juramento anti-modernista proposto pela encíclica, o qual só foi abolido em 1967 pelo Papa Paulo VI. Disponível em: <[://www.ipco.org.br/sao-pio-x-centenario](http://www.ipco.org.br/sao-pio-x-centenario)>

Em 7 de janeiro de 1890, é promulgada uma emenda constitucional intitulada 119-A que proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. O decreto em questão, aqui tratado como decreto de laicidade, é uma emenda da constituição de 1824 que ainda estava em vigor durante o Governo Provisório, e era composta pelos seguintes artigos:

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e creardifferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas; Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto; Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actosindividuaes, sinãotabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico;

Esta definição extingue a política do padroado, como é colocado no artigo quatro, e destitui da Igreja Católica o local de instituição oficial do país, e também a prerrogativa de que os cidadãos deveriam ter uma religião alinhada ao que o Estado definiria. Também é extinta a intervenção estatal em cultos e associações religiosas, sejam elas quais forem, pois após a prescrição da ementa a dissociação entre Estado e igreja se consolidaria. Ainda que o decreto de laicidade estipulasse que em todo o território brasileiro não haveria mais uma religião oficial a ser seguida e que as pessoas teriam liberdade de professar suas preferências religiosas, isso não começou a ocorrer de maneira instantânea.¹²²

Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerogativas; Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade juridica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o dominio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto; Art. 6º O Governo Federal continúa a prover ácongrua, sustentação dos actuaesserventuarios do culto catholico e subvencionará por anno as cadeiras dos seminarios; ficando livre a cada Estado o arbitrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos

¹²²Estas liberdades não eram para todo e qualquer tipo de profissão de fé, as religiões de matriz africana ainda eram vislumbradas como seitas e sofriam perseguições, mesmo após ter sido regimentado o decreto 119-A.

Com a revogação do padroado e todas as prerrogativas descritas nos artigos do decreto, a dissolução de poderio político e econômico da Igreja Católica se estabelece de maneira definitiva. Mesmo que as relações entre o âmbito político brasileiro e as autoridades católicas do país apresentassem discordâncias quanto às necessidades de modernização da nação e aos caminhos nos quais a influência religiosa católica poderia encontrar espaço.

Mesmo tendo promovido o desligamento entre Igreja Católica e Estado, o decreto de laicidade não permitiu que manifestações religiosas ocorressem plenamente em espaços públicos. A instauração de um Estado sem religiosidade oficial, embora com “possibilidades agnósticas”, resguardou todos os fiéis para os espaços privados ou previamente estabelecidos como religiosos.¹²⁴ Era um direito dos cidadãos brasileiros professarem suas formas de religiosidade ou optarem pela abstenção em seus espaços internos, no recinto domiciliar. As declarações de fé pública ainda deveriam ser reservadas a igrejas e/ou templos. A liberdade de culto foi interpretada por grupos católicos mais atuantes como “uma dissolução da unidade doutrinária em matéria de fé”¹²⁵

Como mencionado anteriormente, em relação à terminologia *leigo*, observamos que o conceito de laicidade também deriva dessa mesma palavra, e sua origem está associada ao advento do Estado Moderno. Nesse contexto, ocorreu a transição de um governo confessional ou de uma religião oficial para um Estado secular, sem uma religião estabelecida.¹²⁶ Mauro Ferreira de Souza afirmou em sua dissertação que “*para os laicistas, a democracia não concebe estabelecer-se ou instalar-se onde premissas religiosas são profundamente promovidas pelo governante ou aceitas sem questionamentos pelo povo*”¹²⁷. Dito isso, a discussão acerca da laicidade, decretada em 7 de janeiro de 1890, não estava limitada apenas ao âmbito político existente, mas também era uma pauta a ser estudada nos campos jurídicos e institucionais da

¹²³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm Manoel Deodoro da Fonseca. Aristides da Silveira Lobo. Ruy Barbosa. Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Eduardo Wandenkolk. - M. Ferraz de Campos Salles. Demetrio Nunes Ribeiro. Q. Bocayuva.

¹²⁴ Aqui consideramos como estado de possibilidades agnósticas um estado que não determina a existência apenas de uma religiosidade, nem tampouco a inexistência das mesmas. Retomando o termo agnóstico, apresentamos a possibilidade de o estado laico brasileiro se enquadrar em um espaço de agnosticismo teísta, onde se contempla a existência de um ou mais seres divinos que se pautam a partir de religiosidades pré-existentes.

¹²⁵ SILVA, da Elisete. **Cidadão de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia**. São Paulo, FFLCH-USP, 1998.

¹²⁶ SOUZA, Mauro Ferreira de. **A Igreja e o Estado: uma análise da separação da igreja católica do estado brasileiro na constituição de 1891**. 2008. 212 f. Dissertação (Mestrado em Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. p. 124

¹²⁷ Idem, p. 127

República. No que diz respeito à pauta da laicidade no campo religioso, abordaremos de forma mais específica a atuação da juventude e militância católica, que é objeto desta pesquisa.

A construção do Estado laico brasileiro ocorreu sob a influência de modelos liberais, tanto ingleses quanto norte-americanos. O principal expoente desse movimento foi o jurista Ruy Barbosa, que também foi relator da primeira Constituição Republicana em 1891, na qual reafirmava a teoria da laicidade estatal. A perspectiva adotada para a implementação de um regime político dissociado de teorias religiosas, segundo Ruy Barbosa, era necessária, pois as resoluções envolvendo a política e a Questão Religiosa seriam arbitrárias e inconstitucionais.

É importante destacar que, mesmo o Estado brasileiro deixando de ter uma religião oficial, não existe a proibição de cultos ou maneiras de professar a fé. É dentro desse pensamento que a frase “Estado laico não quer dizer Estado ateu” introduz este tópico, uma vez que a proposta de uma não teocracia se baseia em valores científicos e racionais estipulados à época, além de permitir a liberdade de expressão da fé entre os cidadãos, contribuindo para a diversidade religiosa em lares e templos.¹²⁸

A dissociação entre Estado e Igreja fez com que um assunto em específico fosse amplamente discutido no meio católico, chegando até mesmo a se tornar uma campanha defendida pela militância durante as duas primeiras décadas da República. A temática em questão era a educação religiosa nas escolas, a qual não era permitida dentro de um estado laico, pelo menos sendo subsidiada pelo governo.¹²⁹

Houve uma grande campanha pela permissão do ensino religioso nas escolas. Estiveram envolvidas nessas campanhas as organizações católicas, como a União Popular, que também tinha sede no Rio de Janeiro e realizou uma intensa campanha em Minas Gerais na década de 1910, União Católica Brasileira e Centro Dom Vital, além de jornais e militantes católicos já abordados anteriormente, como Jonathas Serrano e o periódico *A União*. A permissão oficial só veio no final da década de 1920, mais precisamente em 1926, devido às constantes negociações dos meios de sociabilidade católica, como as organizações acima mencionadas, e membros da política vigente à época. Um dado importante que consolida a reaproximação entre esses dois polos é uma série de eventos envolvendo o então Presidente da República Artur

¹²⁸ Ainda que Ruy Barbosa tenha sido um dos grandes nomes a favor da laicidade, o mesmo se considerava católico convicto, o que reitera que a noção de laicidade em nada tem a ver com proposições ateístas. Ver: SOUZA, Mauro Ferreira de. **A Igreja e o Estado:** uma análise da separação da igreja católica do estado brasileiro na constituição de 1891. 2008. 212 f. Dissertação (Mestrado em Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 200. p. 127-130.

¹²⁹ As de cunho particular não estariam englobadas nessa premissa.

Bernardes e o Cardeal Arcoverde.¹³⁰ Antes dessa reaproximação e da concretização da permissão para os ensinamentos religiosos nos espaços escolares públicos, as notícias vinculadas nos meios de comunicação católicos enfatizavam a importância de retomar a prática da educação religiosa.

Dentre as leituras e análises de fontes sobre este assunto, ficou perceptível que a ênfase dada em alguns textos é a de que a educação, ao ser desvinculada do campo religioso, faria com que a juventude e os cidadãos brasileiros estivessem “fadados a uma criminalidade inerente”. Entretanto, essa predeterminação ocorria em sua maioria por jornais religiosos que não eram favoráveis à existência do ensino religioso. Em jornais que não possuíam um editorial religioso, principalmente os de sátira, a pauta sobre a educação religiosa vinha ao contrário: caso os jovens fossem submetidos a essa forma de aprendizado, estariam sendo criados como exemplares conservadores e retrógrados, em nada condizentes com as necessidades da república moderna.¹³¹

Em uma matéria do periódico católico *A União*, temos o seguinte recorte

A escola Paroquial

No dia 22, em que se venera a Sagrada Família de Nazareth, a escola paroquial da Glória fez celebrar uma missa, às 11 horas, a que compareceram os gentis membros da Sociedade Juvenil “Sagrada Família”, destinada a subsidiar a dita instituição. [...] Agradecendo os subsídios dos católicos para as escolas paroquiais, mostrou de quanta importância e necessidade é essa obra por causa da supressão radical da educação religiosa nos estabelecimentos de ensino do governo. Escusado é prever as consequências desse verdadeiro atentado contra a família brasileira.¹³²

O fragmento acima destaca a exaltação não apenas da educação religiosa e das escolas paroquiais nos veículos católicos, como também enfatiza a importância de que as premissas católicas e suas sociedades civis militantes continuassem a ser reforçadas, sendo consideradas a “salvaguarda” das noções de família e nação entre os meios católicos existentes. A notícia continua ao abordar a postura de um funcionário do município em relação aos símbolos religiosos de uma docente:

O radicalismo anticristão do funcionário que preside a instrução municipal, como era de prever, degenera em fanatismo de impiedade nos seus subalternos

¹³⁰ Uma reaproximação do governo federal com a cúria católica tornou-se evidente desde o mandato de Epitácio Pessoa, no entanto, foi com o Presidente Artur Bernardes que essas movimentações ficaram mais notáveis e foram oficializadas. Segundo Riolando Azzi, Artur Bernardes ainda como presidente de Minas Gerais, já manifestava uma simpatia ao se tratar da Igreja Católica.

¹³¹ A exemplo disso temos a revista *Quixote*. Revista de sátira carioca que circulou no estado dos anos de 1917 a 1926, recorrentemente existiram menções a teor conservador e exagerado dos associados da LPM, principalmente dos membros da diretoria.

¹³² *A União*, Rio de Janeiro, edição 00026, Ano I. 26 Jan. 1905 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/799670/103>> Acesso 25 jul 2023. p.1.

para se mostrarem dignos de tal mestre. Um inspetor escolar, vendo sobre a mesa de uma professora um símbolo cristão, proferiu uma blasfêmia que indignou a todos. Professoras de um *internato do governo* arrancaram brutalmente do pescoço das alunas emblemas religiosos, mandando-os calçar com os pés e atirar nas latrinas!¹³³

A matéria é finalizada alegando que tal comportamento remete aos tempos de perseguição aos católicos, “*como nos tempos de Diocleciano*”. A escolha do jornal em proferir tal frase se torna-se muito significativa, ao relatar para seus leitores e leitoras que comportamentos como esses retrocediam a tempos de perseguições religiosas, estimulando uma necessidade de se resguardar perante as normas laicas que se promovidas.

O mesmo periódico, dois meses depois, traz uma notícia intitulada “Filho desnaturado: Tentativa de assassinato – a punhal”, na qual propõe que a falta de uma educação religiosa e ausência de religiosidade como um eixo presente nocotidiano dos cidadãos representam um perigo, propiciando a crimes e a desmoralização social.

Só a falta de ensinamentos morais e de uma sólida educação religiosa pode concorrer para, em lugar de apagar, cada vez mais aumentar o número que já e considerável, de crimes, como o que com repugnância, vamos narrar. Só de um remédio se pode lançar mão para refrear os maus instintos que provocam tão hediondos atos: a religião.¹³⁴

Ao abordar uma tentativa de crime sob a perspectiva moral e sugerir que a religiosidade poderia ser uma solução para a diminuição dos crimes ou comportamentos considerados desviantes na época, atribui à religião um papel fundamental nos campos políticos e reguladores do Estado. A matéria nos relata que a ausência de religiosidade poderia ser responsável pela falta de controle de comportamentos, como o relatado acima, e que em uma nação, onde estado e religião possuíssem a mesma influência seria possível um melhor controle de tais episódios.

A religião não é só um bálsamo consolador, não é só um incentivo para o bem; o seu papel é muito mais digno e mais nobre; o seu efeito é o mais auspicioso possível; ela evita o mal; aplaca a ira, impede os desmandos dos homens e, finalmente, destrói as intenções perversas que mutas vezes se apoderam dos cérebros fracos ou corrompidos.¹³⁵

Dada a escrita de matérias como as supracitadas, a relevância do jornal *A União* reside em expressar não apenas notícias acerca da militância católica, mas também de associações como a LPM, a UCB e até mesmo cidadãos católicos que relatavam, em cartas, seus

¹³³ Ibidem

¹³⁴ **A União**, Rio de Janeiro, edição 00001. Ano I, 01 Jan. 1905. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/799670/336>> Acesso 25 jul. 2023. p. 2.

¹³⁵ Ibidem.

posicionamentos sobre eventos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro ou em outros locais do país.

A influência de grupos de sociabilidade católica se estendeu a outros periódicos de cunho religioso, mas também estampou revistas de humor e sátira, como a Revista *D. Quixote*, onde muitas vezes suas ações estampadas eram retratadas como um retrocesso em relação à época em que estavam. Algumas vezes, até charges expunham a fama conservadora de tais grupos, e a Liga pela Moralidade foi uma delas.

3.2 Um saneamento moral no mercado de diversões carioca.

Dentro do então denominado mercado de diversões carioca, os teatros, cinemas, cafés e clubes eram frequentados por uma parcela da juventude da época. Com o intuito de trocas literárias, vislumbres e escritos teatrais, outros meios de lazer no Rio de Janeiro iam surgindo conforme o decorrer dos anos e das experiências existentes em outros países, que chegavam aos portos brasileiros. Mas no que consistia o mercado de diversões carioca nas décadas de 1910 e 1920?

Nicolau Sevcenko aborda o termo diversões para São Paulo da década de 1920, como:

Toda uma nova série de hábitos, físicos, sensoriais e mentais, são arduamente exercitados, concentradamente nos fins de semana, mas a rifos incorporados em doses metódicas como práticas indispensáveis da rotina cotidiana: esportes, danças, bebedeiras, tóxicos, estimulantes, competições, cinemas, shopping, desfiles de moda, chás, confeitarias, cervejarias, passeios, excursões, viagens, treinamentos, condicionamentos, corridas rasas, de fundos, de cavalos, de bicicletas, de motocicletas, de carros, de avião, tiros-de-guerra, marchas, acampamentos, manobras, parques de diversões, boliches, patinação, passeios e corridas de barco, natação, saltos ornamentais, massagens, saunas, ginástica sueca, ginástica olímpica, ginástica coordenada com centenas de figurantes nos estádios, antes dos jogos e nas principais praças da cidade, toda semana.¹³⁶

Mesmo voltando o foco para o contexto da cidade de São Paulo, podemos utilizar conotação elaborada por Sevcenko, onde as formas e locais buscados para o lazer vão se multiplicaram durante os anos finais dos oitocentos e as primeiras duas décadas dos novecentos. A cidade do Rio de Janeiro, como vimos até agora, possuía fortes influências de países europeus e, por ainda ser a capital do país, se caracterizada como um grande polo cultural e de representatividade para outros locais no Brasil.

¹³⁶SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu exótico na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992. p. 33.

Sevcenko aborda uma temática fundamental na construção desta pesquisa: o papel e a relevância do “jovem” dentro da conjuntura que estava sendo moldada no país. Ele destaca que, embora os hábitos de lazer e divertimentos já existissem há tempos, na virada do século, o fator da juventude passava ser um ponto de reconhecimento dentro desses meios de lazer. Com o objetivo de analisar o como a juventude se relacionava com os meios de lazer e diversões que vinham se proliferando na cidade do Rio de Janeiro, estudaremos as medidas de censura proporcionadas pela Liga pela Moralidade. Essas ações visavam “salvaguardar” os cidadãos de um mercado de diversões que poderia expor as pessoas a atos e condutas imorais.

Ao longo dos capítulos, foi possível perceber que a figura de jovens, e de uma juventude alinhada com a doutrina social católica, tornar-se-ia deveras importante para a projeção e consolidação dos ideais católicos defendidos pelos militantes e representantes da fé católica que estavam se organizando, apesar das mudanças políticas e sociais decorrentes da modernização dos espaços existentes. Essa proposição fica ainda mais evidente quando o autor expõe:

Mas é nessa conjuntura que eles adquirem um efeito sinérgico, que os compõem como uma rede interativa de experiências centrais no contexto social e cultural: como a fonte de uma nova identidade e de um novo estilo de vida. Seu público é composto maciçamente dos que então passam a ser chamados, exatamente por serem adeptos dessas práticas e dessa mentalidade, os “jovens”, expressão que adquire uma conotação toda especial e uma carga prodigiosa de prestígio. Os “clubs” que centralizam essas atividades surgem como modelos da elite, mas, na década de 20, já estão difundidos pelos bairros, periferias, várzeas, e se tornam um desdobramento natural das próprias uniões operárias.¹³⁷

Acima, os clubes são apresentados como expressão dos ambientes de interação entre os jovens, indo além desta parcela de pessoas. Ao afirmar que tais locais surgem como uma junção de pessoas de elite e, posteriormente, chegam às classes populares, terminando com a chegada a uniões operárias, permite-nos pensar que cada agremiação, independente de seus objetivos, foi instituída com um propósito, e seus associados e frequentadores o partilham.

Sendo assim, colocamos em foco um estudo de caso: a organização da Liga pela Moralidade como resultado de uma militância católica de jovens que buscaram organizar, com seus pares, modelos de ação social para serem seguidos além dos perímetros da associação. Como mostramos, com resistência e sátiras, os meios de saneamento moral propostos pela LPM e por outros militantes católicos foram amplamente situados no mercado de diversões carioca. Isso faz necessário entender um pouco de como este mercado se consolidou durante os anos que precedem a existência da Liga pela Moralidade.

¹³⁷ SEVCENKO, op. cit. p. 32-33.

3.2.1 Paschoal Segreto: O Ministro das diversões cariocas.

Para que possamos entender como foram as investidas de censura às casas de diversão e performances artísticas da cidade é necessário apresentar alguns personagens do mercado de diversões carioca.

Iniciamos com Paschoal Segreto, natural de Salerno, na Itália, que desembarcou no Rio de Janeiro em 1883, junto a seu irmão Gaetano Segreto, onde começaram a trabalhar como vendedores de jornais pelas ruas centrais da cidade. A partir deste, ano não apenas o seu nome, mas suas patentes e posses ficam reconhecidas e até mesmo o cancelam como um mito e o reconhecendo-o como “*Ministro das Diversões*”.¹³⁸

Figura 7: Fotografia de Paschoal Segreto



Fonte: **Brasiliana Fotográfica**, s/d

Desde a chegada no ano de 1883 até seu falecimento em 1920, Paschoal investiu e modificou o mercado de entretenimento e diversões do Rio de Janeiro. Como empresário,

¹³⁸ MARTINS, William de Souza Nunes. **Paschoal Segreto**: "Ministro das diversões" do Rio de Janeiro (1883 - 1920). Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. A alcunha em questão é exposta pelo autor não apenas no título de sua dissertação, mas também ao tratar do falecimento de Paschoal Segreto, onde destaca sua importância para o ramo do entretenimento carioca e como seriam os próximos anos sem a importante figura que modificou a forma de se trabalhar com o mercado de diversões públicas.

Segreto propagava "diversão para todos, para todas as classes, para todas as idades".¹³⁹ Seu maior legado, além de todos os investimentos teatrais e cinematográficos que realizou na Praça Tiradentes e arredores, foi a “*Empresa Paschoal Segreto*”, que teve seu funcionamento continuado pela família Segreto mesmo após o falecimento de seu fundador. A empresa geria os teatros situados na Praça Tiradentes, a saber: o *Maison Moderne*, o *São José*, o *Carlos Gomes* e ainda o arrendamento do Teatro São Pedro durante quatro anos.¹⁴⁰

Os empreendimentos acabavam por seguir um padrão: quanto maior o espaço, maior valor e público seriam agregados ao local. Apresentações de música, filmes sendo exibidos e outros modos de diversões, até mesmo como parques, estavam dentro dos investimentos de Paschoal Segreto, o que lhe proporcionou não só um maior ganho financeiro, como também propagação de seu nome nos mais variados locais para lazer. Estes estabelecimentos iam desde um café-concerto onde todos estes números poderiam ser contemplados, como um teatro com sessões curtas durante todo o dia e peças que abordavam o teatro de revista, até locais que proporcionavam lutas greco-romanas.¹⁴¹

Segundo William Nunes, quando chegaram ao Brasil, os irmãos não possuíam renda e foram detidos muitas vezes por pequenos delitos como furto. Seus primeiros empregos foram como entregadores de jornais.¹⁴²

Em busca de uma trajetória que garantisse lucro e reconhecimento, Paschoal Segreto teve no ramo do entretenimento a possibilidade de crescer rapidamente. Ainda que seja suscitado por veículos de mídia à época que parte de seus negócios derivassem de jogos ilícitos, além de não obterem documentação e assim conseguissem um maior quantitativo financeiro para investimentos futuros. Entretanto, em poucos anos já tinham um espólio significativo, sendo Gaetano mais voltado para o mercado jornalístico, tanto no sentido de escrita quando na gestão – *Il Bersagliere* jornal administrado pelos irmãos Segreto, voltado à comunidade italiana que residia no Rio de Janeiro, enquanto os prédios para diversões ao público ficavam sob o olhar e administração de Paschoal Segreto.¹⁴³

O *Maison Moderne*, um café-concerto aos moldes do *Moulin Rouge*, foi um dos locais mais famosos e diversos dentro dos empreendimentos de Paschoal Segreto, com apresentações

¹³⁹ **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, edição 27, ano 45, fev. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/479> Acesso 25 jul. 2023. p.5.

¹⁴⁰ *Idem*.

¹⁴¹ **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, edição 27, ano 45, fev. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/479> Acesso 25 jul. 2023. p.5.

¹⁴² MARTINS, William de Souza Nunes. **Paschoal Segreto: "Ministro das diversões"** do Rio de Janeiro (1883 - 1920). Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. p. 55.

¹⁴³ *Ibidem*

teatrais e musicais, além das práticas jogos como o boliche. Situado na Praça Tiradentes, o espaço era procurado por pessoas que apreciavam beber e assistir peças rápidas, como o teatro por sessões. O formato de apresentações do *Maison Moderne* barateou o preço do ingresso e estimulou a procura por pessoas de classes mais populares da capital, além da prática de lutas que eram abertas a apostas.¹⁴⁴

Entretanto, a gama de negócios explorada por Paschoal Segreto não limitou os teatros e cafés, ainda que esses tenham sido suas maiores contribuições e a marca mais pungente na história de empreendedorismo da “*Empresa Paschoal Segreto*”. Ele teve a primeira sala de cinema montada em parceria com Roberto da Cunha Salles no número 141 da Rua do Ouvidor, mesmo local que, em 1897, teve a inauguração do Salão de Novidades. O Salão consistia na apresentação de fotografias animadas, a partir de maquinário importado da França.

O Sr. Paschoal Segreto, proprietário do Animatógrafo – Salão Pariz no Rio – convidou ontem os membros da imprensa para assistirem a uma sessão que lhes era exclusivamente destinada. De suas repetidas viagens a América do Norte e a Europa o Sr. Segreto tem trazido todos os modernos aperfeiçoamentos no gênero, oferecendo-nos igualmente vistas animadas de efemérides da vida nacional.¹⁴⁵

A fim de expandir ainda mais o campo de entretenimento existente no Rio de Janeiro, no final da década de 1890, Paschoal Segreto envia seu irmão Afonso Segreto para uma expedição a Nova Iorque e Paris, com o intuito de pesquisa e reconhecimento de técnicas sobre o cinematógrafo. Afonso Segreto desembarcou no Rio de Janeiro após alguns meses, possuindo não só o conhecimento das técnicas utilizadas nos cinematógrafos de ambos os países que visitou, mas também um curso de filmes. Até hoje, é reconhecido como um grande nome, sendo o primeiro cinegrafista do país.¹⁴⁶

O ramo de projeções cinematográficas não foi o principal de Paschoal e sua empresa; entretanto, nos anos subsequentes à abertura do Salão de Novidades e da viagem de seu irmão,

¹⁴⁴ Estas proposições são explicadas no capítulo três da dissertação de William Nunes Martins além do trabalho de Dinho Valadares. Ver: VALLADARES, Dinho. **O teatro por sessões:** A influência do teatro por sessões, popularizado por Paschoal Segreto no teatro de revista. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teatro, Unirio. Rio de Janeiro, 1998. p. 30-31.

¹⁴⁵ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, edição 00184, ano 79, 04 jul. 1989. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/32654> Acesso 25 jul. 2023. p.2

¹⁴⁶ Dentro das pesquisas feitas encontramos alguns pontos de dissidência nas datas. Desta forma, preferimos não fechar um ano em específico. Nas fontes pesquisadas, temos os anos de 1896 e 1898 como os da viagem e retorno de Afonso Segreto. Atualmente, o dia 19 de junho é tido como o Dia do Cinema Brasileiro em homenagem ao retorno de Afonso ao porto do Rio e à filmagem que realizou da Baía de Guanabara enquanto seu navio atracava. Pequena História da Cinematografia no País (abcine.org.br) Paschoal Segreto | Brasileira Fotográfica (bn.gov.br). NUNES, op. cit. p 126.

ocorreram muitas exibições de filmes que foram por ele trazidos ao Brasil, além da produção de filmes com a reprodução de paisagens do Rio de Janeiro e do cotidiano carioca, o que também angariava um bom público.

No período entre 1898 e 1901, a hegemonia cinematográfica brasileira era de Paschoal Segreto, e dentre deste curto espaço de tempo era possível notar a mudança das produções: passou a haver maiores aparições de cenas de humor e não apenas características filmagens de quadros e representações da vida política nacional.¹⁴⁷ Uma diminuição na produção e exibição dos filmes de Segreto aconteceu em 1901, com apenas um projeto por ano. Devido à baixa produtividade cinematográfica, o Salão Paris no Rio de Janeiro deixa de exibir filmes no ano de 1903, e Paschoal Segreto retorna seus maiores investimentos para o teatro e clubes.¹⁴⁸

Além dos teatros e das salas de cinema, o *High Life Club* também foi um empreendimento de Segreto. Situado na Glória, o High-Live tinha como público majoritariamente turistas e camadas de classes médias e altas da cidade.¹⁴⁹ O historiador William Nunes expõe em sua pesquisa que:

(...) era comum aproveitar todas as oportunidades que o calendário proporcionasse, então ao mesmo tempo que organizava comemorações ao exército francês, que estava passando pelo Rio, homenageava Jesus Cristo, organizando na Sexta-Feira Santa um cardápio especial feito apenas de peixes e, para depois da meia-noite, várias sugestões de carnes e, é claro, o tradicional *show*, como se pretendia em um *cabaret*.¹⁵⁰

O clube em questão teve sua abertura anunciada em uma nota na primeira página do *Jornal do Brasil*. A matéria contava com detalhes sobre como foi a abertura, recepção e os serviços por ele oferecidos:

Foi realmente aristocrática a recepção feita aos convidados e à imprensa, aos que foram prestados todos os obséquios fidalgos de uma associação composta de cavalheiros, como os fazem partes deste club, que pela estreia parece de auspicioso futuro. A casa em que se acha instalado o club, e que estava repleta de muitas damas e cavalheiros de nossa melhor sociedade, notando-se também

¹⁴⁷ Idem, p. 126-128

¹⁴⁸ Existiam outros cinematógrafos à época, mas como Segreto era tido com o “Ministro das Diversões”, o enfoque foi dado aos seus empreendimentos. Os maiores nomes dos cinematógrafos, junto a Segreto, foram Jacomo Rosário Staffa e Guiseppe Labanca, que migraram para os empreendimentos do entretenimento cinematográfico e se tornaram importantes concorrentes, chegando Staffa a ser, como foi visto, um dos maiores produtores e distribuidores do país. MARTINS, William Nunes, p. 130-131.

¹⁴⁹ Idem, p. 59

¹⁵⁰ Ainda que a criação do High Five Club tenha sido para propiciar diversões às camadas mais altas da sociedade, seu público no geral era bem diversificado. O que propiciava notícias como a de existir dentro do clube atos de tavolagem e até meretrício. Idem, p. 27-28.

escolhidos toilets e lindas fantasias. Está montada com luxo e muito gosto e dispõe de uma espaçosa sala para as danças além do botequim.¹⁵¹

É interessante notar que, em momento algum da matéria, foi mencionado o nome de Paschoal Segreto, ainda que esse já fosse reconhecido por alguns veículos jornalísticos como “*Ministro das Diversões*”. Mesmo voltado para um público com poder aquisitivo maior do que a maioria dos populares da cidade, o *High Life* se enquadrava como um café-concerto e não deixou de ser alvo de investigações policiais quanto ao seu funcionamento.¹⁵²

Após um mandado de fechamento por autoridades policiais, Paschoal Segreto teve a iniciativa de reabrir o estabelecimento como um restaurante, assim retirando a imagem de local:

propício ao até que da moral pública, instituído para a mais franca exploração de jogos de azar, frequentado por meretrizes que o seu proprietário aliciava com o fim de atrair mais numerosa clientela, entre a qual figuravam menores, assim transviados e corrompidos.¹⁵³

As investidas de Paschoal Segreto em transformar o *High Life* e o *Maison Moderne* em ambientes frequentados por famílias, que não levantassem suspeitas quanto à moralidade de suas atrações, ocorreram. Após a reabertura do *High Life*, houve um grande banquete, com presença de orquestra e convite ao arcebispo do Rio de Janeiro.

Paschoal Segreto teve sua trajetória empresarial marcada na história e constituição social do Rio de Janeiro moderno, suas criações e patentes de maquinário, as incursões pelo cinema e as películas que foram transmitidas nos salões de seus teatros levaram entretenimento às diversas camadas populacionais que habitavam as ruas centrais da capital carioca. Posto assim, pela consolidação do mercado de diversões carioca tendo ocorrido nas primeiras duas décadas de 1900, nos é propiciado explorar como a “repressão” aos habituais modos de lazer foi arquitetada, e até colocada em prática, por parte de grupos como a Liga pela Moralidade e outros indivíduos organizados, ou não, em grupos militantes.¹⁵⁴

3.3 A busca por saneamento moral segundo as premissas da Liga pela Moralidade.

¹⁵¹ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, edição 00143, Ano 2, 23 mai. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/1638> Acesso 25 jul 2023. p.1

¹⁵² Atualmente a fachada do prédio que sediou o Hihglife club é tombada pelo instituto rio patrimonio da humanidade 031 - DECRETO 6.514 - HIGH LIFE CLUB -Rua Santo Amaro (rio.rj.gov.br)

¹⁵³ ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro. Livro 45-2-30. Folha 138. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/707>. Acesso em: 25 fev. 2020

¹⁵⁴ MARTINS, op. cit., p. 48.

Vimos, até aqui, os esforços de uma militância católica durante o final da década de 1910 até meados da década seguinte para conseguir reger comportamentos sociais. Isso foi feito através de organizações e associações leigas, visando cooptar mais adeptos da doutrina social católica. Concentramo-nos especialmente nas formas de atuação da Liga pela Moralidade.

Uma das estratégias era publicar notas de “aprovação” ou “desaprovação” em relação aos espetáculos em cena, emitidas no periódico *A União*, um parceiro da LPM e da União Catholica Brasileria – UCB. Também publicavam notas nos periódicos de grande circulação para alcançar um público maior, como veremos abaixo, no caso de uma nota publicada por João Evangelista Peixoto Fortuna, presidente da UCB, no ano de 1918 no periódico *Correio da Manhã*:

“OUTONO E PRIMAVERA” E A LIGA PELA MORALIDADE – [...] De acordo com a resolução desta Liga, venho apresentar a v. Ex. os nossos mais calorosos aplausos pela moralidade que v. Ex. sabe sempre imprimir as suas vaianas produções teatrais, v. g. Outono e Primavera. Subscrevemos com o máximo prazer a autorizada apreciação do *A União* (órgão católico), de 13 do corrente, aqui junta, e cujos termos principais são os seguintes: O dr. Claudio de Souza, que estreou há três anos mais ou menos, como autor é hoje um comediografo vitorioso. Outono e Primavera e suas peças anteriores são trabalhos de valor, de observação, e sem a imoralidade tão comum no teatro moderno. O dr. Claudio de Souza é um comediografo ao qual todos nós, que condenamos as peças de dissolução de costumes, devemos animar, realçando seus grandes méritos. O teatro que ele nos dá é honesto, deleita e instrui. Está aí como mais uma prova do que vimos de afirmar, sua nova peça Outono e Primavera, em cena no Trianon.
Pela “Liga pela Moralidade, João E. Peixoto Fortuna, presidente.”¹⁵⁵

A peça em questão foi uma comédia de costumes, do autor Cláudio de Souza, que se passava no Rio e apresentava variados tipos da geração que habitava as ruas naquele momento.

¹⁵⁵**Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, edição 07055, ano 18, 21 Jun. 1918. P.5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_02/35720> Acesso 25 jul. 2023 Quanto à aparição de João Evangelista Peixoto Fortuna como presidente da LPM, ele ocupou o cargo em diversos momentos da liga até o ano de 1926, que foi quando deixamos de encontrar material a cerca da existência da organização, e por isso foi o ano em que finalizamos o recorte temporal do trabalho. João Evangelista Peixoto Fortuna também era advogado da área cível e foi o primeiro presidente da Liga pela Moralidade, no ano de 1917. Atuou em maior parte de sua vida no número 40º da Avenida Rio Branco, sede da LPM. Em 15 de novembro de 1917, é fundada a Associação de Escoteiros Católicos da Freguesia de São João Batista da Lagoa, por iniciativa de Dr. João Evangelista Peixoto Fortuna e outros senhores. Presidente da União Católica Brasileira em 1919, criou, no mesmo ano, a Escola de Instrutores, voltada para auxiliar na associação de escoteiros da qual já fazia parte. Ainda em 1919, a nova entidade iniciou a edição do tabloide “O Escoteiro”. Em 1925, “O Escoteiro” tornou-se o órgão oficial da UEB e teve seus dois últimos números datados de 15 de novembro de 1925. Peixoto Fortuna, como era mais conhecido, era secretário da Associação dos Trabalhadores Católicos no ano de 1922, além de ser tesoureiro da UCB e também parte do Conselho Deliberativo. OLIVEIRA, Carolina. 2018.

Isso contrastava com os modelos existentes nas décadas anteriores, o que condizia em grande parte com a sociedade pré-Proclamação da República.¹⁵⁶

Outro exemplo de nota feita pela LPM em jornais ocorreu no mesmo *Correio da Manhã*, ainda em 1918, mas dessa vez sobre uma conduta de Aurelino Leal, o então chefe de polícia do distrito federal, sob o título de *Aplauso a conduta do sr. Aurelino Leal* expunha

O chefe de polícia recebeu da Liga pela Moralidade o seguinte ofício: “A Liga pela Moralidade apresentar a v. ex. as suas mais vivas congratulações e aplausos pela brilhante ação desenvolvida por v. ex. contra os agitadores estrangeiros e anarquistas, que tentaram perturbar a ordem pública entre nós. Felizmente possuímos em v.ex. um digno, leal e incansável servidor da causa pública. – Dr. João Peixoto Fortuna, presidente”.¹⁵⁷

Tais movimentos foram bastante utilizados durante os anos de atividade da Liga pela Moralidade para parabenizar autoridades governamentais ou até mesmo exibir de maneira pública pedidos aos chefes de governo, nos quais os membros diziam ser “pela perpetuação da moralidade e bem comum da sociedade, e seus credos”. Essas mesmas condutas foram utilizadas como método para elaborar pareceres quanto a peças de teatro e exemplares literários.

Num desses pareceres, a peça “Outono e Primavera” foi exaltada por se encaixar nas convicções propostas pela LPM como moralmente sadias. Rememorando o estatuto da Liga, o fim desta se propunha a: “combater a imoralidade por qualquer forma que ela se apresente e contribuir assim para o saneamento moral da sociedade brasileira como organização católica que é a Liga pela Moralidade procurará fazer perpetuar os símbolos, vestuários e objetos ao culto.”¹⁵⁸

A existência da Liga, como um dos resultados da militância católica leiga carioca, é perceptível nas notícias em que a ela eram vinculadas. No ano de 1917, o ano em que a *Liga Antipornographica* passa por uma reorganização, já referida e exposta no segundo capítulo da dissertação, ela passa a ser reconhecida como Liga pela Moralidade, tendo um estatuto e organograma de sócios e valores para manutenção dessa associação.

A ligação entre o mercado de diversões e o mercado literário com a Liga se estreitam a partir da reorganização que é feita em 1917, como exposto no fragmento do estatuto acima. As atividades da organização passaram a ser fiscalizações de movimentos culturais e/ou literários

¹⁵⁶ FERREIRA, Adriano de Assis. **Teatro Trianon**: forças da ordem X forças da desordem. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2004. p 202

¹⁵⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 07212, ano 18, 25 nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/37389> Acesso em: 25 jul. 2023. p.2.

¹⁵⁸ ARQUIVO NACIONAL, Registro da Liga pela Moralidade, 1º Ofício de Títulos e documentos, livros 2ª, n da ordem 892, 31 de outubro de 1917.

que passavam pela cidade. Enquanto presidente da associação, Pio Ottoni, que já tinha desempenhado o cargo de censor teatral poucos anos antes, tinha como modo de operação autuar estabelecimentos ou materiais que fossem tidos como ofensivos à moral pública e às famílias.

Além disso, fazia parte desta estratégia a ligação entre alguns membros da diretoria e membros de órgãos públicos, a constante manutenção de ofícios e cartas enviadas à chefia de polícia, inspetoria da Alfândega e até mesmo visita a livrarias, ou mobilização de sócios em frente a teatros para a paralisação de espetáculos:

LIGA PELA MORALIDADE

Continua em plena atividade esta notável associação. Até hoje já remeteu 1.100 circulares, 156 cartas e 37 ofícios. Na última semana foram admitidos numerosos sócios, destacando-se os Srs.: Drs. Jonathas Serrano, Alexandre Kitinger, Albuquerque e Mello, Fausto Moreira, Leonel Gonzaga. Cr. Oharnaux e padre Martins.

A Liga tem recebido numerosas adesões de prelados brasileiros.

Devido a intervenção da Liga o Sr. Inspetor da Alfandega baixou uma circular chamando atenção dos conferentes para os artigos do regulamento que se referem a objetos obscenos.

Vários comerciantes já atenderam ao apelo da Liga, retirando das vitrines gravuras que ofendem os bons costumes.¹⁵⁹

A nota ao pé de página do periódico *O Paiz* exemplifica que o *modus operandi* da Liga pela Moralidade estava na confecção de ofícios e cartas que balizavam comportamentos, pregando “bons costumes” e cessando referências a atos ou objetos considerados obscenos. Os bons costumes e a prevenção de obscenidades iam ao encontro da pauta social levantada na encíclica *Rerum Novarum*, que preconizava que o âmbito social de convivência não deveria ser regido por “más leituras”, peças de gênero alegre, nem comportamentos que ferissem a moralidade cristã. Mesmo o país não tendo mais uma religião oficial – e exatamente por isso - uma das principais pautas levantadas pela militância católica leiga era a de promulgar, na juventude, os costumes da doutrina social católica, criando assim um exército de fé.

A pauta de ser país laico, mas que se pautava em um discurso moral cristão católico estava presente no discurso de Peixoto Fortuna, enquanto presidente da associação, em um ofício endereçado a Delfim Moreira – Presidente da República entre os anos de 1918 e 1919, onde alegava, em nome da Liga pela Moralidade

¹⁵⁹ **O Paiz**, Rio de Janeiro, edição 12075, ano 34, 31 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/178691_04/36499> Acesso 25 jul 2023. p.4.

[...] o absurdo que seria esta concessão a associações estrangeiras, de credo diverso da imensa maioria do povo brasileiro, e que se propoem unicamente em destruir nossa unidade nacional, maximamente realizada pela comunhão de língua e de *religião* de todo o povo brasileiro. A consciência nacional a estas horas alarma-se e revolta-se por toda a parte contra um tal atentado os seus legítimos sentimentos patrióticos. As associações *estrangeiras* que, além de se-lo, procuram destruir a nossa unidade religiosa, coluna máxima da unidade nacional, não podem, nem devem obter favores contra a Constituição, que nem se concedem as associações nacionais. Confiemos no caráter e no patriotismo de vossa excia.

Dr. João E. Peixoto Fortuna – presidente.¹⁶⁰

O ofício, encaminhando no dia 26 de janeiro de 1919, expõe que seria absurdo conceder terrenos às associações que não fosse de cunho católico, pois não estariam de acordo com a *unidade religiosa* existente, além de influir na questão patriótica, pois revoltaria a consciência nacional existente. As palavras e sentimentos proferidos por Peixoto Fortuna neste ofício lançam luz sobre os eixos principais da Liga pela Moralidade: a fé católica como um bastião moral perante os cidadãos e essa fé sendo intrinsecamente relacionada às questões de pertencimento nacional e patriotismo. O posicionamento negativo da associação diante da possibilidade de concessão de terrenos para uma associação protestante que buscava ampliar suas relações e favorecidos no Rio de Janeiro ficava evidente.

O documento produzido pela LPM foi uma resposta à emenda orçamentária redigida pelo senador Raimundo Miranda, que, segundo o jornal *Correio da Manhã*, já seria suficientemente suspeito e digno de denúncia.¹⁶¹ A emenda consistia em ceder à Associação Cristã de Moços – ACM uma área de 3.880 metros quadrados para a construção do novo edifício. Segundo o *Correio da Manhã*, era do conhecimento, por grande parcela da população, que a associação é “uma organização de caráter sectário, e não apresenta como se argumenta por aí, expressão beneficente e educativa”.¹⁶²

¹⁶⁰ **A União**, Rio de Janeiro, edição 00010. Ano 5, 02 fev. 1919. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/799670/3217>> Acesso 25 jul 2023. p.2

¹⁶¹ Raimundo Pontes de Miranda foi jornalista, deputado federal e senador pelo estado de Alagoas, tendo nascido em Recife no dia 11.04.1868. No ano de 1892, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife, contudo já era filiado ao Partido Republicano Conservador e exercia vida política desde 1889, quando foi eleito deputado em 1891 à Constituinte estadual que elaboraria a primeira Constituição republicana de Alagoas. Na Constituinte, foi relator da Comissão de Redação. Após a promulgação a Constituição estadual, exerceu seu mandato até o fim da legislatura em 1893. Miranda foi também professor no Liceu Alagoano e ocupou o cargo de chefe de Polícia em seu estado. Faleceu no Rio de Janeiro em 15 de março de 1929. Estas e mais informações estão disponíveis em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/MIRANDA,%20Raimundo%20Pontes%20de.pdf>

¹⁶² A Associação Cristã de Moços caracteriza-se por uma associação cristã protestante em que desenvolvimento humano, social, físico, cultural e ambiental estende-se a partir da filosofia religiosa empregada. A Associação Cristã de Moços no Rio de Janeiro foi fundada em 1893. Atualmente, a ACM adota uma abordagem multidisciplinar, visando o desenvolvimento espiritual, intelectual e físico. Essa abordagem é representada na marca da ACM/YMCA pelo triângulo vermelho, simbolizando a missão de construir um espírito, corpo e mente

Separados como estão pela lei, a Igreja e o Estado, não se pode admitir que este quebre a sua neutralidade justamente em favor de **uma religião que não é a nossa** e de mais a mais representada no protestantismo internacional, **que tem por objetivo exclusivo combater o catolicismo** sob a máscara do “fim educativo”¹⁶³ (Grifos meus)

Sobre a disposição dos terrenos, o *Correio da Manhã* expressa uma má reputação quanto ao patrono da ACM no Brasil, Raimundo Miranda, e todo o senado brasileiro em questão, do qual o patrono da instituição fazia parte, instigando que a assembleia era prevaricadora por excelência e seria responsável por “grandes bandalheiras orçamentárias durante o ano de 1919”.

No recorte trazido, o autor da matéria evidencia que a entrada da Associação Cristã de Moços no país favoreceria uma religião que não a dos brasileiros, além de combater ao catolicismo, entretanto, sem deixar de lembrar que a separação entre Estado e Igreja existia. Esse fragmento nos serve como uma possibilidade de encontrar os locais que a Igreja Católica, a partir de seus militantes e juntas organizadas, ocupava dentro da sociedade carioca. O caso da ACM ainda foi pauta durante os dias subsequentes, até que no dia 03 de fevereiro de 1919, o *Correio da Manhã* teve uma grande parte de sua segunda página investida para a notícia trazida como um Protesto da Liga pela Moralidade, mas sem o desfecho do caso sendo exposto.

Figura 8: O Protesto da Liga Pela Moralidade

saudáveis. Para maiores informações: **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro. edição 07266, ano XVIII, 18 jan de 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/37933>. Acesso em: 04 dez 2023. p.2

¹⁶³ O artigo em questão está situado na página dois do exemplar do *Correio da Manhã*, na coluna Tópicos e Notícias, mas não possui nenhuma assinatura. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro. edição 07266, ano XVIII, 18 jan 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/37933>. Acesso em 04 dez. 2023. p.2.



Fonte: **Correio da Manhã**, fevereiro de 1919.¹⁶⁴

O protesto acima aborda a presença e a atuação da Associação Cristã de Moços no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, e a reação de alguns setores, como a Liga pela Moralidade, diante da concessão de um terreno pelo Poder Legislativo para a construção de um edifício para a instituição. De autoria do médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Antonio Leão Velloso, a publicação no periódico destaca a capacidade da Associação em angariar fundos rapidamente por meio de doações e questiona as razões desse sucesso. O texto contido na imagem reflete o caso entre o ofício enviado ao Presidente Delfim Moreira, mas para além disso, discute o incentivo à associações protestantes no Brasil, sugere que o número de adeptos do protestantismo no país seja maior do que os falados e exibidos em veículos de comunicação.

Além disso, trata sobre a mudança de estratégia da Associação, que inicialmente fazia uma propaganda aberta e direta, mas depois passou a buscar recursos por meio de concessões do Estado. Entre as reivindicações, expressa preocupação com o fato de uma instituição

¹⁶⁴ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 3 de fev. 1919, n. 7282, ano XVIII, Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pagfis=38104. Acesso em 05 dez. 2023

estrangeira protestante receber apoio do Congresso Nacional em um país majoritariamente católico.

Como podemos observar, também menciona a postura da Liga pela Moralidade, que critica a concessão do terreno e pede que o presidente da República vete essa decisão, tendo como justificativa a moral e os bons costumes:

A Liga pela Moralidade, que convém dizer-se existe no Brasil parece disposta a incomodar-se com os negócios públicos, reclamando, em nome de seus quatro mil e tantos associados, contra o fato do Poder Legislativo estar protegendo assim uma associação de estrangeiros protestantes, quando o Brasil, é dos brasileiros e os brasileiros em sua grande maioria são católicos. A Liga tem razão pedindo que o presidente da República em exercício, negue sanção ao disparate concedido pelo Congresso, entre muitos outros, contra os quais, em nome da mesma moral, que lhe serve de incentivo, deveria protestar igualmente aquela Liga.¹⁶⁵

Ademais, defende a atuação dos católicos brasileiros na defesa de seus ideais religiosos, sugerindo que, para enfrentar a presença protestante, os católicos precisam se envolver mais ativamente nas questões sociais e econômicas, seguindo o exemplo do que ocorre em países onde o protestantismo atua em prol das classes trabalhadoras. De acordo com as palavras do protesto, “Um dos sintomas reveladores da força da organização do protestantismo, [...] é o cuidado com que nos países afastados da tutela romana, as igrejas dissidentes cuidam dos interesses das classes trabalhadoras, procurando aprender os sentimentos e desejos das massas proletárias, e batendo-se por vê-los realizados”.¹⁶⁶

O protesto da Liga argumenta que os católicos brasileiros precisam ir além de simples reclamações e se engajar em ações que melhorem as condições de vida das classes menos favorecidas, destacando a importância do catolicismo social. O documento faz referência a movimentos semelhantes em outros países, como o protestantismo social na Inglaterra e nos Estados Unidos, que buscam atender às necessidades das classes trabalhadoras e promover a transformação social.

A chamada Federação das Fraternidades, fundada na igreja da Inglaterra sob auspícios da Igreja Protestante, consta de duas mil sociedades com um milhão de operários, para quem ela reclama, em nome do Evangelho, as mesmas concessões formuladas pelos socialistas. Nos Estados Unidos, os protestantes socialistas combatem veementemente o regime da capitalização de riquezas.¹⁶⁷

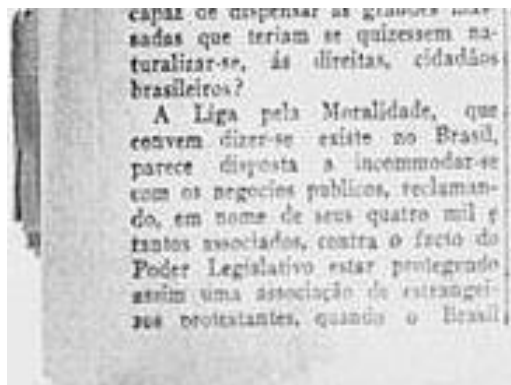
¹⁶⁵ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 3 de fev. 1919, n. 7282, ano XVIII, Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pagfis=38104. Acesso em 05 dez. 2023

¹⁶⁶, **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 3 de fev. 1919, n. 7282, ano XVIII, Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pagfis=38104. Acesso em 05 dez. 2023. p.2

¹⁶⁷ *Ibidem*

Em síntese, podemos afirmar que o documento aborda a presença protestante no Brasil, a atuação da Associação Cristã de Moços, a concessão do terreno pelo Congresso e a reação de grupos católicos, destacando a necessidade de os católicos se envolverem mais ativamente em questões sociais e econômicas para enfrentar a influência protestante.

Figura 9: O Protesto da Liga Pela Moralidade (cont.)



Fonte: **Correio da Manhã**, fevereiro de 1919.¹⁶⁸

Ao expor o número de associados que a LPM reclama ter e ao se mostrar incomodado com negócios públicos, pela proteção do Poder Legislativo a uma associação de estrangeiros e protentantes, Antônio Leão Velloso retoma a história do Brasil, um território que foi cunhado “onde a Igreja Romana ditou a religião do Estado e a ortodoxia católica continua formando o substracto espiritual da maioria de seu povo”. Esboça que a Liga tomando atitudes corretas ao pedir uma negativa ao presidente Delfim Moreira. Contudo, destaca a necessidade latente para a continuidade da associação

encontrar no interesse das classes proletárias um campo digno de merecer a aplicação de seus ideias. Refletindo seus diretores, nas palavras célebres de Leão XIII, designada por *Rerum Novarum*: Existe uma lei de justiça natural proclamando que o salário não deve ser nunca deficiente para a subsistência de um operário sóbrio e honesto.¹⁶⁹

Mesmo não havendo mais a união de Igreja e Estado, a existência de um pensamento ligado à religiosidade católica era fomentado pelos militantes católicos e seus círculos. O fortalecimento da ideia de que o catolicismo era a religião do Brasil fazia com que organizações como a LPM pudessem ganhar espaço e notoriedade. O redator da matéria suscita a existência

¹⁶⁸ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, edição 03090, ano IX, 01 Jan. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/38105670/3090> Acesso em: 25 jul. 2023, p.2.

¹⁶⁹ Ibidem.

de um maior número de adeptos do protestantismo do que era propagado, além de chamar os defensores do catolicismo para que este não caísse em descrédito diante das aspirações protestantes.

De felicitações à chefia de polícia, insatisfação com o Presidente da República até discussões entre vizinhas que causaram desordem em um apartamento na Rua Henrique Dias, esses eram os locais em que a Liga pela Moralidade atuava, ou era lembrada, para além das questões com teatros e redações de jornais ou livrarias. Quanto ao caso da Rua Henrique Dias, ocorreu uma denúncia por meio de abaixo assinado de “*senhoras da mais alta sociedade e algumas dezenas de pessoas respeitáveis*”, para alertar a 3ª delegacia auxiliar sobre o comportamento de jovens moças que residiam na rua Henrique Dias, número 30.

Segundo carta enviada por Hidefonso Escobar, também morador do logradouro, eram praticados escândalos por parte dessas moças, que já não seriam mais suportados pelos vizinhos que o procuraram para que assim, pudessem ter uma intervenção junto às autoridades policiais, haja vista o remetente da carta endereçada ao *Correio da Manhã* ser tenente e ter um contato mais facilitado com outras entidades de polícia. A Liga pela Moralidade, neste caso, foi mencionada como ponto de recursos morais e respeitabilidade perante o decoro da família brasileira; entretanto, nem tal associação teria conseguido chamar a atenção das jovens quanto aos burburinhos escandalosos existentes na casa de número 30 da Henrique Dias.¹⁷⁰

Colocações e ligações como essas exprimem que a estruturação da Liga pela Moralidade ocorre para que os ambientes possam ser fiscalizados, primeiramente no sentido público, as vias, espaços de lazer e comércios existentes na cidade do Rio de Janeiro central. Porém, quando dentro de um espaço privado ocorrem manifestações contrárias ao que a Liga e seus associados vislumbram como moral e profilático socialmente, indivíduos que corroboram com as premissas da organização colocam que a intervenção e permanência da associação são necessária para um saneamento de comportamento indecorosos em espaços onde ocorre uma primazia pelo decoro familiar.

As cartas, ofícios e circulares empreendidas pela LPM alegavam a preocupação em sanear e ordenar moralmente os cidadãos cariocas em uma perpetuação católica, mesmo que o catolicismo estivesse mais remetido ao imaginário populacional, pelos anos em que a religião era vinculada ao Estado e tomada como uma configuração pré-determinada aos cidadãos.

¹⁷⁰ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, edição 03090, ano IX, 11 jun 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/38105670/3090> Acesso em: 25 jul. 2023, p.2.

Dentro dos episódios em que a LPM está vinculada, descobrimos que as alegações de imoralidade eram feitas a partir de rondas dos chamados “delegados urbanos” existentes dentro da organização. Tais pessoas seriam responsáveis por uma fiscalização, mas sem uma autoridade policial ou pública, conforme passavam as informações vistas nas ruas à diretoria da Liga pela Moralidade, dentro das reuniões semanais ou mensais existentes para que assim fossem feitos os ofícios e cartas sobre as necessidades de aplicação policial e retirada de materiais.¹⁷¹

Além da Medida Tostal, que buscou regulamentar a distribuição de materiais impressos visando reprimir a propagação de “obscenidade e conteúdos pornográficos” segundo o Círculo Católico, União Católica Brasileira e a Liga pela Moralidade, três episódios são necessários para o arremate do que foi a representação dessa última agremiação militante pelo catolicismo social, sendo eles: o caso da livraria Ribeiro Leite, o livro *Mademoiselle Cinema* e o suicídio de um escritor de crônicas no ano de 1925.

A livraria Ribeiro Leite era uma renomada loja situada na rua Bittencourt da Silva, nº 15 e 17, reconhecida por possuir os maiores e mais atualizados livros da época. Em 22 de dezembro de 1924, realizaram uma conferência com o jurista Pio Ottoni, a fim de “reafirmar a boa vontade de expor e vender livros decentes e de retirar da exposição os maus, desde que lhes fossem designados pelos fregueses”.¹⁷²

Tal encontro foi sediado na própria livraria e contou com a presença de Frei Pedro Sinzig, um dos maiores incentivadores da Liga pela Moralidade e também autor do index *Através de Romances: Guia para as Consciências*, com recomendações para leitores católicos. Tanto que a nota da qual retiramos o ato de checagem moral, por assim dizer, tem por autoria Pedro Sinzig. Este expôs que as vitrines da Leite Ribeiro constavam quatro livros que feriam a promessa feita ao periódico *A União* de pactuarem com as premissas morais do jornal e aqueles que o representavam.

Em aguardo da resposta por parte dos sócios da Leite Ribeiro, Sinzig aguardava que os exemplares tidos como imorais, segundo sua avaliação, fossem suprimidos das vitrines. No entanto, caso não acontecesse a comunicação com Pio Ottoni para uma medida, acredita-se que, como as anteriores, seria escrito um ofício e encaminhado para a chefia de polícia do Distrito Federal. Sinzig creditou que os sócios livreiros não mais estavam concordando com o

¹⁷¹ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, edição 07314, ano XVIII, 8 mar. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/38447> Acesso em: 25 jul 2023, p. 4

¹⁷² **A União**, Rio de Janeiro, edição 00020, ano XVI, 8 mar. 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/799670/6250>> Acesso em: 25 jul 2023. p.1

combinado feito de maneira espontânea entre a livraria, o jornal e, de forma indireta, a Liga pela Moralidade.¹⁷³

O caso de suicídio que levou a LPM a ser chamada de Liga Assassina foi relatado n’*A União* no dia, a vítima Oswaldo Beresford, escritor e um de seus escritos teve negativas após passar por vários editores. Segundo a nota, o motivo pelo qual o livro não foi publicado era por ser sabido que o livro seria apreendido, não passando ileso de uma das campanhas para retirada das livrarias e bancas por parte da Liga pela Moralidade.

Ainda segundo a matéria, alguns jornais atribuíram o suicídio do jovem à LPM, enquanto *A União*, em defesa da organização parceira, alegava ser Oswaldo vítima das imoralidades propagadas em folhetos e nos modos de entretenimento que se encontravam presentes na capital federal. Alegava que a LPM fazia um serviço sério de saneamento moral, sugando este mal da sociedade carioca. O tom da matéria reportava o ocorrido única e exclusivamente ao cidadão que disparou o gatilho contra sua própria vida, além de eximir de qualquer participação a organização católica, vangloriando seus locais e pautas enquanto colocava a vítima e até outros cidadãos comuns como corrompidos frente aos enfraquecimentos intelectuais que existiam na época.¹⁷⁴

Em contrapartida à matéria que vangloriava a LPM em detrimento da vítima, a *Gazeta de Notícias* anunciou sobre o ocorrido com Beresford, pontuou o receio sobre o embargo da obra Mme. Cosmópolis por parte da Liga pela Moralidade, mas diferente do retratado no jornal *A União*, o livro tinha sido editado pela Benjamim Costallat & Micolis e já se encontrava disponível.

A *Gazeta de Notícias* atribuiu o suicídio a um desentendimento do escritor com seu pai, que já ocorria por um tempo, e provavelmente foi acentuado após receber uma carta que, segundo amigos de Oswaldo, “parecia mais de um inimigo, chegou de rancor! Nunca de um pai”.¹⁷⁵

A mudança entre os tons de cada notícia reflete não só na forma como a imprensa se comporta perante as informações coletadas. Na matéria vinculada à *A União*, conseguimos ver uma necessidade de colocar a LPM e seus participantes acima de qualquer suspeita e utilizar do ocorrido para galgar a situação de importância social da agremiação. Enquanto na matéria d’*A*

¹⁷³Ibidem

¹⁷⁴*A União*, Rio de Janeiro, edição 00011, ano XVI, 05 fev. 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/799670/6178>> Acesso em: 25 jul 2023. p.1.

¹⁷⁵*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, edição 00025, ano L, 25 jan. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/14455> Acesso 25 jul..2023. p.5.

Gazeta de Notícias, temos contato com um texto mais voltado ao factual, com informações sobre o ocorrido e a trajetória da vítima.

A busca por discursos está em pauta ao se tratar de saneamento moral; as formas como a LPM administravam o que era ou não moralmente aceito são justificáveis para serem vividas e apreciadas pelos cidadãos cariocas. Sempre aparentava estar no meio subjetivo de cada pessoa que atuava como escritor dos ofícios ou como um dos delegados urbanos, como descrito anteriormente.

Um exemplo de censura e administração subjetiva do que era ou não aceito pela LPM foi a tentativa de embargo proferida por Pio Ottoni ao ato teatral *O Judeu Errante*, como foi explicado no capítulo dois. Neste sentido, o julgamento proferido por Ottoni indicava que a peça não condizia com os costumes católicos prevalecentes no território brasileiro, sendo dotada de cenas indecorosas e preocupantes aos olhos de uma família moralmente tradicional.

Acima, ao trazer a explicação sobre o ocorrido com Oswaldo Beresford, mencionamos dois nomes relevantes a trajetória da Liga pela Moralidade. Um deles é o título do livro de Beresford – *Mme*, que referencia o sucesso de *Mademoiselle Cinema* e foi amplamente criticado pela militância católica da Liga pela Moralidade. O outro nome também está relacionado a este livro, trata-se de seu autor, o escritor Benjamim Costallat.

De todas as menções acerca da Liga pela Moralidade, suas atuações e representações, sempre tivemos contato com a obra de Costallat. Na verdade, a maior forma de reconhecimento da Liga, no meio historiográfico, e de seus associados é por conta do entrave quanto à distribuição do livro *Mademoiselle Cinema*.¹⁷⁶

Tal obra foi a responsável por fazer o nome de Benjamim Costallat ganhar ainda mais notoriedade e projeção no mercado livreiro carioca. A personagem principal, Rosalina, era marcante, moderna e abordava temáticas que poderiam muito bem ser inseridas em um romance de sensação, de leitura dinâmica e com frases bem marcadas. Costallat emplacou um enorme sucesso para a época com sua *garçonne*.

A campanha da LPM para retirada do livro de todas as livrarias ou bancas acabou fazendo com que a publicação fosse ainda mais procurada, gerando uma polêmica que favorecia o nome e as edições de *Mademoiselle Cinema*. Em resposta à apreensão dos exemplares executada pelo promotor Gomes de Paiva, seguindo solicitação da Liga, Costallat respondeu

¹⁷⁶ FRANÇA, Patrícia de Souza. **Livros para leitores:** a atuação de Benjamim Costallat para a ampliação do público leitor no Rio de Janeiro dos anos 20. Programa de Apoio à Pesquisa Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2011.

que: apesar de meios distintos, tenho o mesmo objetivo da Liga pela Moralidade, salvaguardar a moral e os bons costumes da família brasileira.¹⁷⁷

A apreensão dos exemplares suscitou o questionamento de até que ponto a Liga pela Moralidade deveria interferir nos assuntos e meios literários que circundavam a cidade do Rio de Janeiro.

Entre os anos de 1923 até 1926, as notícias referentes à Liga pela Moralidade foram sendo referências às polêmicas em que se enquadravam, às representações exageradas de suas medidas de atuação e até mesmo pontuando uma representatividade conservadora do catolicismo militante. A partir do ano de 1926, não encontramos mais nenhuma menção à história e permanência da Liga pela Moralidade e muito pouco de seus associados.

¹⁷⁷ Idem, p.61

Considerações Finais

Neste trabalho, buscamos demonstrar que a Liga pela Moralidade como foi um dos resultados da militância católica leiga, e também uma ferramenta de disseminação de sua propaganda e ações no Rio de Janeiro durante as primeiras duas décadas republicanas, cuja intenção era reconstruir um fortalecimento da religiosidade católica pelo campo da moralidade.

Para isso, traçamos a trajetória de pessoas envolvidas com associações e círculos católicos existentes durante o período estudado, analisando quais caminhos e discursos foram utilizados para a manutenção dessa organização e de outras que também existiram de maneira concomitante. Para além da estrutura criada para a Liga pela Moralidade, procuramos compreender quais motivações existiram na construção dessa militância católica leiga. Percebemos, ao longo da pesquisa, a importância das encíclicas e da construção de uma doutrina social católica e sua relação com a ação da Liga.

Sendo assim, partindo dos anos finais do Império, analisamos a relação da Igreja Católica com o Estado Brasileiro e suas tensões acirradas pelo avanço do republicanismo. Após a Proclamação da República e a outorga da ementa 119-A, que tornava o Brasil um Estado laico, houve uma necessidade por parte da Igreja Católica de se renovar para conquistar adeptos, já que o catolicismo não era mais a religião oficial do país.

Dentro do que ficou conhecido como Restauração Católica, deu-se a construção de associações e a representação dos ideais a serem aplicados socialmente por meio de jovens católicos, que não possuíam nenhum cargo eclesiástico e, por isso, respondiam à alcunha de leigos. Vimos que o modelo de Restauração Católica existente no Brasil seguiu moldes europeus, foi pautado nas experiências de saneamento moral, na propagação dos ideais católicos nos âmbitos sociais e nas questões de saneamento moral e controle de material tidos como obscenos.

Assim surgiu a Liga pela Moralidade, buscando a vinculação de jovens – principalmente de camadas médias e altas da sociedade –, a fim de construir um exército de fé. A viabilização desse exército deu-se pelos meios de ação, controle e censura praticada por seus agentes.

Sabemos que, no espectro da doutrina social, existiram muitas outras formas de atuação, como as agremiações operárias católicas. Contudo, aqui buscamos apresentar a construção da trajetória de alguns militantes católicos que se sobressaíram no círculo de atuação existente no Rio de Janeiro. As questões de moralidade e saneamento moral foram se mostrando uma pauta

relevante e que denotava consistência ao que militantes como Pio Ottoni e Jackson de Figueiredo buscavam para a sociedade carioca.

Censuras, apreensões e rondas pelas ruas centrais do Rio de Janeiro caracterizaram não só as ações da Liga pela Moralidade como também a reputação de alguns de seus principais associados. As atuações e notícias sobre a organização se tornaram viáveis a partir das matérias dos periódicos ligados ao movimento, que aqui apresentamos. Através dos periódicos de grande circulação pudemos acompanhar como a percepção social da Liga foi mudando durante o passar dos anos, como o acirramento das críticas à associação e seus exageros na década de 1920, o que levou ao enfraquecimento desse modelo.

O resultado da militância católica em agremiações como a Liga pela Moralidade proporcionou a junção e propagação de ideais católicos, em muito conservadores, e que criaram uma formação de jovens e associados que corroboravam com o que era proposto pela LPM: o saneamento moral da nação, tendo a família e o espaço religioso como pilares fundamentais para uma boa trajetória social.

Esse discurso proporcionou uma radicalização do julgamento moral, buscando se aproximar de órgãos públicos e seus representantes para influenciar a ação discricionária e repressiva de autoridades públicas, como os delegados urbanos. Durante o período em que o catolicismo era obrigatório no país, as demandas voltadas para o social eram partilhadas dos ideais católicos. A Restauração Católica buscou, com suas agremiações e construção de novas investidas sociais, recuperar fiéis e angariar novos, seguindo a lógica de que a moral e os bons costumes estavam pautados pelo prisma da fé católica.

REFERÊNCIAS

FONTES

ARQUIVO

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Livro 45-2-30. Folha 138.

ARQUIVO NACIONAL, Registro da União Católica Brasileira, 1º Ofício de Títulos e documentos, livros 2ª, n da ordem 820, novembro de 1916.

ARQUIVO NACIONAL, Registro da Liga pela Moralidade, 1º Ofício de Títulos e documentos, livros 2ª, n da ordem 892, 31 de outubro de 1917.

Carta de designação do Primeiro Suplente de Delegado do 17º Distrito. Secretaria da Polícia do Distrito Federal (17.09.1912). Acervo do Arquivo Nacional, Gifi 6C, 368.

Carta de Pio Benedicto Ottoni a Exc.^a Dr. Chefe de Polícia do Distrito Federal (11.09.1912). Acervo do Arquivo Nacional, Gifi 6C, 368.

Citações da correspondência oficial da Secretaria da Polícia do Distrito Federal, 17 de setembro de 1912. Acervo do Arquivo Nacional, Gifi 6C, 368.

Pio Benedicto Ottoni para Belisário Távora. Carta de Pio Benedicto Ottoni a Exc.^a Dr. Chefe de Polícia do Distrito Federal (11.09.1912). Acervo do Arquivo Nacional, Gifi 6C, 368

IMPRESSAS

FIGUEIREDO, Jackson de. Centro Dom Vital. A Ordem, Rio de Janeiro, v. 2, mai., 1922, p. 145.

FORTUNA, João E. Peixoto. Em franca ofensiva. In. Vozes de Petrópolis: revista religiosa, científica e literária. Petrópolis: Oficina das Vozes de Petrópolis. Vol.12. n. 1. Jan-Jun.1918. p. 4.

SINZIG, Pedro. Homens: uma vitória contra a imoralidade. In.: Vozes de Petrópolis: revista religiosa, científica e literária. Petrópolis: Oficina das Vozes de Petrópolis. Vol. 6. n. 1. Jan-Jun.1912. s/p.

PERIÓDICOS

A Cruz: Órgão da Parochia S. João Baptista (RJ), 1923

A União (RJ), 1905/1916/1917/1919/1923/1925

Correio da Manhã (RJ), 1910/1918/1919

Gazeta de Notícias (RJ), 1912/1918/1920/1925

Jornal do Brazil (RJ), 1892

Jornal do Commercio (RJ), 1899/1917

O Paiz (RJ), 1908/1917

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Deivison Gonçalves. **Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores em de Belo Horizonte (1909-1940)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

AZZI, Riolando. **O início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930**. Síntese Política Econômica e Social - nova fase, Rio de Janeiro, v. 4, n.10, p.61-89, maio/ago. 1977, v. 4.

BATALHA, Cláudio. Vida associativa: por uma abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**, Porto Alegre, v.8,n.8,pp. 91-99, dez. 1997

_____. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Org.). In: **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Unicamp, 2004. p. 99.

2004

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CASALI, Alípio. **Elite Intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CAUFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de Sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FRANÇA, Patrícia de Souza. **Livros para leitores: a atuação de Benjamim Costallat para a ampliação do público leitor no Rio de Janeiro dos anos 20**. Programa de Apoio à Pesquisa Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2011.

FERREIRA, Adriano de Assis. **Teatro Trianon: forças da ordem X forças da desordem**. Dissertação de mestrado, 2004.

GOMES, Edgar da Silva. **A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca**. São Paulo: PFTNSA, 2006.

HEINZ, Flavio ; KORNDÖRFER, Ana P. “Para que serve uma história social das instituições?” In: Cíntia Vieira Souto et al. (orgs). **Espaços de saber e poder: instituições e seus agentes na Perspectiva da história social**. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2014. Pp 7-16.

LEÃO XIII, Papa **Rerum Novarum**: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>

PIO X, Papa. **Pascendi Dominici Grecis**: carta encíclica do sumo Pontífice Pio X sobre as doutrinas modernistas. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-ominici-gregis.html>

LEITE, Marjorie Socorro Farias de Vasconcelos. **Dom Arcoverde**: o Cardeal dos Sertões. 18170-1922. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LOPES, Raimundo Helio. **Um vice-reinado na república do pós-30**: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a guerra de 1932. 2014. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

MARTINS, William de Souza Nunes. **Paschoal Segreto**: "Ministro das diversões" do Rio de Janeiro (1883 - 1920). Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo** [online]. 2009, vol.13, n.26, pp.15-31. ISSN 1413-7704

OLIVEIRA, Carolina Batista de Souza Garcia de. **Liga pela Moralidade**: um estudo sobre a organização carioca e seus feitos. (1912-1926). Monografia em História Seropédica: UFRRJ/ICHS, 2018.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Negociações Impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. **História**. Franca. v.35, e.99. 2016.

POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixeiros e o fechamento das portas (1850-1912). **Cadernos AEL**, [S.I.], v.6,n. 10/11, 2010.

SACARDO, Volnei Antonio. **A autoridade acima de tudo!** - O pensamento geográfico de Jackson de Figueiredo. Rio Claro: UNESP, 2008, 132 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2008.

SANTOS, Fernanda Cássia dos. **Entre o altar e a fogueira**: relações de gênero na censura católica a romances (1907-1924). 2017. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu** exático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992.

SILVA, da Elisete. **Cidadão de outra pátria**: anglicanos e batistas na Bahia. São Paulo, FFLCH-USP, 1998.

SILVA, Giovane José. **O batismo de Clio**: catolicismo social e história em Jonathas Serrano (1908-1931). Dissertação (mestrado) Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Ciências Sociais/Curso de História. 2011.

SILVA, Giovane José da. **O Batismo de Clio**: catolicismo, ensino de história e novas mídias em Jonathas Serrano (1908-1944). Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 2015.

SOARES, Iésus Ignes Emidio. **Jackson de Figueiredo** e o surgimento da militância católica no Rio da década de 1920: a revista A Ordem e a construção da memória de um intelectual. 2017. Monografia (Graduação) – Escola de História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2017.

SOUSA, Jesse Jane Vieira de. **Círculos Operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SOUZA, Mauro Ferreira de. **A Igreja e o Estado**: uma análise da separação da igreja católica do estado brasileiro na constituição de 1891. 2008. 212 f. Dissertação (Mestrado em Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

SCHETTINI, Cristiana. **Clichês Baratos**: Sexo e humor na imprensa ilustrada carioca do início do século XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019. Publicado em versão digital E-Pub 3.

SCHETTINI, Cristiana. **“Que tenhas teu corpo”**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas da República. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006

_____. **Um gênero alegre**: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 1997.

VALLADARES, Dinho. **O teatro por sessões**: A influência do teatro por sessões, popularizado por Paschoal Segreto no teatro de revista. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teatro, Unirio. Rio de Janeiro, 1998.

VILLAÇA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WEBER, Max, 1864-1920. Relações Comunitárias Étnicas. In: **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Anexos.

[illegible]

Registro de fundação da União Catholica Brasileira – 2ª parte. Fonte: ARQUIVO NACIONAL, Registro da União Católica Brasileira, 1º Ofício de Títulos e documentos, livros 2ª, n da ordem 820, novembro de 1916.

Ex.º Sr. Dr. Pío Benedito Ottoni, Sr. Prefeito de São Paulo
 Rio de Janeiro

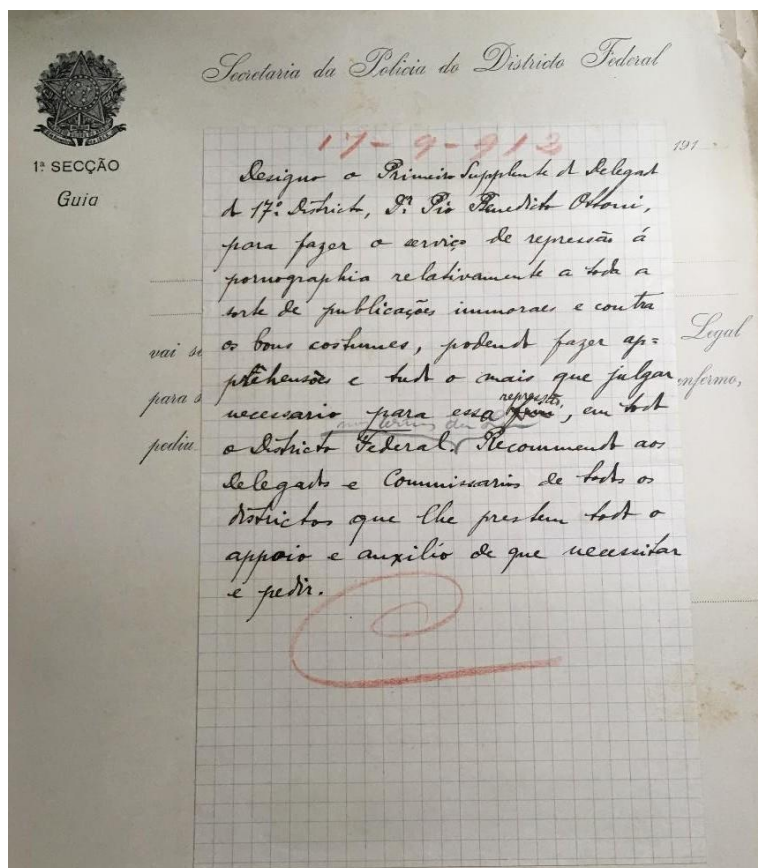
SECRETARIA DA POLÍCIA
 11 SET 1912
 DO DISTRITO FEDERAL

Para conhecimento
 do Sr. Dr. Ottoni que no dia 6 de corrente mandei um guarda indiciar
 Apolônio de Azevedo, proprietário de uma agência de jornais
 e revistas sita à rua da Quitanda nº 114, a respeito
 de uma coleção de vários folhetos com estampas
 de figuras e imagens na capa, por constituir este facto o crime
 previsto no art. 292 do Código Penal. O sr. Azevedo
 deu ao guarda a minha presença no estabelecimen-
 to e promptificou-se a obedecer, porém a minha dis-
 posição toda a coleção de folhetos, pedindo-me
 que indicasse quais poderiam figurar na
 indície, sem offensa ao art. cit. do Código Penal. Fiz
 a selecção que me pareceu justa, e permittei
 a expedição da que não era inconveniente, e agradeço
 em nome de V.ª Ex.ª a attenção e acatamento com que
 então fui tratado.

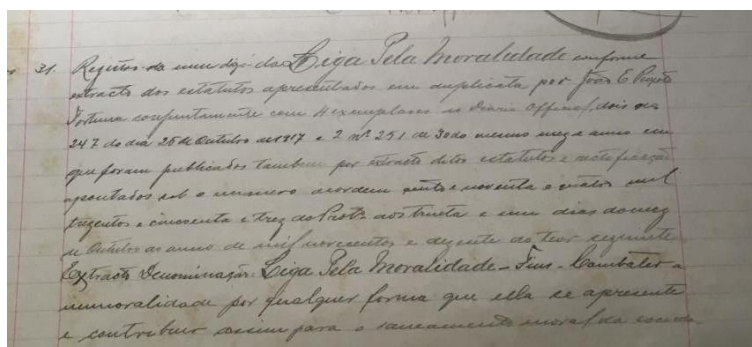
Deo. guarda V.ª Ex.ª

Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 1912
 O 4.º Supplente do 1.º Districto
 Pío B. Ottoni

Carta de Pio Benedicto Ottoni a Exc.ª Dr. Chefe de Polícia do Distrito Federal (11.09.1912).
Acervo do Arquivo Nacional, Gifi 6C, 368.



Carta de designação do Primeiro Suplente de Delegado do 17º Distrito. Secretaria da Polícia do Distrito Federal (17.09.1912). Acervo do Arquivo Nacional, Gifi 6C, 368.



Registro da Liga pela Moralidade, 1º Ofício de Títulos e documentos, livros 2ª, n da ordem 892, 31 de outubro de 1917.

A Liga assassina

Ha dias, noticiamos o suicidio de um escriptor que, dentro de um automovel, pelas praças, deu um tiro nos miolos.

Esse escriptor tinha os originaes de um livro refugados por todos os editores, não sabemos si por não prestar, ou si o verdadeiro motivo é o que corre: porque os editores sabiam que tal livro seria apprehendido, graças á campanha que a *Liga da Moralidade* lhe moveria.

Por este motivo, alguns jornaes attribuem o suicidio do joven intellectual á perseguição da *Liga*, e um chronista chega a chamal-a de assassina.

Ora, colloquemos os pontos nos *i*. Quem matou Oswaldo Beresford não foi a *Liga pela Moralidade*; foi a omnimoda immoralidade, sugada nos livros que a *Liga* não ponde supprimir e que o envenenou a ponto de o proprio pai arrenegal-o, a ponto de elle engendrar um livro de chronicas que os proprios editores, em geral tão sem escrupulo, refugaram, tão baixamente pornographico.

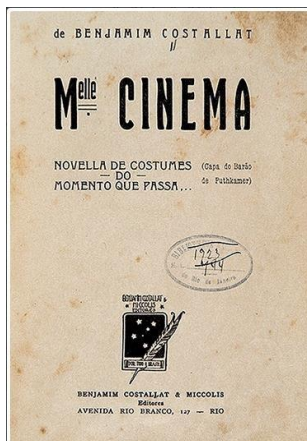
As campanhas da *Liga* não são mortíferas, visto como tendem ao robustecimento da mentalidade, ao saneamento moral que impeça a germinação dos miasmas do vicio. Mortíferas são essas campanhas desabridadas do mal, para a qual se alliam livreiros, editores e auctores. Essas, sim, é que, enfraquecendo o espirito, matam os intellectuaes, como já mataram Raul Pompêa, como já mataram Roberto Gomes e como já mataram Oswaldo Beresford.

Vele muito a pena pensar antes de accusar.

A União, Rio de Janeiro, Ano XVI 1925 edição 00020. 08 Mar. 25. P.1.



Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano L 1925 edição 00025. 25 Jan. 25. P.5



Capa do livro *Mademoiselle Cinema* de Benjamin Costallat

D. QUIXOTE

Liga pela Moralidade

LSTA' fundada entre nós a *Liga pela Moralidade*, cujo presidente é o Dr. João E. Peixoto Fortuna.

A primeira campanha que vai fazer a *Liga* é contra as ligas de senhoras que não ligam ao presidente, o qual pretende brevemente ir morar na avenida da *Ligação*, com telephone proprio e ligado a todos os logares da cidade em que for necessaria a sua presença.

O presidente já tem tido repetidas e prolongadas conferencias com a veneranda sra. Suzana Castera, que está disposta a consagrar os ultimos dias de sua preciosa existencia a combater pela moralidade, de accordo com esse jovem.

Por intermedio da *Liga dos Cenhões*, que é presidida pela professora Daltro, pretende o activo presidente Fortuna arranjar uma subvenção do governo para a *Liga*, porque, sendo a immoralidade multiforme, não pôde ser combatida sem muito dinheiro, que é o que liga os combatentes...

A *Liga pela Moralidade* pretende também obter dos proprietarios de cinemas que exhibam as fitas com as luzes accesas, para evitar... certas coisas que perambulam nas trevas. Mas isso não se realizará em virtude da opposição que a tal idea fazem os srs. senadores Lopes Gonçalves e marechal Pires Ferreira, que só admittem o cinema exactamente por causa da sua escuridão hemeterica.

E como o Dr. João Fortuna liga muita importancia ao sobrenome, é de esperar que se faça a si mesmo, isto é, fortuna, com a *Liga*...

□

A proposito da *plataforma* do Sr. Theodomiro Santiago, escreve *O Paiz*:

«O governo de Minas tem a noção de que não é só produzir que se torna necessario.»

— E' preciso também consumir.

□

O Sr. Cicero Marques, o aviador paulista victima de um accidente no Campo de Aviação, disse que o seu vôo não foi absolutamente uma imprudencia e muito menos uma loucura.

— Foi apenas uma queda.

Manobras na Avenida



A' primeira investida o inimigo respondeu com um intenso fogo de berragem...

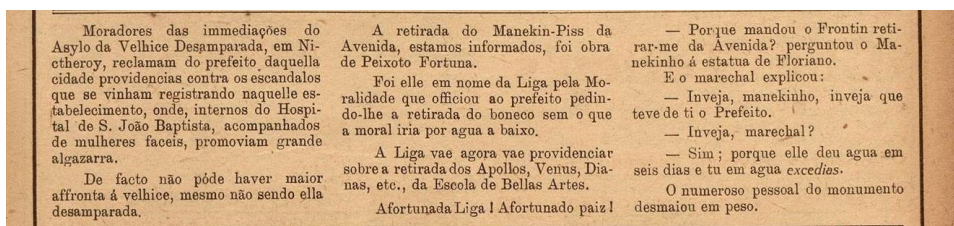
A semana do Gourmet--Segundo a Casa TOLET



Na segunda terás tu
A' bahiana o bom angú.
Na terça ao Tolet quem vá
Saboreia um vatapá.
Na quarta por gula pécca
Comendo a boa moqueca.
Na quinta comer é um gozo
O carurú saboroso.
Na sexta reza o menu:
Frigideira de sery.
Tem no sabbado quem queira
Bom peru á brasileira.
Mas chega o domingo e, então,
Fecha a semana o leitão.

TOLET-- Casa brasileira
Aberta todo o dia e a noite inteira.
Rua de Santo Antonio n. 12 — GALERIA CRUZEIRO

D.Quixote, Rio de Janeiro, Ano 2 1918 edição 00100. 02 Jan. 18. p.21



D.Quixote, Rio de Janeiro, Ano 3 1919 edição 00100. 09 abr. 1919. p.29

Transcrição na íntegra do “O Protesto da Liga da Moralidade ”

“O espírito empreendedor em toda revelado pelas seitas protestantes, está-se fazendo sentir agora no Brasil. A Associação Cristã de Moços chegou aqui disposta a tomar conta do mercado espiritual do país. Começou fazendo uma propaganda sistemática e metódica, por meio da imprensa e dos folhetos adrede escritos, para convencer quem pudesse hipotecar sua simpatia aos credos anti-romanos. Depois disso, proporcionou a população do Rio um espetáculo inédito nessa terra onde dinheiro anda ralo e só se fala na crise: a Associação abriu uma subscrição com o fim de angariar fundos destinados a um edifício para sua instalação, e em um espaço mínimo de tempo – que no Brasil é sempre escasso para os empreendimentos financeiros – conseguiu valiosa soma, que um imenso relógio, colocado no ponto mais central e barulhento da cidade, registrou tinidos de campanha à medida que foram pingando os donativos. Ninguém poderia supor que na capital de uma nação, onde a igreja romana já ditou a religião do Estado e a ortodoxia católica contínua formando o substrato espiritual da maioria do seu povo conseguissem os apostatas da soberania papal, uma demonstração tão clara e taxativa de seu prestígio, do seu poder, de atração se não sobre as consciências ao menos sobre o ouro. A esta cidade de católicos professos, que tem por padroeiro a São Sebastião, o Defensor da Igreja Romana, mas onde são necessários anos para recolher doações que permitam a edificação de um templo católico, bastaram dias de bolsa generosa e aberta para dar quanto precisasse a construção de um monumento designado à propaganda das ideias protestantes. Se quiséssemos esmolar para obter com quem construir um hospital de assistência pública, ou, um dispensário para crianças enfermas, não alcançaríamos sem grandes dificuldades a metade do que se entregou a uma associação contrária ao espírito religioso da quase totalidade dos brasileiros.

Até aqui limito-me a registrar um fenômeno paradoxal a meu ver, mas que minha inteligência por acanhada ou pela curta visão do ambiente social em que vivo, não consegue analisar. Enquanto não me provarem, que ao contrário do que penso, o Rio possui uma imensa legião de anglicanos, ou então que toda aquela gente que fez andar tão depressa o famoso relógio instalado no Hotel Avenida, não sabia o que estava fazendo e não possui a noção do que

seja a respeitável Associação Cristã dos Moços, abstenho-me de interpretar um fato cujos fatores prováveis me são desconhecidos. Se me dissessem, antes daquela prova, que a Associação Cristã pretendia construir uma casa, por menor que ela fosse, à custa de doações espontâneas do público carioca, responderia que em dez anos não lhe dariam cem mil réis. O insucesso que teria semelhante previsão provou-o soma angariada em menos de dez dias. Porque conseguiu ela tanto dinheiro, em tão pouco tempo? Não sei. Fosse o resultado merecido de uma propaganda bem feita ou a expansão de uma simpatia, incubada entre nós, pela igreja protestante, são coisas que me não interessam saber. A colheita do ouro pareceu-me muito legítima, como foi feita. Pediu-o: deram-n'ó. Não serei eu, despossuído de sólidas convicções religiosas, que irei me rebelar contra a vitória, quando lealmente pleiteada de uma empresa protestante entre nós. Se assim posso pensar individualmente, com maior razão agiram no mesmo sentido as autoridades públicas da nação, cujo pacto fundamental assegurou a plena liberdade de crenças a seus cidadãos. Naquela ocasião fiquei perplexo; revoltado nunca. Achei tudo muito direito, embora me admirasse com a velocidade e o sucesso do empreendimento.

Agora porém, com a concessão feita pelo Congresso, de um terreno para a construção do edifício, a coisa muda de figura. Não se trata mais do gesto, pouco compreensível embora, mas legítimo, dos habitantes de uma cidade corresponderem à solicitação de uma sociedade religiosa, que se dirigiu a eles abertamente, sem declarar, todavia com franqueza que era uma associação protestante. A Associação Cristã, nessa nova ocorrência tomou outra atitude. Não pede mais ao público que lhe beneficie; mudou de tática, abandonando a luta em campo aberto para agressão subterrânea, praticada contra os cofres do Estado. Ciente da facilidade com que se pode dispor, no Brasil, na riqueza pública, a Associação Cristã, recolhido o capital com que deverá comprar os materiais para a nova instalação foi para o Congresso, sem relógios registradores nem campainhas tilintando para fazer crer que também vive às claras, e pediu a seus amigos senadores e deputados, que lhe concedessem no orçamento uma nesga de terreno onde pudesse edificar a sua sede que passará a história como sendo dádiva generosa e espontânea do povo do Rio. Só falta conseguir agora um engenheiro gratuito, da prefeitura ou outra repartição pública que dirija e fiscalize as obras, em seu benefício.

Para vencer em toda linha, os protestantes da Associação Cristã combinaram o seu processo novo de propaganda, feita a luz do dia e ao som tinido dos despertadores americanos, à velha praxe indígena da cavação insidiosa, tecida nos corredores escuros do Congresso e com as vozes abafadas das confabulações ilícitas, com que no Brasil se preparam catástrofes por meio de emendas atentatórias da moralidade do regime e da riqueza do país. Talvez a ideia de

cavar a concessão orçamentária que lhes acaba de fazer o Congresso, não viesse tanto da vontade de poupar a própria bolsa, quanto do desejo de se apresentar ao público como brasileiros perfeitos na maneira de compreender a luta pela vida. Pois não é a Associação Cristã dos Moços uma agremiação brasileira? Se até, como todo brasileiro genuíno, cioso dos predicados de sua raça e com consciência de seu valor social ela cava emendas no Congresso? Quem sabe se os novos bandeirantes da seita anglicana, ou de outras calvinistas e lutheranas, não viram nessa manobra legislativa, um meio expedito para a sua nacionalização, capaz de dispensar as grandes massadas que teriam se quisessem naturalizar-se, às direitas, cidadãos brasileiros?

A Liga pela Moralidade, que convém dizer-se existe no Brasil parece disposta a incomodar-se com os negócios públicos, reclamando, em nome de seus quatro mil e tantos associados, contra o fato do Poder Legislativo estar protegendo assim uma associação de estrangeiros protestantes, quando o Brasil, é dos brasileiros e os brasileiros em sua grande maioria são católicos. A Liga tem razão pedindo que o presidente da República em exercício, negue sanção ao disparate concedido pelo Congresso, entre muitos outros, contra os quais, em nome da mesma moral, que lhe serve de incentivo, deveria protestar igualmente aquela Liga. Como censura ao ato do Legislativo, a atitude da Liga pela Moralidade, muito recomenda ao crédito público à desconhecida instituição; exigindo do Sr. Delfim Moreira, que não outorgue a dádiva de um terreno feita pelo Congresso à Associação Cristã, mostra a Liga que sabe velar, como a sociedade brasileira que é, pelo respeito da lei fundamental que rege os destinos da nação. Se ela aspira apenas, como associação brasileira, a salvar a reputação de seu país, andou muito bem insurgindo-se contra o Congresso; mas, se como salva-guarda do catolicismo nacional pretende por essa forma combater a invasão protestante, não tardará muito em ver desfeita a sua ilusão. Estigmatize o Congresso, por fugir à sua competência, concedendo o que não pode e amparando com a força da lei uma facção religiosa, que não é da nossa crença. Fique bem essa atitude de crítica política aos poderes que fogem à sua missão, desvirtuando a índole do regime. Para amparar, porém, as suas convicções, contra os golpes possíveis dos inimigos da igreja romana, não bastaram apelos iguais a esse feito as autoridades temporárias como o Sr. Delfim Moreira. Se pretende enfrentar com a segurança do êxito, as forças protestantes quem vêm disputar, no Brasil, a direção das consciências, terão que ampliar sobremodo o seu âmbito de ação, imiscuindo-se com decisão nos problemas de natureza econômica e social, que vão decidir da nova direção do mundo, a que o Brasil não poderá escapar.

Coloquem-se os defensores do catolicismo, não somente contra os governos que usam discricionariamente de sua autoridade, mas ao lado das massas populares, satisfazendo-lhes as aspirações, como faz o protestantismo nas terras que a Igreja Romana caiu em descrédito. Assim, acompanhando com a proteção da fé das pretensões justas e naturais das classes que mais necessitam a tutela da Igreja, os católicos brasileiros terão garantida a barreira com que poderão impedir a introdução em sua terra, dos partidistas protestantes, cujas doutrinas repugnam à consciência de quase toda gente educada no Brasil nos moldes da ortodoxia romana.

Um dos sintomas reveladores da força da organização do protestantismo, que deveriam preocupar mais os católicos daqui, do que os atos de um Congresso que vive a dar provas de sua incompetência para legislar, é o cuidado com que os nos países afastados da tutela romana, as igrejas dissidentes cuidam dos interesses das classes trabalhadoras, procurando aprender os sentimentos e desejos das massas proletárias, e batendo-se por vê-los realizados. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, a Igreja Protestante constitui um dos esteios das reivindicações proletárias. Compreendendo que a religião tem uma missão imediata do que preparo das almas as recompensas da bem-aventurança celeste, os protestantes de vários países, com especialidade naqueles onde o desenvolvimento das indústrias criou e favoreceu a concentração de grandes massas de operários, organizaram partidos de combate, que obedecem as ideias sintetizadas nos programas designados pelos sociólogos por protestantismo social ou socialismo protestante. Convencidos de que o operariado marcha para o socialismo, com tanta decisão e com uma força tão indomável como a corrente dos rios que se lançam na imensidade do mar, os protestantes ingleses têm procurado apoiar a ideia da socialização da riqueza. Há mais de meio século, alguns pastores ingleses fundaram uma sociedade destinada a dar impulso e proteger as associações operárias, lançando com elas as bases do protestantismo social. Persuadidos de que a Igreja incumbe a missão social e econômica, procurando o meio prático de leva-lá avante, fundaram as associações cooperativas por meio de leis que mais tarde beneficiaram todas as associações operárias. Com a ideia de servir os adeptos da igreja protestante, o cristianismo social inglês, como também se designa o protestantismo social, tem se batido pela transformação da propriedade territorial e pela melhora material, moral e intelectual das classes trabalhadoras. A chamada Federação das Fraternidades, fundada na igreja da Inglaterra sob auspícios da Igreja Protestante, consta de duas mil sociedades com um milhão de operários, para quem ela reclama, em nome do Evangelho, as mesmas concessões formuladas pelo

socialistas. Nos Estados Unidos, os protestantes socialistas combatem veementemente o regime da capitalização de riquezas.

Os fatos que referimos mostram que o protestantismo em toda parte procura firmar-se por uma compreensão inteligente e solicita das necessidades do meio social onde se instala. Sobre eles meditem os católicos brasileiros, que julgam fazer muito pela defesa de seus ideais religiosos, insurgindo-se, com toda justiça convém dizê-lo, contra disposições orçamentárias apresentando um terreno à Associação Cristã. Não lhes bastará, porém um protesto como esse para criar embargos definitivos a onda protestante que nos procura. Precisam preparar-se para concorrer com os partidários da igreja anglicana no terreno, cuidando dos interesses das classes que vivem sob o regime do salário, que alguém já se lembrou de chamar o *pão nosso* de cada dia dos socialistas católicos ou protestantes. Ao lado da missão redentora de dispor a consciência do crente, para repousar, depois de morta, no reino do céu, a religião, e entre nós o catolicismo por que nos decidimos na maioria, deve desenvolver sua força combativa para melhorar as condições de vida das classes menos afortunadas, a quem, já na terra pode aproveitar a tutela da Igreja. Essa necessidade de ação econômica e social do catolicismo, é reconhecida e constitui mesmo a bandeira de alguns partidos católicos, que procuram, à maneira do que faz o socialismo protestante, dar uma solução católica às dissensões frequentes, que na vida das indústrias provém da dificuldade de harmonizar os interesses do capital e do trabalho. Em França, onde a igreja romana conta os melhores adeptos, a solução religiosa do problema social e econômico, viria naturalmente dela, como nos países da dissidência anti-romana veio das facções protestantes. Por essa razão ali constitui-se uma corrente de aspirações modeladas nas doutrinas coletivistas, e que sob o nome de catolicismo social prega a reforma da atual ordem de coisas, sem chegar todavia ao radicalismo extremado do protestantismo social cujas as reivindicações inscritas em seu programa nada deixam a desejar ao comunismo de Kropotkine.

Depois da guerra de 1870 então o catolicismo social em França tomou um grande incremento, criando agremiações católicas e jornais para estudar os fatos econômicos à luz do espírito católico. O conde Alberto de Mun foi um dos inspiradores dessa cruzada.

A Liga pela Moralidade, que se mostra tão ciosa de seus deveres, como associação católica afeta a defesa moral da sociedade e da preeminência da Igreja Romana entre nós, encontrará no interesse das classes proletárias um campo digno de merecer a aplicação de seus ideais. Reflitam seus diretores, nas palavras da célebre encíclica de Leão XIII, designada pelo

Rerum Novarum: ‘Existe uma lei de justiça natural proclamando que o salário não deve ser nunca deficiente para a subsistência de um operário sóbrio e honesto’ ”.

VELLOSO, Antônio Leão, Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 3 de fev. 1919 , n. 7282, ano XVIII, Disponível em:
http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pagfis=38104. Acesso em 05 dez. 2023